

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MÁRCIA REJANE DAMASCENO DIAS

**A POLÍTICA DE MONITORAMENTO DE EGRESSO NO INSTITUTO FEDERAL DO
CEARÁ: UM ESTUDO DE CASO NO *CAMPUS* DE CAUCAIA**

JUIZ DE FORA

2016

MÁRCIA REJANE DAMASCENO DIAS

**A POLÍTICA DE MONITORAMENTO DE EGRESSO NO INSTITUTO FEDERAL DO
CEARÁ: UM ESTUDO DE CASO NO *CAMPUS* DE CAUCAIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Barone

JUIZ DE FORA

2016

MÁRCIA REJANE DAMASCENO DIAS

**A POLÍTICA DE MONITORAMENTO DE EGRESSO NO INSTITUTO FEDERAL DO
CEARÁ: UM ESTUDO DE CASO NO *CAMPUS* DE CAUCAIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

Orientador

Membro da banca

Membro da banca

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pela vida, pela saúde, pelas bênçãos e pelo amparo que me fez superar os desafios. Ao meu amor, Je de Andrade, pela confiança, carinho e apoio, por acreditar sempre em mim e pela paciência durante esses longos meses de jornada. Aos meus pais Francisco e Francisca, pelos ensinamentos, pelo cuidado e pelo amor incondicional a mim dedicado.

Aos colegas de mestrado, pessoas que venho convivendo ao longo destes dois anos, por dividirmos alegrias, angústias, ensinamentos e experiências suavizando os desafios ao longo dessa jornada. Um agradecimento especial aos colegas do Ceará, que faziam com que houvessem sorrisos ao meio de dificuldades.

Ao meu amigo Jucivânio, companheiro de todas as horas, inclusive de trajetória acadêmica, pelos conselhos e pela atenção. Sem dúvidas, o percurso foi muito mais leve com sua presença.

Aos colegas de trabalho, em especial Wood e Vanessa, pela compreensão, paciência, amizade e força. Sem o apoio de todos vocês a caminhada seria muito mais longa e difícil.

À UFJF, pela acolhida, pelo intenso ensinamento e reflexões, que propiciaram a realização desse sonho. Agradeço a todos os professores que contribuíram nessa construção de saberes. À equipe do Caed, principalmente Mayanna, Juliana Barros, Priscila Sant'anna, Tiago Rattes e Amélia Thamer pelas contribuições no desenvolvimento deste trabalho, pelos conselhos pertinentes, pelos ensinamentos e pela paciência. Todas as considerações feitas por vocês foram pertinentes e essenciais para a realização deste trabalho.

À equipe do IFCE Campus Caucaia, pela gentileza, disponibilidade, atenção, respeito e colaboração com a pesquisa. Toda a equipe sempre foi muito atenciosa e acessível, o que possibilitou a realização da investigação. Agradeço também aos egressos do IFCE Campus Caucaia, que gentilmente responderam o questionário aplicado. Foi muito relevante para minha pesquisa acompanhar suas trajetórias e conhecer suas opiniões sobre a formação recebida.

Por fim, quero agradecer a todas as pessoas não citadas, mas que colaboraram direta e indiretamente para a construção deste trabalho. Muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Com o crescimento de investimentos públicos em educação profissional, com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, faz-se necessário identificar se a proposta dessa política pública está de fato gerando oportunidades ao público que se destina. Um mecanismo de se monitorar tais efeitos é o acompanhamento de egresso, pois o ex-aluno é uma importante fonte de informação à gestão e avaliação de uma instituição de ensino. Porém, observou-se nos Institutos Federais uma falta desse acompanhamento – constatado em relatório emitido pelo Tribunal de Contas da União (2012) – e uma carência de estudos acerca do tema egressos no Brasil. Tal fato demonstra a fragilidade das Instituições de Ensino ao não gerenciarem e adequarem seu planejamento institucional. Diante desse contexto, esse trabalho propôs investigar a política de monitoramento de egressos de uma unidade do Instituto Federal no Ceará, na cidade de Caucaia. O estudo objetivou indagar aos atores institucionais quais os entraves existentes à aplicação da pesquisa de acompanhamento de egressos e suas implicações, além de coletar informações dos egressos que possibilitassem traçar um breve perfil destes. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa e a técnica de estudo de caso. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados questionários e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa demonstrou má formulação e entraves que dificultaram a implementação dessa política na unidade. A partir dessas considerações foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) que possibilite um redesenho e implementação da política de monitoramento de egresso no IFCE *Campus Caucaia*.

Palavras-Chave: Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas; Egresso do IFCE; Plano de Acompanhamento de Egresso.

ABSTRACT

The present dissertation was developed in the Professional Master in Management and Education Evaluation (PPGP) of the Center for Public Policy and Education Evaluation of Federal University of Juiz Fora (CAEd / UFJF). With the growth of public investment in vocational education, with the expansion of the Federal Vocational and Technological Education Network, it is necessary to identify whether the proposal that public policy is indeed generating opportunities to the public it is intended. A mechanism to monitor such effects is monitoring egress because the former student is an important source of information for the management and evaluation of an educational institution. However, there was a lack in the Federal Institutes of this monitoring - noted in a report issued by the Court of the Union (2012) - and a lack of studies on the topic graduates in Brazil. This shows the weakness of education institutions to manage and do not fit its institutional planning. On this context, this work proposed investigate the graduates monitoring policy of a unit of the Federal Institute in Ceara, in the city of Caucaia. The study aimed to investigate the institutional actors which existing barriers to the implementation follow-up survey of graduates and their implications, in addition to collecting information from graduates who made it possible to trace a brief profile of these. Therefore, it used a qualitative approach and case study technique. It used questionnaires as data collection instruments and semi-structured interviews. Research has shown poor formulation and barriers that hindered implementation of this policy in the unit. From these considerations proposed an Educational Action Plan (PAE) that enables a redesign and implementation of egress monitoring policy in IFCE in its Campus of Caucaia.

Keywords: Evaluation and Monitoring of Public Policies; Egress of IFCE; Egress Monitoring Plan.

LISTA DE ABREVIATURAS

AECIPP	Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEE	Convênio Empresa Estágio
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET/GO	Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNPJ	Cadastro Nacional De Pessoa Jurídica
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSUP	Conselho Superior
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
CTTC	Centro de Treinamento do Trabalhador do Ceará
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEPTNM	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFPalmas	Escola Técnica Federal de Palmas
FDI	Fórum de Pró-reitores em Desenvolvimento Institucional
FGV/SP	Fundação Getúlio Vargas/São Paulo
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FORPROEXT	Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
GAME/UFMG	Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais/Universidade Federal de Minas Gerais
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET	Instituto Federal de Educação Profissional
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Plano Anual de Ação
PAE	Plano de Ação Educacional
PAEX	Pesquisa de Avaliação da Expansão
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDR	Programa de Desenvolvimento Regional
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PET	Programa de Encaminhamento ao Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PME	Pesquisa Mensal de Empregos
PPEPT	Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica
PROAP	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ROD	Regulamento de Organização Didática
RFEPT	Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema nacional de avaliação da educação superior.
TAM	Termo de Acordos, Metas e Compromissos
TCH	Teoria do Capital Humano
TCU	Tribunal de Contas da União
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNED	Unidades de Ensino Descentralizadas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Expansão da RFEPT no Ceará.....	33
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de escolha dos lugares dos novos <i>campi</i> por fase da expansão.....	29
Quadro 2 - Linha do tempo do IFCE.....	32
Quadro 3 - Apontamentos do Fórum Nacional da Educação Profissional (2003) que envolvem monitoramento de egressos.....	76
Quadro 4 – Considerações dos entrevistados sobre o plano de acompanhamento de egressos do IFCE Campus Caucaia	93
Quadro 5 – Considerações dos entrevistados sobre as dificuldades de se efetivar o plano de acompanhamento de egressos do IFCE Campus Caucaia	94
Quadro 6– Proposta de palestra direcionada a comunidade acadêmica.....	112
Quadro 7 – Propostas de reuniões para tratar da reformulação do plano de acompanhamento de egressos	113
Quadro 8 –Sugestão de ação para atualização de dados cadastrais.....	116
Quadro 9 –Encontro Anual de Egressos.....	117
Quadro 10 –Etapas envolvendo o instrumento de investigação dos egressos	119
Quadro 11 – Proposta de celebração de convênio de estágio entre o IFCE Campus Caucaia e Empresas/Indústrias da região.....	123
Quadro 12 – Proposta de treinamento do sistema Q-Acadêmico módulos registro escolar (aluno/egresso) e CEE (empresa e aluno).....	125
Quadro 13 – Indicadores primários do monitoramento das ações direcionadas aos egressos	126
Quadro 14 – Indicadores secundários de desempenho da Política de Acompanhamento de Egressos	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária dos alunos do IFCE Campus Caucaia	41
Tabela 2 – Correlação entre curso, empregabilidade e vínculo empregatício dos egressos.....	100
Tabela 3 – Renda familiar bruta dos alunos e renda dos egressos com vínculo empregatício.....	101
Tabela 4 – Renda familiar bruta dos alunos e renda dos egressos.....	102
Tabela 5 – Correlação formação obtida x atuação no trabalho e expectativas quanto ao curso	103
.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DESCRREVENDO O CASO: O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	20
1.1 Breve histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	21
1.2 Conhecendo a instituição investigada: o IFCE CAMPUS CAUCAIA.....	32
1.3 Orientações e documentos sobre a aplicação do acompanhamento de egressos nos institutos federais	43
1.4 A relação da pesquisa de acompanhamento de egresso frente às orientações nacionais e locais para os cursos técnicos.....	49
2 ANÁLISE DA POLÍTICA DE MONITORAMENTO DE EGRESSOS NO IFCE CAMPUS CAUCAIA	56
2.1 Um breve olhar sobre o ensino médio profissionalizante	57
2.2 Avaliação e monitoramento de políticas públicas educacionais nos institutos federais	64
2.3 Plano de acompanhamento de egressos	71
2.4 Análise do acompanhamento do egresso na instituição investigada	78
2.4.1 Análise qualitativa do monitoramento de egressos junto aos atores do IFCE Campus Caucaia.....	81
2.4.1.1 Avaliação do desempenho do IFCE Campus Caucaia pelos atores institucionais	82
2.4.1.2 Atores institucionais e suas considerações sobre o plano de acompanhamento de egressos.....	89
2.4.2 Breve perfil dos egressos do IFCE Campus Caucaia.....	98
2.4.3 Achados a partir da pesquisa com os grupos investigados	106
3 REDESENHO E APLICAÇÃO DE UM PLANO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO A PARTIR DO CASO ANALISADO	109
3.1 Reformulação e implementação do plano de acompanhamento de egressos.....	110
3.1.1 Reformulação do plano de acompanhamento de egressos presente no PDI do IFCE Campus Caucaia.....	111
3.1.2 Criação de mecanismos permanentes de acompanhamento de egressos	115

3.1.3 .Celebração de convênio de estágio do IFCE Campus Caucaia com Empresas/ Indústrias locais.....	122
3.1.4 Capacitação do sistema Q-acadêmico.....	124
3.1.5 Monitoramento da política de acompanhamento de egressos	126
CONSIDERAÇÕES GERAIS	128
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICES	145
ANEXOS	154

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre os rumos que o Ensino Médio vem tomando no contexto educacional brasileiro. Seja pelos problemas de permanência, da qualidade da educação oferecida ou pela falta de uma identidade clara, ou ainda, pela falta de uma percepção do que é o Ensino Médio e quais seus objetivos, todas estas questões provocam debates controversos. Uma das discussões sobre o Ensino Médio centrava-se na dicotomia entre formação geral *versus* formação profissional. Essa dualidade foi reforçada após a aprovação da Lei 9.394, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), e estruturou a educação brasileira em dois níveis - ensino básico e ensino superior - restringindo a educação profissional a apenas três artigos e não atrelava esta a nenhum nível de ensino. A época, o ensino profissionalizante foi regulamentado pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, definindo que "a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este" (BRASIL, 1997, s.p.).

Contudo, durante os anos de 2003 e 2004, o ensino médio e a educação profissional voltaram a ser alvo de discussão, visto que grande parte dos jovens que finalizam o ensino médio precisam estar preparados para se inserirem no mercado de trabalho. O ensino profissionalizante, nesta perspectiva, ressurgiu na realidade educacional brasileira, num momento de crise do ensino médio. Assim, com o Decreto nº 5.154/04 (BRASIL, 2004b), surge uma nova regulamentação que reintroduz o ensino técnico nos níveis de educação. Como modalidade do ensino médio, o ensino profissional passa a ser ofertado nas modalidades integrada (ensino técnico cursado simultaneamente com ensino médio numa única matrícula), concomitante (ensino médio e técnico sendo cursados, contudo com duas matrículas diferentes) e subsequente (oferecida somente a quem tenha finalizado o ensino médio).

Com o ensino técnico de nível médio passando a figurar novamente no contexto educacional brasileiro, o Brasil vivenciou, a partir desse marco, a maior expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008b). Um dos objetivos dos Institutos

Federais (IF) é colaborar com o desenvolvimento socioeconômico local e regional, descentralizando oportunidades por meio das ofertas de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes em todos os estados do país, inclusive com um processo de interiorização. Segundo dados do Ministério da Educação – MEC – e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, em 2008, existiam 161 unidades federais de oferta da educação profissional. Ao finalizar 2014, o quantitativo de escolas passou a 562. Após a promulgação da lei de criação dos Institutos Federais, ainda em 2008, o Estado do Ceará, por exemplo, contava com seis unidades e, no primeiro semestre de 2016, o Instituto Federal do Ceará (IFCE) já conta com 27 *campi*, ou seja, mais que quadruplicou o número de unidades no intervalo de seis anos.

Tal fenômeno não vem ocorrendo apenas em nível de políticas públicas federais, com o forte investimento do Governo Federal e do MEC nesse setor, mas também existem as políticas de incentivo ao ensino profissionalizante realizadas por estados e municípios. Esse crescente investimento fundamenta-se, entre outras concepções, na Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1971), em que a atual realidade social seria transformada pelo desenvolvimento dos indivíduos por meio da aquisição de capacidades, competências e habilidades que, por consequência, elevaria o desenvolvimento do país.

O mercado do trabalho tornou-se mais seletivo ao passar a exigir trabalhadores com competências e habilidades que lhe permitam, além das atividades que desempenham, lidar com situações de mudanças e imprevistos. Assim, a ampliação da oferta e a melhoria contínua da educação profissional contribuem para a sociedade com o aumento da empregabilidade e maiores chances de oportunidade no mercado globalizado. Os investimentos públicos em educação profissional baseiam-se numa perspectiva de crescimento econômico do país, competitividade e melhoria das escolas, assim "como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea plena de grandes transformações marcadamente tecnológicas" (BRASIL, 2004a, p. 7).

Tal expansão foi bastante perceptível. Houve um considerável aumento de matrículas do ensino profissional no país. Neste contexto, é preciso reconhecer um avanço no que diz respeito ao ensino técnico de nível médio no Brasil: a crescente

expansão dessa modalidade de ensino, com oferta de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o aumento da oferta de vagas, a exigência do mercado produtivo por profissionais mais qualificados e a exploração do potencial dos cursos que devem vir a atender necessidades locais. No entanto, muitos desafios surgem desta expansão: os problemas advindos de crescimento desordenado, o questionamento sobre a qualidade da educação pública (com destaque para o ensino médio) e a falta de avaliação sobre os impactos gerados da expansão após oito anos da criação dos IFs, num cenário de fortes críticas da sociedade diante de decisões e ações governamentais.

Para avaliar o sucesso de uma política pública deve ocorrer por parte do poder público um monitoramento racional da ação governamental, pois os recursos para atender a essa demanda, assim como outras demandas públicas, são escassos. No caso de uma política de expansão do ensino profissionalizante, como se vivenciou recentemente, faz-se necessário identificar se a proposta das Instituições que promovem o ensino profissional está de fato gerando oportunidades aos seus discentes e ex-alunos, bem como atendendo às demandas do mundo do trabalho local.

Nesse sentido, o acompanhamento de egresso pode responder parte desses questionamentos por ser uma ferramenta que coleta dados a partir de sujeitos aptos a falarem sobre a instituição e avaliar a qualidade de ensino, o que também contribui na promoção de ajustes no sistema de ensino ofertado, caso seja verificado necessário. Contudo, não há como saber se atualmente os egressos do ensino profissional dos IFs desenvolveram as habilidades e competências demandadas pelo mercado, uma vez que, estas pesquisas estão sendo realizadas pontualmente.

Autores como Pena (2000) e Rus Perez (2010) atestam a importância do monitoramento de egressos para as Instituições de Ensino, em contraste com a carência dessas pesquisas. A afirmativa destes autores é corroborada por outros documentos, a exemplo do Relatório de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), que constatou a falta de pesquisas de monitoramento de egressos na RFEPT.

Foi a partir dessa observação, e atuando como técnica-administrativa em educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE),

na cidade de Caucaia, que percebi a falta de monitoramento e correções de diversas ações planejadas na Instituição, fato este que me inquietou e provocou um questionamento pessoal e profissional. Dentre as muitas situações que representam a falha de monitoramento de políticas ou programas na instituição, optei por desenvolver uma pesquisa sobre a identificação dos gargalos referentes ao monitoramento de egressos. Segundo relatório do TCU (2012) foi relatado a ausência generalizada nos IFs de um plano de acompanhamento de egressos.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar as investigações a política de monitoramento de egressos no Instituto Federal do Ceará - *Campus* Caucaia. A investigação da pesquisa dividiu-se em duas partes. A primeira com os gestores institucionais, na busca de analisar como o IFCE – *Campus* Caucaia elaborou as atividades de monitoramento de egressos e como as desenvolve na unidade; e a segunda parte com os egressos da Instituição (que concluíram o curso até o final de 2015) sobre sua trajetória após sua formação no IFCE *Campus* Caucaia, bem como sua opinião sobre a formação recebida pela unidade e adequação à sua prática profissional.

Como objetivos específicos, o presente trabalho buscará:

- Descrever a política de monitoramento de egressos do IFCE *Campus* Caucaia enfatizando o papel deste como fonte de informação para avaliação institucional e melhorias em seu planejamento;
- Analisar como o IFCE – *Campus* Caucaia elaborou as atividades de monitoramento de egressos e como vem desenvolvendo estas atividades;
- Propor um Plano de Ação Educacional (PAE) que permita um redesenho da política de monitoramento de egressos.

Quanto à divisão do trabalho, este está organizado em três capítulos distribuídos da seguinte forma:

O primeiro capítulo terá por objetivo fazer uma descrição do caso a ser investigado, que é de apresentar o acompanhamento de egressos como forma de avaliar os resultados dos recentes investimentos na educação profissional. Para isso, será traçada uma breve trajetória do ensino profissionalizante no Brasil, seu contexto atual e suas implicações, principalmente para o Estado do Ceará. Será apresentada a Instituição investigada – IFCE *Campus* Caucaia – e a comprovação

do problema da falta de acompanhamento de egresso nessa Instituição através de documentos oficiais.

O segundo capítulo tem como objetivo realizar uma análise crítica da realidade específica da Instituição investigada, com o intuito de explorar como tem sido refletida, formulada e aplicada a política de acompanhamento de egressos no IFCE - Campus Caucaia. A fundamentação teórica baseou-se em 03 (três) eixos: o ensino médio profissionalizante; a avaliação e o monitoramento de políticas públicas com enfoque na educação; e o plano de acompanhamento de egresso. O eixo ensino médio profissionalizante foi embasado em autores como Viamonte (2011), Beluzzo (2001) e Sampaio (2009). O eixo avaliação de políticas públicas teve suporte teórico em Arellano *et al.* (2002), Thoenig (2000) e Both (2001), enquanto o eixo plano de acompanhamento de egresso teve fundamento em Rocha *et al.* (2005), Sampaio (2013), Michelan *et al.* (2009) e Lousada e Martins (2005).

O último capítulo teve como objetivo formalizar um Plano de Ação Educacional (PAE), com um conjunto de sugestões que possam subsidiar o trabalho do Diretor Geral e demais atores institucionais, no sentido de redesenhar a política de acompanhamento de egresso traçada no Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como traçar ações que assegurem e subsidiem sua aplicação. Por fim, foram apresentadas considerações gerais sobre o PAE e a análise de possíveis desafios para que a proposta seja a mais viável para o IFCE – Campus Caucaia.

1 DESCREVENDO O CASO: O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Para mostrar ao leitor o problema gerador desta pesquisa foi necessário descrever detalhadamente os fatos que circundam a educação profissional, tanto no que se refere às discussões nacionais sobre o assunto – que geraram um forte investimento nessa modalidade com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) - quanto a realidade escolar – a de verificar se essa expansão, de fato, gerou os resultados esperados.

Na dimensão federal, o presente capítulo procurou evidenciar, de forma sucinta, os fatos que culminaram com o ressurgimento da educação profissional de nível médio no cenário nacional, tomando como marco inicial a constituição de um novo ordenamento jurídico, em 2004, passando pela criação dos Institutos Federais, a maior expansão que a RFEPT vivenciou em sua história.

Na dimensão escolar, esta pesquisa procurou investigar se uma unidade de Instituto Federal, criada numa das fases da expansão da rede, vem cumprindo com sua missão de mudar a realidade dos jovens da região, por meio de um ensino de qualidade que explore as potencialidades locais. Um dos meios de investigar o alcance desses objetivos é instituir uma política de acompanhamento de egressos, e o presente capítulo buscou justamente descrever como vem se desenvolvendo esse monitoramento por parte dos IFs e se estes estão sendo aplicados e servindo de base para o planejamento institucional.

Sendo assim, neste primeiro capítulo, o texto se dividiu em quatro seções, a saber: em primeiro lugar, foi descrito brevemente a trajetória dos IFs. Posteriormente, foi descrito o cenário da pesquisa, apresentando dados da cidade onde o IFCE Campus Caucaia se localiza e dados gerais sobre a unidade investigada. Em seguida, foram descritos os documentos externos que orientam a política de acompanhamento de egresso. O capítulo foi finalizado com alguns apontamentos sobre a Instituição investigada, no tocante à definição das atividades de acompanhamento de egressos, de forma a apresentar o cenário em análise.

1.1 Breve histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Embora a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica venha passando por sua maior expansão, em decorrência da Lei de criação dos Institutos Federais, consideravelmente recente (BRASIL, 2008b), a trajetória das escolas técnicas iniciou há quase 107 anos (BRASIL, 2007a).

De acordo com o documento educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2007a), que traz um histórico dos Institutos Federais, este principia em 1909, quando o Presidente da República Nilo Peçanha fundou as Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909). Na época, foram criadas dezenove destas escolas em diferentes unidades da Federação. As Escolas de Aprendizes Artífices foram inspiradas nas escolas vocacionais francesas, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito com cursos direcionados para as artes e ofícios, como forma de prover formação profissional aos pobres e desvalidos, assumindo um aspecto assistencialista.

Com o processo de industrialização no país despontando na década de 1930-1940, intensificado na década de 1950, começa a se modificar o eixo da política econômica, que passa a assumir caráter mais industrialista. As Escolas de Aprendizes Artífices eram caracterizadas por uma infraestrutura inadequada para atender às expectativas das indústrias. Diante desse fato, ocorreu a transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro 1937 (BRASIL, 1937), voltados às novas exigências necessárias para o processo de modernização do país. Assim, a instituição passa a ofertar cursos de formação profissional.

Entre os anos de 1942 e 1946, foi instituído um conjunto de leis conhecido como "Reforma Capanema". Esta reforma remodelou o ensino em todo o país, envolvendo os ramos de ensino secundário, industrial, comercial, agrícola, normal e primário. Os principais pontos da reforma foram:

- o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;
- o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão;

- os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (BRASIL, 2010b, p. 4)

Em 1942, os Liceus Industriais passam a se denominar Escolas Industriais e Técnicas, por meio do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1942). Essa reforma instituiu a Rede Federal de Instituições de Ensino Industrial, que organizou o ensino industrial em dois ciclos. No primeiro ciclo ocorria o ensino industrial básico, o de maestria e o artesanal. No segundo ciclo ocorria o ensino técnico e o pedagógico.

Nesse período, a dualidade na educação se tornou muito expressiva, pois os egressos da educação média profissionalizante tinham acesso restrito ao ensino superior. Para estes egressos só era permitido o ensino superior na mesma área do curso, o que diminuía consideravelmente as oportunidades de cursar o ensino superior. Já aos alunos egressos do secundário não havia restrição alguma na consecução no ensino superior, fortalecendo o ideário de que o acesso ao ensino superior era destinado às elites.

As novas exigências por uma força de trabalho moldaram o ensino profissional. Esse cenário foi propício à criação de outras instituições de ensino profissionalizante, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Em 1959, o ensino técnico do Brasil foi unificado pela legislação e as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. Essa mudança possibilitou maior autonomia didática e de gestão. Com a aceleração do processo de industrialização, que demandava mão de obra capacitada, intensificou-se a formação de técnicos nas Escolas Técnicas Federais.

Em 1961, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), que permitiu a articulação direta entre os ensinos secundários e profissional. Com isso, os egressos dos cursos técnicos passam a ter o direito de ingressar em qualquer curso superior. Entretanto, esse avanço "não conseguiu superar a dualidade, tendo em vista a permanência de duas redes de ensino no sistema educacional brasileiro, sendo que o ensino

secundário continuou mantendo o privilégio de ser reconhecido socialmente" (SANTOS, 2003, p. 19).

Nessa etapa, diferentemente do que ocorreu com as Escolas de Aprendizizes e Artífices que eram destinados a pessoas "desprovidas" e que não apresentavam resultados relevantes, as Escolas Técnicas Federais passaram a ser identificadas pela qualidade da educação ofertada, passando a gozar de grande prestígio tanto do empresariado quanto da sociedade, atraindo um público diferente daquele pensado em seus primórdios. Segundo Santos (2003):

Das escolas antes destinadas aos desvalidados e aos desprovidos de fortuna no tempo em que eram Escolas de Aprendizizes e Artífices, estas instituições se converteram em Escolas Técnicas, nas quais a grande parcela dos técnicos por elas formados, no contexto dos anos 60 e 70, eram recrutados, quase sem restrições, pelas grandes empresas privadas ou estatais (SANTOS, 2003, p. 220).

Em 1978, três Escolas Técnicas Federais se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica nos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, surgindo, assim, os CEFETs, por meio da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978 (BRASIL, 1978). Essa mudança trouxe a possibilidade dessas Instituições ministrarem cursos de graduação plena. Isso propiciou avanços em implementação de cursos com níveis mais elevados, o que viria a ocorrer nas décadas de 1980 e 1990, com a criação de cursos de Pós-Graduação.

Nos anos 1990, a concepção sobre o ensino profissional-tecnológico já se encontrava amadurecida. Tal ensino tinha a missão de acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas do país nos diferentes nichos de mercado. A Lei 8.711, de 28 de setembro de 1993 (BRASIL, 1993) modificou a identidade das Escolas Técnicas que eram direcionadas ao Ensino Industrial, ao substituir o termo "área técnico-industrial" por "área tecnológica", e passando também a ofertar cursos de curta duração aos setores primário e terciário.

Ainda na década de 1990, deu-se início a reforma do Ensino Médio e Técnico promovido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto nº 2.208, de 17 abril de 1997 (BRASIL, 1997b). A principal característica desse decreto foi desvincular o ensino técnico do ensino médio, com a justificativa de que os cursos desenvolvidos pela Rede Federal eram caros e não davam retorno para o mercado de trabalho. Nas palavras de Silveira (2011):

A reforma do Ensino Médio e Técnico mediada pelo Decreto 2.208/97 manifestou essa concepção de educação na Resolução 04/99, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (DCN), analisadas e apreciadas pelo Parecer 16/99. No aspecto pedagógico, as DCN retomam a *teoria do capital humano* sob nova aparência, nova roupagem. Caracterizadas por um conjunto de princípios e critérios, as diretrizes definiram a metodologia de elaboração dos currículos a partir de competências gerais em vinte áreas profissionais, enquanto o Parecer 16/99, contraditório em sua essência, busca redimir a sociedade dos estragos que a Lei 5.692/71 e o Parecer 45/72 teriam legado, justificando assim a separação entre Ensino Médio e Técnico (SILVEIRA, 2011, p. 8-9).

Essa estrutura de separação entre a formação propedêutica e a formação técnica representa uma dicotomia que caracterizou o próprio ensino médio, pois esta modalidade de ensino sempre foi marcada por uma falta de identidade clara. Na década de 1990, houve uma expansão considerada no ensino médio, impulsionada pelo período de redemocratização do país. Esse período foi importante para a Educação, pois a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) passou a dar à educação o status de direito social, subjetivo, e ocorreram avanços com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que organizou sobre matéria educacional.

Contudo, no que se refere à educação profissional, o número de matrículas se manteve praticamente estagnado em comparação com o número de matrículas do ensino médio regular. Houve também uma ampliação dos cursos ofertados por estas escolas, pois os cursos técnicos passaram a ser ofertados nas formas concomitante e sequencial à educação básica, e restringiu a oferta do ensino médio técnico integrado. Ocorreu o incentivo por parte do governo para que estas escolas se adequassem ao modelo desejado (o dos CEFETs) e obtivessem recursos financeiros através do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). A época também foi marcada pela abertura do mercado para essa modalidade de ensino, ou seja, instituições privadas passaram a ofertar ensino técnico profissionalizante.

Contudo, a partir de 2003, o MEC e o SEMTEC tiveram a iniciativa de discutir os impactos proporcionados pelo Decreto nº 2.208/97 (BRASIL, 1997b). Era forte a expectativa por novos caminhos para a educação em função de um novo governo. Aspiravam-se concepções mais progressistas e grande parte da comunidade educacional se mostrava descontente com a retirada do ensino técnico no ensino médio, “principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores da área

trabalho e educação” (BRASIL, 2010b, p. 17). Em meio a essa conjuntura, ocorreram seminários em que o foco dos debates era o ensino médio e a educação profissional, com representantes dos sistemas federais, estaduais, Sistema “S”¹, consultores e afins, ocorreram calorosos debates, reflexões e questionamentos que demonstraram a divergência:

Dos diversos sujeitos sociais a respeito da análise das políticas vigentes e de concepções distintas ou contraditórias para propostas de novos instrumentos jurídico-normativos e de novas políticas públicas para a área (SILVEIRA, 2005, p. 11).

Ainda, de acordo com Silveira (2005), esses debates sobre a análise das políticas públicas aplicadas à educação profissional, na época, conduziram a três proposições centrais: a de manter o decreto vigente com o mínimo de alterações, defendido pelo Conselho de Diretores dos CEFETs e o Sistema “S”; a revogação pura e simples do decreto, defendida pelos Sindicatos e a de se revogar esse decreto e substituí-lo por outro que defendesse a implementação de uma política pública de ensino técnico integrado ao ensino médio, defendido pelo governo. Essa terceira proposição foi ganhando força e juntamente com a pressão decorrentes em sua maioria das instituições federais que ministram o ensino profissionalizante, o Decreto nº 2.208/97 (BRASIL, 1997) foi revogado e em seu lugar passou a valer o Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004b).

Tal decreto volta a permitir a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio dando nova redação aos artigos 36, 39 e 41 da LDB. A época, tinha-se o seguinte contexto:

O Decreto nº 5.154/04 surge quando apenas 51% da população entre 15 e 19 anos, aptos a cursar o EM, estão nele matriculados. Além desse significativo déficit quantitativo, faltam sentido e identidade próprios para o EM brasileiro. Para essa falta de sentido/identidade concorrem, pelo menos,

¹ Conjunto de entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, com raízes comuns e características organizacionais similares. São chamados Sistema “S” por essas Instituições (nove ao todo) iniciarem seu nome com a letra S. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

duas amplas dimensões. Uma relativa à sua própria concepção e, outra, ao deficiente financiamento (MOURA, 2007, p.11).

Tal decreto também altera outros pontos essenciais à evolução da educação profissional, direcionando para a configuração existente atualmente, tendo como premissas:

i) a organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica - ao estabelecer focos de atuação para as respectivas unidades dos IFs, isto é, oferta de cursos e programas conforme as potencialidades de desenvolvimento produtivo e inovativo nas dimensões do local, territorial e regional; e, ii) a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia - ou seja, pressupõe a articulação e convergência com as demais políticas nestas áreas (SAMPAIO, 2013, p. 72-73).

Dentre as discussões sobre educação profissional que estavam ocorrendo na época, uma destas resultou no documento “Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (PPEPT)”, elaborado pelo Ministério da Educação, em 2004 (BRASIL, 2004b). O documento traçava novos rumos com relação à educação profissional e tecnológica, exigindo correções de conceitos e reordenamento de práticas e traçando os princípios norteadores da educação profissional e tecnológica, baseados no compromisso com a redução das desigualdades sociais, em assumir que o desenvolvimento econômico é fundamental, em incorporar a educação básica (fundamental e média) como um direito garantido e o comprometimento de uma escola pública de qualidade.

Além dos princípios citados, de acordo com o referido documento, a educação profissional deveria estar pautada nos seguintes pressupostos:

Integração ao mundo do trabalho, interação com outras políticas públicas, recuperação do poder normativo da LDB, reestruturação do sistema público de ensino médio técnico e compromisso com a formação e valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2004b, p. 6).

Nesse cenário, foi organizado um calendário de conferências estaduais e federal entre os anos de 2006 e 2007. O resultado desses debates resultou na Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008b), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT). Em 2009, ano do centenário da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, as 160 instituições federais que ministravam ensino profissionalizante se transformaram em Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), contando com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A criação dos IFETs resultou da política pública apresentada pelo governo federal no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007b), denominado Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e o documento intitulado Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas (PDE). Essa política, que visava fortalecer a educação pública no país, objetivou atuar de forma estratégica ao compreender a necessidade do desenvolvimento nacional como fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã além de garantir “um padrão unitário de qualidade nas instituições educacionais públicas e privadas em todo o País” (BRASIL, 2011, p. 24).

A Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) afirma que a educação profissional deve se adaptar às necessidades do mundo do trabalho. A LDB, em seu capítulo III, art. 39 traz, *in verbis*: “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996, p.13).

Diante desse contexto nos últimos anos, tem-se percebido um aumento de matrículas do ensino profissional no país. Segundo o Censo Escolar de 2012 (BRASIL, 2012c) o número de matrículas nessa modalidade de ensino foi de 1.362.200 frente a 780.162 em 2007, o que representa um aumento de 74,6% de matrículas. Esse crescimento acentuado, nos últimos anos, é um fenômeno que não vem ocorrendo apenas em nível de políticas públicas federais, com o forte investimento do governo federal e do Ministério da Educação nesse setor, mas também políticas estaduais e municipais vêm ampliando o número de vagas da educação profissional. Os investimentos públicos em educação profissional baseiam-se numa perspectiva de crescimento econômico do país, competitividade e melhoria das escolas, assim "como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica" (BRASIL, 2004a, p.7).

De acordo com Tavares (2012), a educação profissional assume o papel de promoção do desenvolvimento do país por meio da oferta à população de ensino, pesquisa e extensão, em sintonia com as demandas dos Arranjos Produtivos Locais.

Como os Institutos Federais também oferecem ensino em nível de graduação, em que no mínimo 20% destes cursos devem ser de licenciatura ou de formação de professores, assume, ainda, o compromisso de reduzir a carência de profissionais habilitados para atuar na educação básica, sobretudo na área de Ciências. Também objetiva formar técnicos, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas, de modo a contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional.

Dessa forma, a Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação entregou as 214 unidades previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas.

O MEC investiu mais de R\$ 3,3 bilhões, entre os anos de 2011 e 2014, na expansão da educação profissional. Das 208 novas unidades previstas para o período, todas entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas em atividade. São 38 Institutos Federais presentes em todos os estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Segundo Brasil (2004a), essa expansão está se dando de forma sucessiva e contínua, e pode ser dividida em três fases, cada uma formada por um conjunto de critérios que define a localização dos novos *campi*, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Critérios de escolha dos lugares dos novos *campi* por fase da expansão

Fase da Expansão	Critérios
Fase I (2003 a 2010)	<ul style="list-style-type: none"> a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.
Fase II (2011/2012)	<ul style="list-style-type: none"> a) Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos campi); b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões; c) Sintonia com os arranjos produtivos locais; d) Aproveitamento de infraestrutura física existente; e) Identificação de potenciais parcerias.
Fase III (2013/2014)	<ul style="list-style-type: none"> a) População dos Estados em relação à população total do Brasil; b) Presença das redes federal e estadual de educação profissional e tecnológica nos Estados (esta última apoiada pelo Programa Brasil Profissionalizado); c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada Estado; d) Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em relação à população jovem do Estado; e) Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.

Fonte: Informações da Setec/MEC, retirado do relatório de gestão TCU (2012).

Percebe-se que, desde a escola de aprendizes até a atualidade, com os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, se passaram quase 107 anos de história da educação profissional e muitas foram as transformações, sejam elas de ordem política, estrutural ou pedagógica, para promover a melhoria do ensino e preparar as gerações para o desenvolvimento técnico científico que o mundo vem vivenciando.

O projeto de educação desenvolvido por uma instituição de ensino tem de estar pautado na realidade, visando a sua transformação a partir da reflexão, do

aprimoramento das ações e produção de novos saberes, tendo em vista que contexto algum deve ser algo pronto e acabado.

De modo que, é imprescindível reconhecer o papel social da escola no desenvolvimento dos processos educativos, na sistematização e socialização da cultura historicamente produzida pelos homens.

A educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e apropriação de 'saber social' (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses e necessidades) (GRZYBOWSKI, 1986, p. 51- 52).

Assim, é papel da escola formar um cidadão crítico, participativo, ético, objetivando a sua formação integral, contemplando o desenvolvimento físico, político, social, cultural, filosófico, profissional, afetivo, ético, capaz de interagir e intervir na construção e/ou na transformação da sociedade através da produção, disseminação e aplicação do conhecimento científico e tecnológico.

Além disso, é sabido que na história da educação diversas experiências envolveram o ensino médio e o ensino profissionalizante. Ensino médio ora associado, ora integrado ao profissionalizante, cursos pós-médios e superiores, sempre tentando reformular e adaptar seus cursos a partir das diretrizes e orientações legais, porém a etapa final da Educação Básica e essa modalidade de ensino (profissional) podem ser vistas como complementares e interdependentes.

Tais experiências oportunizaram reflexões que conduziram ao entendimento de que uma solução viável seria ofertar um ensino médio que garantisse a integralidade da Educação Básica, contemplando, ao mesmo tempo, o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade e os objetivos adicionais da formação profissional, integrando assim, essas duas dimensões.

O ensino técnico e profissionalizante está tão em ênfase que o atual Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) projetou duas de suas vinte metas (10 e 11) em estipular um quantitativo de jovens e adultos que venham a ser atendidos na educação profissional, assegurados o padrão de qualidade. Na íntegra, as metas explanam:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (BRASIL, 2014, p. 9 - 10).

Cabe destaque que a importância dessas metas não deve incidir apenas no número de matrículas, mas no quantitativo de egressos. Pelo Termo de Acordo, Metas e Compromisso celebrado entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, os IFs assumem um conjunto de compromissos, com destaque para:

Que a atuação, dos Institutos Federais - IF, pautada na democratização do acesso e permanência nos processos formativos implica na ampliação da oferta, na necessidade de reduzir as taxas de evasão, na ocupação de vagas ociosas, e sua ocupação em todos os turnos, especialmente no período noturno (BRASIL, 2009b, p. 2).

Outra responsabilidade dos IFs quanto ao seu funcionamento é:

[...] os compromissos dos Institutos Federais - IF com a implantação de programas e sistemas de gestão comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos (BRASIL, 2009b, p.2).

Nesse sentido, a expansão da Rede Tecnológica de Ensino representa grande relevância para o país, pois tem o objetivo de proporcionar educação de qualidade e oportunizar aos menos favorecidos preparação com conhecimentos diferenciados que o façam ser capazes de atuarem em diferentes setores da economia. Estudar em Institutos Federais - que hoje são centros de referência educacional - faz parte do processo de políticas que busca revitalizar a educação brasileira.

Além dos Institutos terem a proposta de atender a crescentes demandas, também assume um viés de redução de desigualdade regional e sub-regional, bem como de interiorização.

É a partir das iniciativas de avaliação dessa política que se saberá de fato se os Institutos Federais estão cumprindo suas propostas. O acompanhamento de egressos permitirá verificar se a capacitação fornecida pelos Institutos Federais se adequa às demandas do setor produtivo, além de propiciar informações necessárias

para justificar a continuidade ou replanejamento dos cursos já existentes e para dar suporte à criação de novos cursos.

1.2 Conhecendo a instituição investigada: o IFCE CAMPUS CAUCAIA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) foi criado oficialmente no dia 29 de dezembro de 2008 pela Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b). Até se tornar IFCE, a instituição passou pelas seguintes denominações. Conforme apresentadas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Linha do tempo do IFCE

1909	Escola de Aprendizes e Artífices
1937	Liceu Industrial de Fortaleza
1942	Escola Industrial de Fortaleza
1968	Escola Técnica Federal do Ceará
1994	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
2008	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Fonte: IFCE (2016).

No ano de 1994, a escola passou a chamar-se Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (Cefet/CE), ocasião em que o ensino foi estendido ao nível superior e suas ações acadêmicas, acrescidas das atividades de pesquisa e extensão. Assim, estavam fincadas as bases necessárias à criação do Instituto Federal do Ceará. A nova instituição tem forte atuação nas áreas da pesquisa e da extensão, com foco especial nas linhas atinentes às áreas técnica e tecnológica.

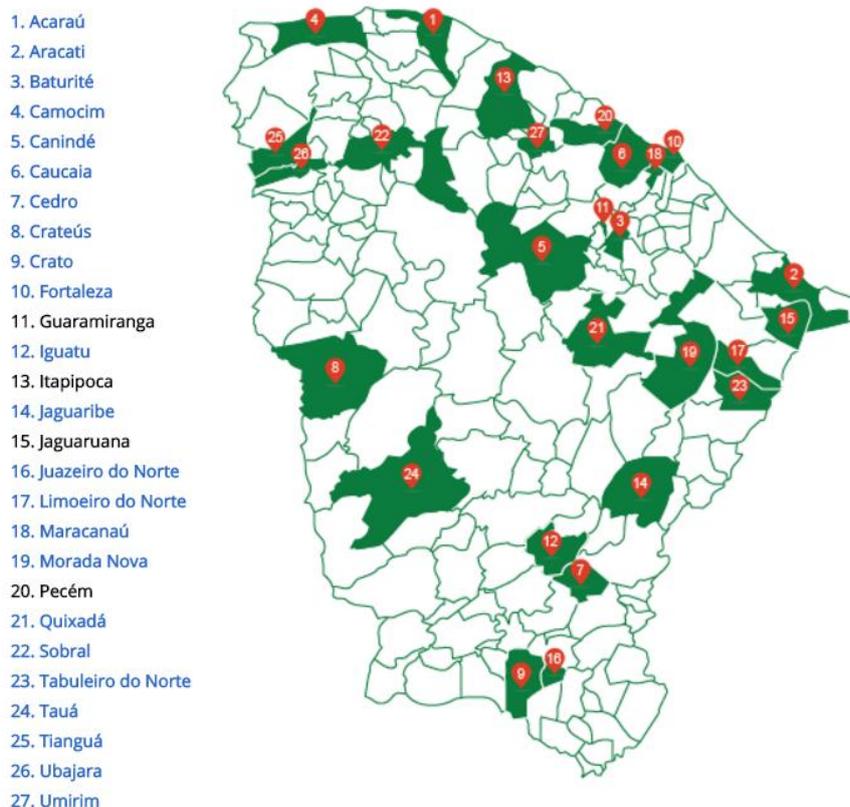
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, ciente da importância do seu papel no cenário de transformações, que é hoje o mundo do trabalho, está se preparando para desempenhar tal tarefa com qualidade, reinterpretando o seu relacionamento com o segmento produtivo e buscando novos modelos curriculares.

Diante da proposta do ensino profissional e tecnológico ser fator estratégico tanto do ponto de vista social como econômico, com um direcionamento das políticas públicas para esta pauta e forte investimento voltado a essa modalidade de ensino, observou-se um acentuado crescimento da Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica (RFEPT) no IFCE, que de seis unidades em 2008, passou a ter 27 unidades em 2016, ou seja, mais que quadruplicou o número de unidades no intervalo de quase oito anos.

O IFCE iniciou com seis *campi*, resultado da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais existentes no Ceará. Com a criação de novas unidades, houve uma expansão e a descentralização da Instituição, resultando em mais regiões com acesso ao ensino médio de nível técnico e aos cursos de graduação. Atualmente o IFCE está em funcionamento nas cidades de Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Guaramiranga, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, São Gonçalo do Amarante (Pécem), Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. Além disso, ainda serão instalados cinco *campi* localizados nos municípios de Acopiara, Boa Viagem, Horizonte, Maranguape e Paracuru. Pode-se perceber na Figura 1 abaixo que os *campi* do IFCE estão distribuídos em todas as regiões do Estado.

Figura 1 - Expansão da RFEPT no Ceará



Fonte: IFCE (2016).

Foi nesse contexto que o governo federal, dentro do plano de expansão da rede federal de educação tecnológica, fundou o IFCE no município de Caucaia. O IFCE campus de Caucaia, criado em 27 de dezembro de 2010 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, está situado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), distante 17 km do centro da capital cearense. Possui o maior território da região (1.227,895 km²) e uma população de 324.738 pessoas (IBGE, 2010). Desses, 34.176 são jovens que se encontram em idade entre 15 e 19 anos. De início, a unidade recebia a denominação Campus Avançado de Caucaia, por ser dependente administrativo do IFCE Campus de Maracanaú, também localizado na região metropolitana de Fortaleza.

A unidade foi fruto da segunda fase do plano de expansão da RFEPT. O IFCE Campus Caucaia foi instalado no bairro Pabussu, distante 2 km do centro da cidade. O espaço foi fruto de doação da prefeitura municipal de Caucaia. O terreno tem uma área total de 4,7 hectares, e assim como outros *campi* avançados a estrutura era de médio porte, contemplada com quatro salas de aulas, sete laboratórios, sala de videoconferência, biblioteca, sala de professores, auditório e quadra poliesportiva, com investimentos na ordem de R\$ 2,9 milhões.

Em 2013, a unidade se desvincula do IFCE *Campus* Maracanaú e passa a ter autonomia administrativa, deixando de ser um campus avançado e assumindo a posição de campus. Ao mesmo tempo em que tem aprovado um plano de expansão, ganhando um bloco de ensino com capacidade para dez salas de aula com acessibilidade, sala de professores, de coordenação de curso e de coordenação técnico-pedagógica.

Caucaia foi escolhida em consonância com a primeira e a segunda finalidade do artigo 6º da Lei nº. 11.892/2008, que são:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2008b, p.04).

Por sua proximidade com a cidade de São Gonçalo do Amarante, onde se localiza o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), o projeto inicial de

oferta dos cursos no Campus em Caucaia se baseou em responder às necessidades de mão de obra especializada para atender às demandas emergentes do complexo (atendendo à segunda finalidade), promovendo qualificação aos cidadãos com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local (em cumprimento à primeira finalidade).

O CIPP tem papel de destaque no PIB do Ceará, sobretudo pela implantação das mais diversas empresas que atuam em setores como: Siderurgia, Petroquímica, Geração de Energia, Eletromecânica e Metalmeccânica. Dentre as empresas implantadas e em implantação tem-se: Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, Refinaria Premium II, Termoceará, Wobben, Energia Pecém Geração de Energia, dentre outras.

Os cursos ofertados pela Instituição tiveram como objetivo inicial criar solução técnica a uma demanda da região, que tinha uma notória carência de profissionais qualificados para atender às indústrias que compõem o CIPP. Assim, ao ofertar educação de qualidade, os alunos do IFCE de Caucaia teriam mais oportunidades para se inserir no mercado de trabalho, além de possibilitar a continuidade em níveis mais elevados de estudo, o que propicia um desenvolvimento socioeconômico para a região.

Além da escolha da cidade de Caucaia para sediar uma unidade do IFCE pela estratégia logística (proximidade com a CIPP), a fundação da Instituição nesse município também levou em consideração outras peculiaridades da região, como a necessidade de maiores oportunidades aos jovens, uma oferta de educação pública de qualidade e outras necessidades locais.

Sendo uma das mais importantes cidades do Ceará, Caucaia possui o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e a 2ª maior população, onde se estima 353.932 habitantes em 2015 (IBGE, 2010). O crescimento econômico do município tem se caracterizado por ser área de expansão da capital, sendo que significativa parcela de sua população se encontra fisicamente mais vinculada à Fortaleza.

Segundo o Anuário do Ceará 2013/2014 (CEARÁ, 2014), a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental em 2012 foi de 77,8% e a taxa de escolarização líquida do ensino médio, também de 2012, foi de 38,4%, o que demonstra dados educacionais preocupantes, visto que há uma acentuada redução de matrículas no ensino médio, o que demonstra a interrupção breve dos estudos

em grande parcela da população. Outro dado preocupante é que, segundo a mesma pesquisa, no ano de 2012, foram registradas 52.831 matrículas no ensino fundamental frente a 14.313 matrículas no ensino médio, o que representa uma queda de 72,9% do número de matrículas. Pode-se afirmar, diante disso, que grande parte dos alunos que finalizam o ensino fundamental em Caucaia não ingressam no ensino médio, ou se ingressam, abandonam ou evadem, o que mostra a necessidade de procurar soluções para minimizar este problema.

Ainda, de acordo com os dados do anuário, observou-se que a cidade de Caucaia apresentou, em 2010, o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará. O índice de desenvolvimento humano (IDH) era de 0,682 (8º no Ceará), representando um desenvolvimento humano médio². Nesse período, a média de rendimento das pessoas economicamente ativas era de R\$ 510,00, o que representava 1 Salário Mínimo (IBGE, 2010). Tais dados demonstraram a necessidade de se pensar em políticas públicas para melhorar a educação na cidade e, por consequência, possibilitar uma transformação social e econômica.

Registrou-se junto à Secretaria de Educação Municipal de Caucaia, que até o período de 2010, quando foi criado o IFCE – Campus Caucaia, havia apenas uma escola de educação profissional de nível médio na cidade, pertencente à rede estadual. As escolas de ensino profissional vêm a oferecer:

Uma formação capaz de inseri-los no mundo do trabalho e de levá-los a compreender as questões relativas a emprego/desemprego, formação e trabalho e os processos econômicos e sociais em curso no mundo atual (BRASIL, 2012a, p. 7).

A educação profissional assume diferencial estratégico como forma de reverter esse cenário. Nesse sentido, o IFCE surge na cidade como Instituição que venha a colaborar com o desenvolvimento socioeconômico local, descentralizando oportunidades por meio das ofertas de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, pois até então estas se centravam em Fortaleza. A expectativa de uma maior ênfase na educação profissional é de que possam ser gerados

² De acordo com o artigo “Como o IDH afeta a educação?”, da Revista Escola Pública, em out/nov de 2015, o IDH foi criado para medir a qualidade de vida e considera três aspectos: educação, Produto Interno Bruto (PIB) per capita e expectativa de vida. O índice varia de zero a 1, onde quanto melhor o desenvolvimento da região considerada mais próximo o índice se aproximará de 1. Com relação a interpretação dos índices, de 0 até 0,499 o desenvolvimento humano é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799, médio; e acima de 0,800 é alto. Disponível em <<http://revistaescolapublica.com.br/textos/26/artigo257975-1.asp>> Acesso em 12 mar 2016.

inúmeros desdobramentos pela descentralização das oportunidades, ao se empoderar localidades com mão-de-obra mais qualificada e influenciar a "mentalidade local" quanto à responsabilidade de intervenção e solução dos seus problemas locais, entre outros aspectos (SAMPAIO, 2013).

A identidade institucional confere singularidade ao IFCE e traduz o que se considera o ideal pedagógico da Instituição. Esse ideal encontra-se representado na missão, visão e nos valores. A missão é o detalhamento da própria razão de existência da Instituição; a visão norteia a Instituição para projetar o que se quer alcançar e de que forma (a médio e longo prazo) e os valores são os princípios que regem a Instituição. Assim, ao se propor avaliar se uma Instituição de Ensino está cumprindo com sua proposta, o ideal dela precisa ser considerado, já que "um sistema de avaliação deve servir para vislumbrar o sucesso da missão e da visão que sustentam uma organização". (ARELLANO *et al.*, 2002, p. 39). Apresentando os ideais do IFCE Campus Caucaia, sua missão é:

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética (IFCE, 2014, p. 14).

O ensino desenvolvido pela Instituição tem como objetivos:

- I. Formar o educando para a vida e para o trabalho, desenvolvendo o senso crítico e o espírito científico;
- II. Promover o desenvolvimento tecnológico, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- III. Qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, objetivando a sua inserção e o melhor desempenho no mundo do trabalho (IFCE, 2015a, p. 11).

O IFCE - Campus Caucaia tem como visão "tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia" (IFCE, 2014, p. 14). A unidade apresenta como valores:

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental (IFCE, 2014, p. 14).

Como integrante do IFCE e sintonizado com a Visão e Missão da instituição, o campus de Caucaia define a sua oferta de cursos, levando em consideração a demanda por profissionais altamente qualificados dotados de conhecimento tecnológico, determinada pela atividade industrial, largamente dominante no município.

Com esse intuito foram implantados os cursos de Técnico em Eletroeletrônica, Técnico em Metalurgia e Técnico em Petroquímica, todos na modalidade concomitante, “ofertada a quem ingressa no ensino médio ou já o estejam cursando” (IFCE, 2015a, p. 12). Os cursos dessa modalidade têm duração de quatro semestres, e até 2014 tinha ingresso semestral, que ocorria através de classificação por exame de seleção, através de prova de conhecimentos gerais e redação.

Em 2015, os cursos já existentes também passaram a ser ofertados na modalidade integrado, ofertada aos egressos do ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a “conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica” (IFCE, 2015a, p. 12). O curso integrado possui os mesmos moldes de admissão. Contudo, seu regime é integral, no qual os alunos passam oito horas diárias na escola. Dessa forma, o curso dessa modalidade que geralmente dura oito semestres reduz o seu tempo de duração para seis semestres.

O currículo do IFCE compõe-se de todas as atividades desenvolvidas com o propósito de promover a construção do conhecimento, a aprendizagem e a interação do educando com a sociedade, preparando-o para a vida produtiva e para o exercício da cidadania. Com os cursos ofertados, o IFCE Campus Caucaia pretende preparar profissionais em nível técnico com as habilidades e competências requeridas pelo mercado de trabalho, com domínio do saber, do saber fazer e gerenciador dos processos produtivos, utilizando técnicas, métodos e procedimentos adequados, de modo a garantir a qualidade e a produtividade dos processos industriais, sem perder de vista a segurança dos trabalhadores.

Ressalta-se que os profissionais egressos dos cursos do Campus de Caucaia devem atender não só à demanda emergencial da refinaria e siderúrgica, mas também a todas as empresas do polo industrial de Caucaia e outros setores correlatos que se estabelecerem no entorno da Região, de modo que venham a

contribuir para o fortalecimento das mudanças locais, na atuação na produção de saberes que estejam vinculados com o contexto global numa visão comprometida com o desenvolvimento social de forma sustentável. Ainda, de acordo com a própria Instituição, esta afirma que:

O discente está sendo capacitado, em sua dimensão pessoal e social, para responder aos desafios da sociedade, tornando-se capaz de gerar e aperfeiçoar tecnologias, a partir do desenvolvimento de suas habilidades de aprender e de recriar permanentemente, integrando os conhecimentos adquiridos com a realidade local, regional e nacional (IFCE, 2014, p. 17).

De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso, tanto na modalidade Integrado como Concomitante, os cursos de Metalurgia, Eletroeletrônica e Petroquímica, devem desenvolver em seus alunos as seguintes competências e habilidades:

- **Metalurgia:** ter competência técnica, domínio do saber, do saber fazer e gerenciador dos processos produtivos, utilizando técnicas, métodos e procedimentos adequados, de modo a garantir a qualidade e a produtividade dos processos industriais, sem perder de vista a segurança dos trabalhadores. Exercerá funções de planejamento, montagem e manutenção de plantas industriais que envolvam estruturas mecânicas, no gerenciamento e na prestação de serviços afins.
- **Eletroeletrônica:** O Técnico em Eletroeletrônica com ênfase em instrumentação industrial estará apto a atuar em qualquer indústria ou empresa que possua processos automatizados, em especial as refinarias de petróleo e siderúrgicas. Também poderá atuar em empresas de projetos e/ou consultoria em automação e calibração de instrumentos, bem como atuar no setor técnico e comercial de fornecedores de produtos e serviços em montagem eletrônica e manutenção de instrumentação industrial.
- **Petroquímica:** O Técnico em Petroquímica exercerá suas atividades profissionais nas indústrias de uma forma geral, e em particular nas demandas voltadas para indústrias e empresas químicas e petroquímicas, estações de tratamento de água e de efluentes das indústrias petroquímicas, empresas siderúrgicas e de mineração, indústria de celulose e papel, indústria metalúrgica e laboratórios químicos.

Contudo, a expansão do IFCE apresenta desafios pela forma acelerada e não estruturada de crescimento, o que vem acarretando uma desproporcionalidade entre recursos (materiais e imateriais) e demanda, comprometendo o alcance dos objetivos dessa Instituição.

Descreveu-se anteriormente a estrutura física inicial da unidade e sua expansão futura com a criação de um novo bloco de ensino. Contudo, essa estrutura física é insuficiente. Dos sete laboratórios iniciais, três se tornaram sala de aula para atender à demanda. Com o decorrer dos semestres e novas entradas de turmas, as quatro salas de aulas se tornaram insuficientes e por isso houve essa mudança. O novo bloco foi inaugurado, mas apresentou problemas elétricos e com isso o gargalo quanto ao espaço físico persiste. Entre o final de 2015 e início de 2016, houve uma melhora nesse sentido, com a resolução dos problemas físicos do novo bloco. Contudo, com relação aos laboratórios, ainda há muito a avançar.

O campus também enfrentava carência de servidores. Quando as atividades iniciaram, em 2011, o quantitativo de professores necessários para o andamento do semestre era insuficiente e o quadro teve que ser complementado com contratação de professores temporários. Além disso, a unidade possuía somente três servidores técnico-administrativos para atender aos diversos setores em meio a uma demanda crescente.

O campus passou por um notório avanço quanto a recursos humanos, pois passou de 10 servidores inicialmente para um quantitativo de 72 servidores atualmente, onde 35 são técnico-administrativos e 37 são docentes. Com relação ao quadro de técnico-administrativos, embora tenha havido um notório crescimento, percebe-se que alguns setores, como comunicação social, assistência estudantil e laboratórios ainda carecem de profissionais. Outro problema enfrentado é que o crescimento físico e de equipamentos não acompanhou o crescimento de recursos humanos, resultando na dificuldade de alocação dos servidores.

Com relação ao quadro docente, há uma notoriedade em que os profissionais são qualificados, pois dos 37 professores, nove possuem doutorado, três são doutorandos, dezesseis são mestres, dois são mestrandos, quatro são especialistas e apenas três possuem somente graduação.

Contudo, embora a maioria dos professores possua em suas trajetórias um alto nível de especialização em suas áreas, o mesmo não pode ser dito quanto às

questões pedagógicas. Com exceção dos professores da área propedêutica, que geralmente são licenciados, a maioria dos outros professores não possuem nenhum nível de formação ou especialização na área de educação ou ensino, nem uma complementação pedagógica, o que seria necessário, visto que não estamos tratando de cursos de graduação, e sim cursos técnicos de nível médio, alunos estes que precisam de maior amparo didático.

Essa não é uma realidade recente nos IFs. A ênfase nos conhecimentos técnicos frente a uma formação pedagógica dos docentes vem como uma “bagagem cultural” da época em que os professores da instituição eram anteriormente recrutados diretamente das fábricas. No concurso de ingresso desses profissionais, com exceção de algumas áreas propedêuticas, as outras áreas não exigem como pré-requisito nenhuma formação pedagógica, mesmo que de forma complementar.

Em 2015, o IFCE *Campus Caucaia* possuía 320 alunos regularmente matriculados, sendo 105 matriculados nos cursos Integrados e 215 matriculados nos cursos Concomitantes. Deste quantitativo de alunos, 87,5% são jovens de até 20 anos como pode-se verificar na Tabela1, a seguir:

Tabela 1 - Faixa etária dos alunos do IFCE Campus Caucaia

Até 14 anos		14 a 17 anos		17 a 20 anos		20 a 25 anos		Acima de 25 anos	
6	1,9%	131	40,9%	143	44,7%	27	8,4%	13	4,1%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados no Sistema Q-acadêmico (IFCE, 2015b).

A maioria dos alunos do IFCE *Campus Caucaia* é egressa da rede pública de educação (71,8%), sendo que 51,5% são egressos de escolas municipais, 20,3% egressos da rede estadual e 28,2% vem de escolas particulares.

Outros dados relativos aos alunos, coletados a partir do Sistema Q-acadêmico³, tratam da situação socioeconômica destes quanto à renda familiar bruta. Conferiu-se que 38,1% das famílias dos alunos possui renda até um salário mínimo; 38,1% renda familiar entre um e dois salários mínimos, 16,2% renda familiar entre dois e três salários mínimos e 7,6% renda familiar superior a três salários mínimos. Com isso, percebe-se que a maioria dos alunos advém de famílias com baixa renda.

³ O Q-Acadêmico é um sistema informatizado de gerenciamento dos dados relativos a área acadêmica do IFCE. Ele é usado pelos integrantes da comunidade acadêmica – discentes, técnicos-administrativos e docentes.

Foi observado um dado alarmante na Instituição, no que se refere ao índice de formados na Instituição. Foi levantado, junto à coordenação de controle acadêmico, que o percentual de conclusão dos cursos atualmente é de 23,5%. Os IFs pactuaram atingir uma meta estipulada no Termo de Acordos e Metas, responsabilizando-se pelo:

Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas (BRASIL, 2009b, p.3).

Com isso, verifica-se que para o presente ano a Instituição assumiu um compromisso de atingir uma meta de 80%, dificilmente atendida tendo em vista o percentual presente, refletindo a necessidade de intervenção para que esse quadro seja revertido.

É de reconhecimento que o ensino profissional é de fundamental importância para oportunizar aos jovens das classes populares expectativas e possibilidades de mudanças da realidade na qual estão inseridos; pode-se concluir que optar por uma profissão ao mesmo tempo em que é realizada a etapa final da educação básica é viável porque “o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 43).

Assim, essa instituição de ensino tem um papel de auxiliar na transformação da realidade de seus alunos e da região em que está inserida, e, por isso, deve assumir o comprometimento institucional, tendo em vista que a política de melhoria da qualidade do ensino deve ter como base a abordagem aos egressos como parte do processo de avaliação da unidade.

No próximo tópico, serão mostrados documentos que tratam da aplicação do acompanhamento de egressos aplicado no IFCE Campus Caucaia, além de identificar como a unidade está atuando sobre o assunto.

1.3 Orientações e documentos sobre a aplicação do acompanhamento de egressos nos institutos federais

A avaliação é crucial para identificar se uma política pública está apresentando os resultados esperados. A avaliação determina a relevância e o alcance dos objetivos, a eficiência, a efetividade, o impacto e os fatores que impedem o sucesso de um programa.

Para que uma política pública tenha sucesso, deve ocorrer um escaneamento racional da ação governamental, pois os recursos para atender a essa demanda, assim como a outras demandas públicas, são escassos.

Um dos mecanismos que servem para avaliar uma Instituição de Ensino é a pesquisa de acompanhamento de egressos, pois o egresso é uma importante fonte de informação, uma vez que está qualificado a falar sobre a instituição, avaliar a qualidade de ensino e, a partir dos dados e opiniões levantados, possam ser promovidas melhorias.

Os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia essas instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza (BRASIL, 2009a, p. 14).

Contudo, para consecução desta seção, cabe definir quem são os egressos a que nos referimos ao longo desta dissertação. De forma geral, o termo egresso tem como sinônimo a ideia de saída (DICSIN, 2009). Contudo, a saída de um aluno de uma Instituição de Ensino se dá de muitas formas, e por isso mesmo há muita divergência quanto à definição de egresso (PENA, 2000). Ainda, de acordo com a autora, alguns estudiosos utilizam o termo egresso para se referir exclusivamente a alunos formados, enquanto outros estudiosos denominam o termo de forma mais abrangente, ao aplicar o conceito de egresso a todo indivíduo que saiu do sistema escolar, independente da via, ou seja, todos os ex-alunos, diplomados ou não.

Analisando o termo egresso no âmbito do MEC, este o define como “aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma” (BRASIL, 2009a, p. 12). Para o desenvolvimento desta pesquisa será utilizado o conceito de

egresso o ex-aluno que se formou na instituição investigada, assim como definido por Brasil (2009).

Com relação aos egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a última pesquisa feita nacionalmente ocorreu entre 2003 e 2007 e foi promovida pela Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, pertencente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Essa pesquisa tinha como intuito verificar a qualidade da educação ofertada e se a sociedade tinha credibilidade pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A época em que a pesquisa foi publicada pela SETEC, em 2009, um ano após a criação dos Institutos Federais, ela procurou trazer dados que reafirmassem a expansão da RFEPT como propulsora de oportunidade de acesso a um ensino público de qualidade (BRASIL, 2009a). Também procurava analisar o êxito do ensino, através da investigação junto aos egressos, para identificar diversos aspectos e minimizar riscos e incertezas.

Quanto ao alvo da pesquisa, esta incidiu sobre os egressos dos cursos técnicos de nível médio das Instituições Federais, totalizando 153 instituições, abrangendo: 33 CEFET, 45 UNED, 36 EAF e 32 Escolas Vinculadas às Universidades, a ETFPalmas e a UFTPR (com cinco campus), com 85% de retorno das instituições, precisamente 130 instituições. No total foram 2.649 participantes da pesquisa num total de 72.657 egressos (3,6%).

Foram investigadas informações de empregabilidade (se os ex-alunos se inseriram no mercado de trabalho e se estão trabalhando em sua área de formação), continuidade nos estudos (se o aluno prosseguiu em nível mais elevado de ensino e se é ou não na mesma área) e avaliação da formação técnica (instituição, infraestrutura, o próprio curso técnico, os conteúdos teóricos e práticos e os professores).

Alguns dados foram relevantes. Em relação à empregabilidade, dos entrevistados, 72% ingressaram no mercado de trabalho, dos quais 42% têm suas profissões relacionadas em menor ou maior grau com sua titulação e 25% trabalham em áreas não correlatas. Esses números mostram que os cursos técnicos não são garantia de inserção no mercado de trabalho.

Foi percebido que a maior concentração de renda dos entrevistados estava na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Mediante a alocação em empregos que não demonstram tanta atratividade financeira, foi percebido um alto grau de satisfação dos egressos com sua situação profissional, chegando a 86% dos entrevistados.

Dos entrevistados egressos da educação profissional, 57% destes deram continuidade nos estudos, estando cursando ou tendo finalizado cursos de nível superior. No que se refere à avaliação da formação técnica, observou-se um grande índice de satisfação dos pesquisados, com 82% do grupo respondente avaliando positivamente sua formação.

Antes da criação dos Institutos Federais, ocorreu o Seminário Nacional de Educação Profissional – Concepções, experiências, problemas e propostas, promovido pela SETEC/MEC e realizado em Brasília, em junho de 2003. Esse evento trouxe contribuições pertinentes em diversos temas – entre eles o egresso dos cursos da rede – por trazer inúmeras proposições com a participação de mais de mil profissionais vinculados a instituições e/ou a atividades ligadas à educação profissional e tecnológica, além de representantes dos sindicatos e do governo.

Estas considerações feitas por grupos de trabalho resultaram no documento “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, que orienta ações que venham estimular e coordenar as ações de governo. Uma das ações desenvolvidas foi:

Rever os indicadores de avaliação quantitativa e qualitativa. Criar uma comissão de avaliação e produção de indicadores de desempenho qualitativos, quantitativos e indicadores da instituição, que contemplem infraestrutura, demandas socioeconômicas, inclusão e egressos (BRASIL, 2004a, p. 56).

Contudo, após 2008, não houve outras pesquisas dessa natureza. Tal fato foi constatado e alertado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que, em 2011, divulgou um relatório de auditoria das ações da Rede Federal de Educação Profissional. O documento verificou que:

Não foram detectadas iniciativas estruturadas nesse sentido pelos Institutos Federais visitados. A falta de cultura institucional foi apontada como fator importante para a não implantação de programas voltados ao conhecimento do que ocorre com os alunos após a conclusão dos respectivos cursos (TCU, 2012, p. 42).

O relatório também alertou que a implantação de ferramentas para acompanhamento de egressos permite verificar se a atuação dos profissionais corresponde à área de formação, se o que é ensinado na Instituição vai ao encontro das expectativas do mercado de trabalho, além de fornecer informações para tomada de decisão e avaliação da adequação das ações gerenciais adotadas. De acordo com Rocha et al. (2005):

A pesquisa de acompanhamento de egressos é fundamental para uma instituição de ensino avaliar a eficácia da sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino, de modo a atender às necessidades da sociedade. Em particular, temos a necessidade de estarmos bem preparados para formarmos bons profissionais e ao mesmo tempo sintonizar esta formação profissional com as necessidades do mundo do trabalho (ROCHA et al., 2005, p. 49).

A pesquisa de acompanhamento de egressos pode apoiar as ações e decisões das Instituições de Ensino, sendo um importante componente estratégico. O egresso é o elo entre a escola, a sociedade e o mundo do trabalho. Dessa forma, as pesquisas com esse público deveriam ser mais priorizadas, com suas próprias metas e objetivos específicos.

O TCU citou a pesquisa publicada pelo SETEC, em 2009, e fez algumas sugestões. A primeira delas foi a de incrementar futuras pesquisas com outras características não exploradas, como:

- a) destino dos egressos (trabalho, trabalho/estudo, estudo, não trabalha nem estuda);
- b) localizadores regionais (*campi*, Institutos Federais, município, estados);
- c) correlação entre área de estudo e de trabalho (área em que trabalha e área em que estudou);
- d) correlação entre formação obtida e função desempenhada no trabalho;
- e) dados demográficos e socioeconômicos dos estudantes (gênero, raça, renda per capita da família) (TCU, 2012, p. 42).

Além disso, o acompanhamento de egressos deveria sistematizar e disponibilizar as informações destes e suas relações com o mundo do trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) referentes a “sua caracterização; aperfeiçoamento das instituições educacionais; aperfeiçoamento da EPT e indicadores de desempenho profissional” (BRASIL, 2007a, p.6).

A equipe de auditores responsável pelo relatório evidenciou que nenhum dos *campi* visitados adotou usualmente a pesquisa de acompanhamento de egresso

como uma atividade de gestão, e atribuiu em parte essa disfunção a falta de cultura institucional. Os Institutos Federais não possuem práticas em implementar programas voltados ao conhecimento do que ocorre com os alunos após a conclusão dos respectivos cursos.

Firmar uma nova instituição como os IFET, que ainda precisam consolidar sua identidade e promover um ensino de excelência, representa um desafio e requer ampla discussão. Nesse sentido, em 2012, ocorreu o Fórum de Extensão da RFEPT (BRASIL, 2013), cujo objetivo era reunir os representantes da Extensão das Instituições que compõem a RFEPT para estabelecer bases que possam contribuir para o desenvolvimento da Extensão, assim como definir concepções e traçar diretrizes da extensão tecnológica, que visava entre outros objetivos fornecer parâmetros de uma base conceitual comum à Rede.

Um dos pontos de discussão do FORPROEXT foi o acompanhamento de egressos. As ações de extensão tecnológica foram divididas em dimensões, e o acompanhamento de egressos foi justamente uma dessas dimensões. O objetivo sobre essas dimensões foi o levantamento de dados para cálculo de indicadores, através de um sistema informatizado desenvolvido para esta finalidade, o que permitiria uma melhor eficiência e precisão das informações. No caso do acompanhamento de egressos, consensuou-se que deveriam ser investigados os seguintes indicadores:

Número de egressos no mundo do trabalho atuando na área de formação.
Número de egressos no mundo do trabalho atuando em outra área que não a de formação.
Número de egressos que verticalizaram o ensino na área de formação.
Número de egressos que verticalizaram o ensino em outra área que não a de formação (BRASIL, 2013, p. 19).

A conclusão sobre o tema é de que há a necessidade de que cada unidade da RFEPT desenvolva pesquisa de egressos, utilizando como exemplo a pesquisa dessa natureza realizada pelo SETEC. Sobre o assunto, ele foi finalizado nos seguintes termos:

Nesse sentido, caberá à pesquisa de egressos possibilitar o levantamento de informações em relação à situação dos mesmos no mundo do trabalho. Seus resultados podem atuar como norteadores para o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais das instituições. Por isso, propomos que a Pesquisa Nacional de Egressos da Rede Federal de EPT, desenvolvida pela SETEC/MEC seja utilizada como um dos parâmetros para o acompanhamento dos egressos de nossas instituições,

respeitando-se as diferentes modalidades de ensino ofertadas (BRASIL, 2013, p. 35).

Alguns pontos precisam ser questionados com relação às conclusões do Fórum de Extensão. Um deles foi a de usar como modelo uma pesquisa realizada entre 2003 e 2007, quando as instituições da RFEPT tinham uma configuração diferente dos Institutos Federais. Outro ponto foi de que transparece que não se levou em consideração as orientações sugeridas pelo TCU, quando orientava que outros critérios como correlação entre as áreas de estudo e de trabalho, entre a formação obtida e a função desempenhada no trabalho e dados demográficos e socioeconômicos dos egressos deveriam ser contemplados.

Um fato precisa ser salientado quanto ao fórum. Analisando as Instituições que participaram desse evento, não se observou em nenhum momento participantes do IFCE, fato este bastante negativo.

No IFCE, alguns documentos tratam do monitoramento de egressos. O regimento geral da instituição ressalta a necessidade de “desenvolver um canal de comunicação com o egresso que possibilite a orientação, acompanhamento e troca de informações importantes para o fortalecimento da carreira e a melhoria do curso” (IFCE, 2010, p. 37), e atribui essa responsabilidade ao coordenador de assuntos estudantis dos *campi*.

Contudo, a unidade investigada ainda não possui uma coordenação de assuntos estudantis. Percebe-se, então, um desencontro, já que um dos pontos de discussão do fórum de extensão foi ressaltar as responsabilidades da extensão em realizar o monitoramento de egresso, orientando a Extensão das Instituições da RFEPT como responsáveis. Enquanto o IFCE, que não participou desse momento, define que o responsável por tal pesquisa seria a coordenadoria de assuntos estudantis, inexistentes em alguns *campi*, como Caucaia, demonstrando-se assim uma incongruência na definição de responsáveis para uma mesma rede.

Todos esses documentos e fatos constatarem que os IFTE não vêm desenvolvendo atividades de monitoramento das ações decisórias relacionadas aos objetivos da expansão, o que também reflete no não acompanhamento dos egressos.

Na próxima seção, veremos como foram traçadas as atividades relacionadas ao Plano de Acompanhamento de Egresso, sendo parte integrante do Plano de

Desenvolvimento Institucional do campus pesquisado. Veremos que os fatos ocorridos no processo de construção do referido documento representam a forma como a gestão e o acompanhamento de ações é desenvolvida na Instituição.

1.4 A relação da pesquisa de acompanhamento de egresso frente às orientações nacionais e locais para os cursos técnicos

É indiscutível a forte relação existente entre os Institutos Federais e a sociedade. Segundo Martins (1986), é necessário que, cada vez mais, as Instituições de Ensino estejam preocupadas com o meio externo, pois com a dinâmica da sociedade, estes devem procurar influenciar e assistir esse meio.

Em relação ao Ensino Profissional Técnico (EPT), as ações de planejamento, monitoramento e avaliação dos cursos pertencentes à RFEPT são realizadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), órgão vinculado ao Ministério da Educação. Em 2013, no Relatório de Gestão do exercício de 2013, foram traçados objetivos estratégicos no qual um deles era justamente o de realizar avaliação da RFEPT. Um dos programas definidos, neste documento, é o Sistema de avaliação da EPT, que traz como ações: avaliar os egressos da EPT, avaliar os cursos técnicos e avaliar, de forma sistemática, os programas de EPT.

No mesmo documento, a avaliação da EPT assume importante papel pela:

Verificação da qualidade com que esses serviços estão sendo prestados à população, bem como a propositura de medidas corretivas e adaptativas que melhorem o desenvolvimento da ação (BRASIL, 2013, p. 43).

Por sua natureza singular, os IFs precisam ter clareza quanto a seus potenciais e seus limites, e utilizar de mecanismos que indiquem as diretrizes e metas a serem traçadas e alcançadas. De acordo com as reflexões do FDI⁴ (2013) temos:

Os Institutos Federais nasceram de uma mesma lei de criação, com objetivos e estrutura básica predeterminados. Porém, cada uma dessas instituições, na sua interação com o contexto local e regional, assume propósitos e se organiza conforme dispositivos estatutários e regimentais

⁴ O FDI foi o Fórum de Desenvolvimento Institucional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e teve por finalidade trazer reflexões e discussões acerca do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

próprios. A implementação e o controle da oferta das atividades educacionais a que se propõe exigem planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social (BRASIL, 2013, p. 4).

A Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997 (BRASIL, 1997a) estabelece, em seu art. 9º, que as instituições federais de educação tecnológica implantassem em articulação com a antiga SEMTEC (hoje SETEC) e com os órgãos de desenvolvimento econômico e social dos estados e municípios, mecanismos permanentes de consulta aos setores interessados na formação de recursos humanos, com o objetivo de identificar novos perfis de profissionais e fazer a adequação dos cursos às demandas, e para isso deveriam efetuar, de forma permanente, sistema de acompanhamento de egressos e de estudos de demanda de profissionais. Com relação à realização da pesquisa na RFEPT, desde a criação dos IFs, não houve divulgação de resultados dessa natureza. Contudo, de acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - desde 2013 vem sendo realizada pesquisa de avaliação de egressos de cursos técnicos e de formação inicial e continuada, e tem como objetivo:

Subsidiar a supervisão e o planejamento estratégico da oferta, por meio do acompanhamento da trajetória e da efetividade quanto à inserção socioprofissional e educacional dos egressos, da análise de indicadores de demanda no mercado de trabalho e de aderência dos cursos técnicos ofertados, utilizando ferramentas que subsidiarão prognósticos capazes de consolidar processos eficazes de gestão (BRASIL, 2013, p. 43).

Cabe aos Institutos Federais implementar o processo avaliativo que atenda de maneira mais significativa às suas características e expectativas. Nesse contexto, a avaliação institucional contribui para que os IFETs repensem as suas práticas administrativas, técnicas e pedagógicas, de forma crítica e comprometida (LOUSADA E MARTINS, 2005).

Uma das finalidades do IFCE é de que os egressos dos cursos técnicos obtenham, através de sua formação, uma melhor qualificação profissional que venha a ser diferencial em sua vida laboral, além de despertar nesses indivíduos o desejo de dar continuidade a níveis mais elevados de estudo. Com esse intuito, a Instituição deve procurar investigar a trajetória dos egressos, principalmente para ter um retorno quanto à qualidade dos profissionais que estão formando. Assim, é

imprescindível que pesquisas dessa natureza constituam as políticas de avaliação dessas unidades.

É a partir da articulação da autoavaliação com o planejamento institucional que as ações que promovem a melhoria da qualidade acadêmica do IFCE podem ser concretizadas. É necessário identificar as fragilidades para superá-las e com isso também aumentar o potencial dos aspectos já positivos da Instituição. Mas isso só poderá ocorrer a partir de um processo avaliativo, que ocorra periodicamente e de forma organizada.

A avaliação institucional visa identificar o atendimento a diversos usuários e demandas com qualidade e um dos aspectos constitutivos dessa avaliação é o monitoramento de egressos. A avaliação institucional do IFCE ocorre através de duas ferramentas: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano de Ações Anuais (PAA). O primeiro orienta o planejamento de forma abrangente, traçando ações e atividades de ensino e administrativas a serem desenvolvidas num determinado tempo, enquanto o segundo avalia a cada ano o alcance do que foi projetado.

O Plano de Ações Anuais (PAA) do IFCE ocorre anualmente e envolve três etapas: sensibilização, sistematização dos dados e discussão dos resultados. Trata-se de um diagnóstico interno realizado mediante a colaboração dos alunos, docentes e técnicos administrativos, os quais se pronunciam acerca de aspectos relacionados a ensino, pesquisa, extensão, planejamento e gestão (IFCE, 2014).

O Planejamento Estratégico do IFCE é feito por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual as metas e os objetivos são projetados para um período de cinco anos e, anualmente, são executados pelo Plano Anual de Ação (PAA). A construção de um PDI requer uma análise do cenário, procurando enxergar além - os próximos 05 (cinco) anos – como meio de ser um instrumental de medição de desempenho como complemento do atual modelo de gestão.

É nesse documento vigente para o quinquênio 2014 – 2018 que as ações voltadas ao egresso do IFCE – Campus Caucaia estão previstas. Contudo, antes mesmo de falar especificamente dos egressos, algumas considerações quanto às construções desse documento na unidade investigada precisam ser feitas.

O PDI representa um instrumento de avaliação e planejamento, que por sua vez, possui como uma de suas principais características fomentar "um processo de

autoconsciência e de definição da identidade institucional" (MARINI, 1998, p.19). Ainda de acordo com a autora, a avaliação:

Trata-se de um processo que leva aqueles que dele participam a uma leitura globalizada da instituição pela relação que eles estabelecem entre seus objetivos e a produção acadêmica e o contexto institucional: sua história, seus condicionantes socioeconômicos e políticos e os recursos humanos, materiais, didático-científicos e financeiros de que dispõe (MARINI, 1998, p.19).

Vale ressaltar que o PDI não pode ser um documento de gestão isolado dos demais documentos orientadores e de avaliação, e, sim, representar que o planejamento estratégico da instituição está em consonância com as demais orientações. Um desses documentos que deveria ser considerado ao se pensar em objetivos e metas no PDI é o Termo de Acordo, Metas e Compromissos⁵, que na verdade é a representação da celebração entre a União (representada pelo MEC e SETEC) e os IFs para fins de estruturação, organização e atuação dessas Instituições. Esse termo é um compromisso bilateral, em que os IFETs se responsabilizaram em cumprir um conjunto de metas e compromissos e a União em contrapartida se responsabilizou em ofertar condições para que essas instituições cumpram o que foi acordado.

Em continuidade com os trâmites que representou a criação do PDI, a Pró-reitoria de Administração e Planejamento (Proap) definiu que o plano seria desenvolvido em várias etapas, em que primeiramente se analisaria a situação dos eixos de atuação de cada *campi*, seriam definidos objetivos e metas estratégicas para os próximos cinco anos, formação de comissões de trabalho central e nos *campi*; realização de assembleias locais e de uma assembleia geral para o fechamento da proposta; e submissão do plano ao Conselho Superior (Consup), para discussão e aprovação. Foi colocado, ainda, que a construção do PDI deveria envolver, em todas suas fases, a participação da comunidade acadêmica, que deveria inclusive ter representante de alunos compondo as comissões de trabalho, o que não ocorreu.

⁵ O Termo de Acordo, Metas e Compromissos é um contrato celebrado em 2009 entre cada um dos Institutos Federais e o MEC. Este contrato estabelece um conjunto de compromissos de parte a parte para fins de estruturação, organização e atuação dos IFs e que devem ser alcançados até 2016, com metas intermediárias em 2013 e com validade se estendendo até 2022 (BRASIL, 2009b).

No campus Caucaia, a comissão de elaboração do PDI foi composta por sete membros, representantes de cada setor, que na época se resumia à direção geral, à direção de ensino, à coordenação de gestão de pessoas, à chefia de gabinete, à representante da biblioteca, à representante da assistência estudantil e à representante da direção administrativa. Percebeu-se, então, que não houve a participação dos alunos nesse processo. O documento traçou as atividades a serem desempenhadas por todos os setores do campus no período delimitado.

No IFCE Campus Caucaia, o PDI está configurado em cinco perspectivas, descritas a seguir:

Perspectiva da Sociedade – corresponde à percepção de valor que o IFCE gera na sociedade. Nesta perspectiva, busca-se o desenvolvimento das regiões em que a instituição está inserida. Para esta perspectiva não há uma definição explícita de objetivos estratégicos, pois à medida que se cumpre a missão da Instituição pressupõe-se a criação de valor para a sociedade.

Perspectiva dos Alunos – preocupa-se em identificar qual é o valor do aluno para o IFCE, tem por objetivo mostrar se as escolhas estratégicas executadas pela Instituição estão contribuindo para o aumento de valor percebido pelos alunos em relação ao ensino, pesquisa e extensão.

Perspectiva dos Processos Internos – nesta perspectiva são estabelecidos objetivos voltados para a melhoria dos processos já existentes e implantação de processos inovadores.

Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento – tem por objetivo promover o crescimento e modernização da infraestrutura – tecnológica, capital e humana – a longo prazo visando impulsionar o desenvolvimento da instituição.

Perspectiva da Responsabilidade Orçamentária e Financeira – corresponde aos objetivos estratégicos voltados a criar o maior valor possível para a sociedade e para os alunos com o montante de recurso disponível (IFCE, 2014, p. 17-18).

As ações voltadas para o egresso no PDI do campus pertencem à perspectiva dos alunos, e enquadra-se como política de atendimento ao discente. O documento traz as seguintes atividades:

- I. Realiza-se um trabalho de divulgação de cursos previamente ao período seletivo, afim de que os ingressantes tenham conhecimento do perfil técnico do profissional e façam a escolha do curso com segurança a partir da identificação com o mesmo;
- II. Ao realizar levantamento quinzenal no acadêmico, além do rendimento do discente, é identificada a frequência dos alunos, com o intuito de entrar em contato com o mesmo e/ou com a família, quando no caso de ausência;
- III. Realizado oferta de disciplinas para que os alunos em situação de dependência possam ter oportunidade de cursá-las o mais breve possível;
- IV. Garantia de laboratório de material didático ou visitas para todos;
- V. Realização de aulas de campo e/ou visitas técnicas para que o educando possa vivenciar a prática consonante a teoria adquirida em sala de aula;

Sistema de acompanhamento vocacional para realocação do educando num curso de seu interesse (IFCE, 2014, p. 46).

As atividades acima delineadas não contemplam o acompanhamento sistemático aos egressos, estando mais voltados aos alunos que ainda estão estudando na Instituição. A ocorrência da falta de aplicação e acompanhamento dos objetivos institucionais (como observados pelo TCU) refletem a própria inobservância das metas e ações previstas no PDI, instrumento que serve de base para avaliação institucional. Esse cenário não é vivenciado apenas pela unidade investigada. Essa realidade é a mesma trazida pelo relatório do Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional (FDI) da RFEPT. Neste, apresentou-se a seguinte afirmação:

Para a comunidade interna de muitas instituições e até mesmo para alguns gestores, o PDI é apenas uma mera atividade burocrática, que necessita ser realizada uma vez a cada cinco anos por exigência do MEC. Após sua elaboração dificilmente é considerado como referência para tomada de decisões, mesmo quando se tratam de questões relacionadas às áreas estratégicas institucionais (BRASIL, 2013, p. 6).

Com isso, pôde-se apontar que a falha no delineamento das ações existentes no PDI no tocante ao acompanhamento de egressos foi um problema inicial, podendo ter vindo a gerar entraves na efetivação da política em questão. Isso serviu como ponto de partida na busca de analisar a forma como a Instituição elaborou as atividades de monitoramento de egressos e como as desenvolve na unidade.

Na tentativa de analisar os demais problemas que geram o insucesso da política de acompanhamento de egresso, elencaram-se três pontos de estudo: a discussão teórica sobre o ensino médio profissionalizante, de que forma as instituições públicas educacionais têm avaliado suas políticas, no contexto da expansão da RFEPT e a organização e a responsabilidade do diretor geral – como gestor protagonista – e dos outros atores envolvidos na política de acompanhamento de egressos. Assim, os eixos de análise desta pesquisa são o ensino médio profissionalizante, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas e o plano de acompanhamento de egressos.

A análise desses pontos será desenvolvida ao longo do próximo capítulo por meio do diálogo com autores que pesquisam sobre essas temáticas, bem como os dados levantados através das entrevistas com gestores do IFCE Campus Caucaia,

com representantes das Empresas Contratantes desses egressos e com a aplicação de questionário aos próprios egressos.

2 ANÁLISE DA POLÍTICA DE MONITORAMENTO DE EGRESSOS NO IFCE CAMPUS CAUCAIA

O segundo capítulo da presente pesquisa teve como objetivo realizar uma análise crítica da realidade específica da Instituição investigada, através do caso descrito e fundamentado pelos textos oficiais, além da literatura científica e da análise dos dados coletados em campo.

Antes de qualquer aprofundamento na pesquisa, é preciso perceber que a política de expansão do ensino técnico de nível médio do governo federal não teve seus resultados avaliados, percebido pela ausência da aplicação de política de acompanhamento de egressos. Percebeu-se no IFCE Campus Caucaia que tal política foi delineada (de forma errônea como visto na seção anterior), mas não passou por uma revisão e muito menos foi implementada e isso sugere que há uma grande disfuncionalidade quanto à gestão no sentido de monitoramento e continuidade das ações aplicadas.

Deste modo, o presente capítulo é composto por quatro seções, sendo que as três primeiras ressaltam a análise conceitual dos eixos norteadores da pesquisa, que são o ensino médio profissionalizante, a avaliação das políticas públicas e o plano de acompanhamento de egressos. A análise de cada um desses eixos permite fundamentar a pesquisa da política em questão na Instituição investigada, uma vez que, o primeiro eixo trata da própria política de expansão dos Institutos Federais, propulsora da criação do IFCE Campus Caucaia, o segundo eixo trata das nuances das avaliações de políticas públicas – e da falta de cultura das Instituições públicas para realizarem autoavaliações – e por último a contribuição de vários autores que tratam do plano de acompanhamento de egressos e a apresentação de pesquisas dessa natureza.

A última seção consta da apresentação e análise da pesquisa junto aos sujeitos investigados, respectivamente, os atores institucionais e os egressos. Após a análise de cada um desses grupos, será efetuado um contraponto entre os principais aspectos observados pelos diferentes investigados sobre as fragilidades identificadas que influenciam direta ou indiretamente o insucesso da política de acompanhamento de egressos, tendo em vista delinear possíveis soluções que serão explicitadas no plano de ação educacional.

2.1 Um breve olhar sobre o ensino médio profissionalizante

Esta seção pretende trazer as visões de diversos autores sobre os fatos e circunstâncias que influenciaram a educação profissional e levaram a sua configuração atual, principalmente, a partir da década de 1990, pois foi feita uma delimitação já que o tema é abrangente. Neste trabalho, especificamente, as discussões abordadas serão a respeito dos cursos técnicos de nível médio.

A educação básica passou por significativos avanços com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), ao ser definido a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio como etapas constituintes de um nível de ensino a ser ofertado a todas as crianças e jovens – a Educação Básica. O ensino médio, última etapa da educação básica, tem como finalidades (Art. 35 - LDB):

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p.11).

Percebe-se que com as diversas funções atribuídas ao ensino médio - a de consolidação de conhecimentos anteriores, formação de cidadãos, de preparar para o mercado de trabalho e para etapas avançadas de estudo - são tão multifacetadas que essa etapa de ensino acaba por não ter uma identidade definida.

Durante a década de 1990, é expressiva a demanda pelo ensino médio, revelado pelo crescimento do número de matrículas, que de acordo com o Inep/MEC, passou de 3.772.330 matrículas em 1991 para 8.376.852 matrículas em 2012 (representando um aumento de 122%) (GARCIA, 2014).

A partir dessa década também ocorreram transformações, em maior ou menor escala que afetaram a definição das políticas públicas educacionais voltadas à educação profissional, visto que o cenário econômico apontava que “a falta de especialização da mão-de-obra provocaram o agravamento da oferta de postos de

trabalho em todos os segmentos da economia” (SANTOS E CARVALHO, 2011, p. 9). De acordo com Viamonte (2011):

É forçoso reconhecer que a legislação tem exercido um papel marcante no cenário educacional profissionalizante brasileiro, seja no sentido de promover reformas ou de provocar desorganização no sistema educacional, motivada pelo desenvolvimento econômico e por mudanças profundas que ocorrem na sociedade, nas relações de produção, na tecnologia e nos meios de comunicação que modificam constantemente o mundo do trabalho, tornando-o cada vez menos previsível. As competências exigidas de um trabalhador são renovadas de modo periódico e, conseqüentemente, motivam uma reorganização constante do sistema educacional para atender às demandas (VIAMONTE, 2011, p. 32).

Os fatos que hoje colocam o ensino profissional em foco têm um pano de fundo baseado em pressupostos e teorias, como irá ser explanado no decorrer desta seção. As políticas profissionalizantes são compostas por influências econômicas, sociais e culturais e foram constituídas ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira (VIAMONTE, 2011). Assim, a educação profissional parte do pressuposto de contribuir para a manutenção e desenvolvimento econômico de um país.

É notório que o mercado de trabalho se tornou mais seletivo ao passar a exigir trabalhadores com competências e habilidades que permitam a estes, além das atividades que desempenham lidar com situações de mudanças e imprevistos. Segundo a Confederação Nacional das Indústrias – CNI,

A indústria brasileira vem realizando um notável esforço para sua inserção nos padrões competitivos do mercado global. Esse movimento é marcado pela acelerada incorporação de tecnologias à produção, processo que incentiva a inovação nos vários segmentos da atividade econômica. As mudanças em curso estimulam novos formatos organizacionais e provocam alterações no ambiente industrial (CNI, 2007, p. 7).

Diferentemente do seu caráter inicial que era assistencialista, a educação profissional na atualidade deve assumir um caráter mais polivalente, que fuja dos conhecimentos meramente técnicos e que proponha um ensino que estimule os profissionais a estarem aptos a continuar a aprender. Silveira (2006) pontua que:

Não basta mais o saber-fazer, mas é preciso ainda saber-ser, com todas as matizes que isso acarretará: saber decidir diante das incertezas, aprender a viver junto aos outros e ainda aprender a aprender constantemente (SILVEIRA, 2006, p. 82).

No mundo em que as transformações tecnológicas e mercadológicas ocorrem cada vez mais rápido, não basta qualificar um profissional para o mercado de trabalho, mas é necessário prepará-lo para adaptar-se às mudanças no meio produtivo e da vida.

Nos dias de hoje o conceito de empregabilidade é muito difundido. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o termo em questão pode ser definido “não apenas como a capacidade de obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação”. (BRASIL, 1995, p. 9). A ideia de que quanto maior o nível de instrução do indivíduo, maior sua vantagem competitiva e seu rendimento, alavancando por consequência, maior desenvolvimento da nação encontram-se suas bases fundamentadas na Teoria do Capital Humano.

A Teoria do Capital Humano (TCH) teve como seu principal formulador Schultz (1971). A TCH, que teve seus princípios na década de 1950, com o surgimento da disciplina Economia da Educação, procurava investigar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. Os estudos levaram à conclusão de que o trabalho humano mais especializado por meio da educação é um dos mais importantes meios para maior desenvolvimento econômico.

Para Schultz (1971), o capital humano é o resultado de investimento no indivíduo, pois o conhecimento adquirido por estes não pode ser tomado e constitui um bem que o acompanha durante toda sua vida. Segundo Grossman (2006), a educação tem um impacto permanente em todas as atividades do indivíduo, não somente para aquelas voltadas ao universo do trabalho. Concordando com os efeitos gerados pela TCH, Carnoy (1992) afirma que:

A educação básica parece ser crucial para uma maior produtividade e crescimento, seja pelos conhecimentos acadêmicos que transmite ou pelo desenvolvimento da capacidade de concluir tarefas (CARNOY, 1992, p. 25).

No Brasil, a TCH ganhou força com a influência das agências multilaterais (como Banco Mundial, BID, UNESCO, CEPAL, OIT, entre outras) ⁶ que defendem que o maior investimento na educação básica representa a única possibilidade real

⁶ Banco Mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), OIT (Organização Internacional do Trabalho), entre outros.

de combate às desigualdades sociais. Como afirmado por Torres (1996), o Banco Mundial vem ao longo dos anos influenciando os desenhos de políticas educacionais dos países da América Latina. Ainda, de acordo com o mesmo autor:

Embora a visibilidade do BM (Banco Mundial) no setor educativo seja recente, ele vem trabalhando de forma direta neste setor há mais de trinta anos, ampliando cada vez mais seu raio de influência e ação e abrangendo atualmente as atividades de pesquisa, assistência técnica, assessoria aos governos em matéria de políticas educativas, assim como prestando ajuda para a mobilização e coordenação de recursos externos para a educação (TORRES, 1996, p. 127-128).

Os novos padrões de produção, a maior exigência das competências profissionais e a competição por postos de trabalho elevaram a importância do conhecimento. Atualmente, com um cenário político e econômico incerto, a sociedade vivencia uma sensação de insegurança, potencializado pelo desemprego que, em 2015, voltou a crescer após 11 anos⁷.

O conhecimento vem a potencializar as chances da inserção no mercado de trabalho:

Daí a importância de uma formação geral e abrangente como estratégia para o enfrentamento das diferentes alternativas de tecnologias e diferenciadas possibilidades de trabalho em um contexto de rotatividade de empregos e ameaça de desemprego (ROMERO, 1994, p.15).

Assim, o processo de formação da educação profissional e da educação em geral não pode ser alheio aos problemas do emprego, nem igualmente deve se restringir a preparar ou capacitar o cidadão apenas para o emprego (VIEIRA e ALVES, 1995, p. 126). A sociedade brasileira sofre forte influência das exigências do capital e o processo de reestruturação produtiva vem trazendo inúmeras consequências para o mundo do trabalho e para o âmbito do desenvolvimento das políticas sociais (DELUIZ; GONZALES; PINHEIRO, 2003). De modo geral, as políticas públicas estão sempre associadas ao crescimento econômico. Assim, embora as políticas públicas voltadas à educação sejam sociais, estão de alguma forma atreladas ao contexto socioeconômico.

⁷ Segundo dados da última Pesquisa Mensal de Empregos (PME) do IBGE, a taxa geral de desemprego dos jovens com até 24 anos chegou a 16,2% em abril de 2015, representando uma mudança já que nos últimos 12 anos (2002 – 2014) o desemprego para essa faixa etária tinha passado de 23,2% para 12%.

De acordo com o exposto, pode-se afirmar que a expansão da RFEPT é uma política educacional que se vincula aos projetos desenvolvimentistas do país. Ademais,

A educação profissional contribui para reduzir uma séria lacuna provocada pelo sistema público de educação básica das redes estaduais e municipais de ensino. Ou seja, a problemática persistente do baixo nível de escolaridade da população brasileira e o fato de que sua escolarização, em termos de qualidade do ensino, está muito aquém dos padrões das nações desenvolvidas e industrializadas. Tais problemas se arrastam devido à precarização das condições de ensino nas escolas municipais e estaduais públicas do país, defasagem do quadro de professores e desvalorização inaceitável da carreira docente. Por este prisma, a expansão da RFEPT, por apresentar e manter diferenciais significativos no que diz respeito à qualidade do ensino, desponta novamente como uma excelente oportunidade para milhares de brasileiros acessarem, em muitos municípios, uma educação em nível médio e em nível superior de qualidade (SAMPAIO, 2013, p. 21-22).

Contudo, não é aceitável a sujeição da “política educacional ao economicismo e às determinações do mercado, o que a reduz aos treinamentos para preenchimento de postos de trabalho transitórios” (BRASIL, 2004a, p. 22).

A construção da TCH se “desenvolve dentro de um referencial analítico que não apreende o ser humano e sua história na complexidade de tramas e das relações nas quais ele está inserido” (OLIVEIRA, 2001, p. 3). Nesse aspecto, deve haver um rompimento do determinismo da TCH, pois outras relações econômicas, sociais, históricas, culturais e políticas interferem no potencial do indivíduo. Para Beluzzo (2001):

Ao contrário do que pretendem os mandamentos e as lengalengas do pensamento único, a maioria não é pobre porque não conseguiu boa educação, mas, na realidade, não conseguiu boa educação porque é pobre (BELUZZO, 2001, p. 2).

Tudo isso deve direcionar a uma maior reflexão da ótica do processo formativo do ensino profissional. As escolas que ofertam educação profissional devem pensar sobre os conhecimentos, atitudes e valores que devem desenvolver, não tão somente para o mundo do trabalho e da produção, mas também para a sociedade. De acordo com Viamonte (2011):

Atualmente, as instituições educacionais brasileiras que atuam nesta modalidade de ensino enfrentam grandes desafios para formar um perfil

profissional capaz de responder às características específicas impostas pelas grandes transformações na prática social do trabalho. Não sendo possível, neste contexto, olhar a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional e seu caráter discriminatório, baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas (VIAMONTE, 2011, p. 32).

Assim, os Institutos Federais “devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada” (PACHECO, 2012, p. 19).

Um dos desafios enfrentados por estas Instituições é organizar um currículo que assegure uma formação ampla e integral. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012b)⁸, em seu capítulo II, estabelece 14 artigos (artigo 12 ao artigo 25) orientadores sobre o currículo destas Instituições. Em sintonia com os aspectos que vem se desenvolvendo na presente seção, dar-se-á destaque aos artigos 15, 16 e 17 que traz, *in verbis*:

Art. 15. O currículo, consubstanciado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Art. 16. As instituições de ensino devem formular, coletiva e participativamente, nos termos dos arts. 12, 13, 14 e 15 da LDB, seus projetos político-pedagógicos e planos de curso.

Art. 17 O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais, tanto aquelas que caracterizam a preparação básica para o trabalho, quanto as comuns para o respectivo eixo tecnológico, bem como as específicas de cada habilitação profissional e das etapas de qualificação e de especialização profissional técnica que compõem o correspondente itinerário formativo (BRASIL, 2012b, p. 5).

Estes artigos indicam que as instituições educacionais estabeleçam em seus projetos pedagógicos a compreensão das relações entre o sujeito e a sociedade e a

⁸ As DCNEPTNM é o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012b).

ciência e o trabalho, de forma que o homem não seja um sujeito oprimido no meio em que vive, e sim pensante e atuante, e que através de uma educação de qualidade tenhamos uma diminuição das desigualdades.

O IFCE traz em seu Regulamento de Organização Didática (ROD), no capítulo destinado a Currículos e Programas, que o currículo da Instituição promove a construção do conhecimento e a aprendizagem de seu educando e promove a interação deste com a sociedade, preparando-o para a vida produtiva e o exercício da cidadania. Assim, traça uma série de princípios, em que um deles trata diretamente sobre o acompanhamento de egressos, ao propor:

Avaliação dos programas e conteúdos dos cursos, visando a uma maior sintonia entre o IFCE e o contexto socioeconômico em que está inserido, a partir do acompanhamento de egressos (IFCE, 2010, p. 18).

Percebe-se que as políticas de educação profissional estão inseridas no conjunto das políticas educacionais nacionais, em consonância com diretrizes educacionais e os aspectos ideológicos e financeiros. Assim, a educação deve atender a diversas expectativas, de diferentes atores da sociedade, e aspectos econômicos, políticos e sociais. Com isso, o governo “atua enquanto mediador das relações sociais no sentido de reproduzir/preservar as relações capitalistas de produção” (VIAMONTE, 2011, p. 52).

Embora a educação profissional objetive responder as expectativas de seus educandos no sentido de prepará-los para o ingresso no mercado de trabalho, além de entregar ao setor produtivo profissionais requisitados, não há como esse ensino balizar o equilíbrio de mercado entre a oferta e a demanda. Embora a qualificação seja, sim, um diferencial, esta não garante a inserção e a manutenção dos egressos no mercado. Faz-se necessário o aumento de vagas disponíveis e acréscimo de postos de trabalho. Como evidencia Demo (1998, p. 12) “a educação profissional não tem o poder de criar os postos de trabalho. É apta apenas a preparar o trabalhador”.

A formação profissional está vivenciando um momento ímpar na história do país. Entretanto, não se tem constatado se os investimentos feitos têm gerado as mudanças a que se propôs. De acordo com Sampaio (2009):

Ao longo desses anos, pode-se observar uma expansão dos cursos técnicos, sem, contudo, ser acompanhada por parâmetros que

sustentassem a sua criação ou manutenção visto que existe uma carência de pesquisas na área e uma conseqüente falta de dados que comprovem se os cursos têm tido uma boa aceitabilidade no mercado de trabalho (SAMPAIO, 2009, p. 12).

A educação profissional não deve ser ofertada apenas com o intuito de preparar os indivíduos para fins trabalhistas, pois recairia na visão ultrapassada de se pensar essa modalidade de ensino. Deve ser analisado se estes alunos egressos do ensino técnico de nível médio ingressaram no mercado de trabalho em sua própria área, se sentiram algum nível de dificuldade ao ingressar, se os conhecimentos exigidos em suas profissões estavam realmente contemplados no currículo escolar, se procuraram cursar níveis mais elevados de ensino, se tiveram significativa melhora em suas economias, se o curso atendeu às suas expectativas, entre outras análises. Só assim realmente se poderia responder se o ensino profissionalizante de ensino médio está sendo um diferencial na vida dos jovens concluintes.

É a partir do retorno destas informações, com ex-alunos que finalizaram os cursos que o IFCE, que pode-se verificar se o Instituto está cumprindo seu papel social. E se faz importante justamente compreender como vem se desenvolvendo as avaliações de políticas públicas no Brasil, em especial as de investimento em educação profissional direcionadas à expansão dos Institutos Federais. Veremos o que os autores dialogam sobre isso e a reflexão da pesquisadora sobre o tema na seção seguinte.

2.2 Avaliação e monitoramento de políticas públicas educacionais nos institutos federais

É crucial, com o investimento destinado a diversas políticas públicas no país, criar mecanismos para identificar se determinada política está apresentando os resultados e impactos esperados, objetivando a prestação de contas diante da sociedade. Essa visão também deve ser aplicada para monitoramento e avaliação da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitada pela Lei de criação dos Institutos Federais (BRASIL, 2008b). Essa foi uma política educacional voltada à ampliação de oferta do ensino técnico para maior desenvolvimento no país. Nesse sentido, é necessário realizar avaliação de políticas

públicas educacionais, que no caso dessa política específica de expansão da RFEPT, deve ser verificada a qualidade dos serviços que os IFs têm prestado à população, para corrigir ou adaptar, caso necessário, ações que venham a melhorar o desenvolvimento dessas ações, como forma de ter um processo de melhoria contínua.

Para um maior entendimento do que de fato é avaliação de políticas públicas educacionais, é necessário primeiramente conceituar o que são políticas públicas educacionais. Para isso, destaca-se o mencionado por Jesus (2014), que explica política pública educacional como a ação do Estado objetivando a organização de um sistema educacional ou formação, por meio da prestação de serviços educacionais nas escolas. A verificação de como está ocorrendo essas ações, bem como os efeitos gerados por estas caracterizam a avaliação de políticas educacionais.

Em se tratando da análise de políticas públicas educacionais, é importante ressaltar as contribuições da '*Abordagem do Ciclo de Políticas*', formulada por Ball & Bowe (1992), com três contextos - de influência, da produção de texto, da prática – e expandida por Ball (1994) com a inclusão de mais dois contextos – o dos resultados e efeitos e o de estratégia política. Mainardes (2006), ao tratar sobre o ciclo de políticas públicas, argumenta que:

A abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos (MAINARDES, 2006, p. 48).

Ball e Bowe (1992) indicam que a análise das políticas públicas deve se focar sobre sua formação do discurso e sobre a forma como os atores que atuam no contexto da prática a interpretam e realizam. Assim, a análise das fases do ciclo de políticas contribui para se verificar a política de monitoramento do IFCE campus Caucaia, posto que é necessário entender como se deu a formulação das atividades destinadas a essa política; quais foram as influências sobre ela (contexto da influência); a representação textual das definições obtidas do debate anterior (contexto da produção de texto); e o processo de implementação da política, ou seja, como ela ocorre na prática, como está se dando a aplicação das atividades definidas (contexto da prática).

Algumas pesquisas com abordagem em avaliação de políticas públicas efetuam análise desde a fase inicial – de implementação – como um processo iniciado com o estabelecimento da política até os seus resultados e impacto. Rus Perez (2010) afirma que a literatura especializada tem chamado a atenção para os aportes proporcionados por esse tipo de pesquisa, e destaca as contribuições das avaliações de políticas públicas educacionais no controle e efetividade das ações, além da responsabilidade pelos programas. Detalhando as contribuições salientadas pelo autor, tem-se que estas:

- 1) visam corrigir o curso das ações, fornecendo subsídios aos implementadores durante o curso da política, em razão de suas características de *policy oriented*;
- 2) buscam ampliar a efetividade do processo de decisão dos programas públicos;
- 3) contribuem para ampliar a *accountability* dos programas;
- 4) ampliam a integração dos corpos administrativo, político e comunidade, fundamentais para a mudança do desempenho educacional (RUS PEREZ, 2010, p.3).

Ainda, de acordo com o autor, as avaliações de políticas públicas educacionais foram incorporadas à agenda governamental brasileira no início da década de 1990. Tal aparecimento no contexto brasileiro surgiu pela consolidação democrática, a partir da promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), na medida em que as exigências pela transparência, controle de gastos e resultados aumentava. Assim, há um maior foco na observância da eficácia, efetividade e eficiência da gestão pública.

Contudo, como afirma Souza (2010), a literatura especializada sobre avaliação de políticas educacionais tem se demonstrado marcadamente quantitativa e limitadora da crítica sobre a realidade e o controle social. Chauí (1982) alerta que o processo de avaliação pública tem se centrado na execução de manuais e na criação pelas próprias instituições de planilhas avaliativas, sem estabelecer interface com marcos teóricos e políticos.

A avaliação determina a relevância e o alcance dos objetivos, a eficiência, a efetividade, o impacto e os fatores que impedem o sucesso de um programa. Nesse sentido, a avaliação institucional contribui para que os IFs repensem suas práticas administrativas, técnicas e pedagógicas. Os IFs, como instituições de ensino, devem manter uma prática constante de se atualizar e encontrar respostas para enfrentar o

dinamismo social, político e econômico, além do desafio de se alcançar uma educação de qualidade e melhoria contínua dos processos pedagógicos.

A avaliação nas instituições, conhecida nos IFs e IES⁹ como Avaliação Institucional, só é possível quando as instituições estipulam metas que desejam alcançar, desafiadoras, mas também realistas, levando em consideração o contexto interno e externo.

Belloni (2000) define avaliação institucional como o “processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da Instituição” (BELLONI, 2000, p. 41). Assim, a Avaliação Institucional vem a ser um recurso que possibilite as Instituições de Ensino a se adaptarem às constantes transformações da sociedade e do mundo produtivo, de sua gestão, de seus projetos pedagógicos, feita a partir de interação e diálogo com a comunidade escolar. Frizzo (2003) entende Avaliação Institucional como:

Programa educativo e um exercício democrático, pode ser um importante recurso para a implementação da dinamicidade transformadora exigida pelos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pela gestão universitária, porque um programa de avaliação é uma construção coletiva que produz as condições teóricas e as ações correspondentes que se cumprem com vistas a objetivos socialmente desejados (FRIZZO, 2003, p. 3).

Both (2001), tratando sobre avaliação institucional nas Instituições de Ensino Superior (IES), afirma que seu desenvolvimento se baseia em duas variáveis (quantitativa e qualitativa), constituídas dos seguintes componentes:

- avaliação do desempenho dos serviços administrativos;
- avaliação do desempenho do ensino por alunos e professores;
- avaliação do desempenho da Universidade por ex-alunos;
- avaliação do desempenho da Universidade por representantes da sociedade;
- avaliação do desempenho da pós-graduação;
- identificação da realidade sócio-educacional dos alunos da Universidade;
- levantamento de dados quantitativos do ensino (BOTH, 2001, p. 15).

A avaliação institucional visa identificar o atendimento a diversos usuários e demandas com qualidade. Como se vê, uma das variáveis qualitativas de análise de uma IES (a qual pode ser exemplo também para os IFs) é a dos ex-alunos avaliarem o desempenho da Instituição de Ensino. Um aspecto da avaliação do egresso que

⁹ Instituições de Ensino Superior.

merece reforçar é o de ser uma ferramenta que possibilitará a coleta de informações que servirão de subsídios para a melhoria da gestão de uma instituição.

Cohen e Franco (1993) ressaltam a importância de se avaliar programas governamentais ao afirmar que:

A avaliação de projetos sociais tem um papel central neste processo de racionalização e é um elemento básico de planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes se não forem avaliados os resultados de sua aplicação (COHEN E FRANCO, 1993, p. 16).

No Brasil não existe a cultura de se realizar avaliações de impacto em programas de qualificação profissional (SEVERNINI E ORELLANO, 2010) e “tampouco para uma boa parte das políticas públicas que são implantadas” (SAMPAIO, 2013, p. 24). Quando uma Instituição utiliza a avaliação para apurar a eficácia de suas políticas e de coletar informações que geram conhecimento, elas afastam erros correntes e previnem equívocos futuros (SAMPAIO, 2013).

Cabe ressaltar que, embora vários autores afirmem acerca da importância de se avaliar instituições e políticas públicas, muitas são as resistências. De acordo com Thoenig (2000):

[...] pode-se encontrar um relativo ceticismo para com a avaliação, particularmente, entre praticantes bem-informados e experientes em reforma da gestão pública, alguns até mesmo expressam uma resistência à avaliação que parece predominar no seu próprio governo (THOENIG, 2000, p. 55).

Outro fator que gera resistência às avaliações é o fato de serem consideradas “problemas” por governantes, executores e gerentes, pois quando os resultados alcançados notoriamente não condizem com os projetados, os gestores enfrentam constrangimento público (TREVISAN e BELLEN, 2008).

A falta de cultura e as resistências a se avaliar políticas e programas públicos, aqui focados para as políticas educacionais no Brasil, também é consequência por este se tratar de um campo “relativamente novo”¹⁰ e de ainda “não ser consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes” (MAINARDES, 2006, p. 48).

¹⁰ No Brasil, o processo de institucionalização da avaliação de políticas públicas iniciou na década de 1990, sob a influência de uma nova percepção da administração pública. Mesmo após quase três décadas, ainda não há ampla pesquisa e a discussão sobre a pesquisa de políticas públicas no campo educacional ainda é pouca (SOUZA, 2003), o que justifica considerarmos que esse campo de pesquisa é consideravelmente novo.

Ressalta-se que as políticas públicas devem ser analisadas em cada contexto do seu ciclo (BALL e BOWE, 1992; BALL, 1994) e utilizar de mecanismos de medição para avaliá-la (ARELANNO *et al.*, 2002). Além do exposto, para investigar o andamento de uma política pública é necessário dar enfoque ao controle e ao monitoramento das ações definidas por ela. É no período que a política é posta em prática que se observa como esta se encaminha e, dependendo do alinhamento, ou não, do que se objetiva, ela pode sofrer modificações.

Sobre o monitoramento de políticas públicas, Condé (2012) faz importantes reflexões sobre essa ação.

Por que monitorar? A resposta mais simples e verdadeira é: porque se deve acompanhar a implementação para verificar o cumprimento das ordenações e corrigir erros. Por que avaliar? Novamente, a resposta mais direta é: porque o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade (CONDÉ, 2012, p. 95-96).

Como nesta seção anteriormente tratou-se sobre avaliação e nesse momento aborda-se o monitoramento de políticas públicas, faz-se importante ressaltar, para uma melhor compreensão, suas distinções, já que vários autores chamam a atenção para essa diferenciação (CUNHA, 2006). Enquanto o monitoramento é uma atividade de acompanhamento das atividades realizadas durante o período de execução e operação de uma política pública, a avaliação é mais ampla, realizada antes, durante a implementação ou até mesmo depois, após a política provocar seus resultados e/ou impactos. De acordo com a autora:

Os processos de monitoramento e avaliação são complementares, porém a avaliação vai além, na medida em que realiza a verificação de que o plano originalmente traçado está efetivamente alcançando as transformações que pretendia, subsidiando a definição de políticas públicas. Mas a avaliação necessita das informações provenientes do monitoramento para realizar o julgamento que lhe cabe, a respeito da eficiência, eficácia e efetividade dos programas (CUNHA, 2006, p.12).

Ou seja, o monitoramento é um importante componente da avaliação, servindo de base para o desenvolvimento desta. Levando em consideração estas postulações, pode-se considerar que a própria política de acompanhamento de

egresso, foco da presente pesquisa, se trata de uma forma de monitoramento, que se bem executado, servirá de base para o desenvolvimento de avaliações dos IFs e da própria política de expansão do ensino profissional na rede federal.

Uma pesquisa de acompanhamento de egresso deve auferir indicadores que dialoguem com a missão, visão e objetivos estratégicos da Instituição, uma vez que, sua própria condição de existência é baseada em produzir uma educação de qualidade, em que os alunos egressos disseminem o conhecimento e que sejam capazes de se inserir na sociedade em sua plenitude (social, política, cultural e ética).

A partir das informações coletadas dos egressos, procura-se verificar se os altos investimentos que tinham como objetivo o fortalecimento da educação profissional tem sido eficaz em propiciar educação de qualidade e aumento das oportunidades dos técnicos formados se inserirem no mercado de trabalho e de continuarem seus estudos em níveis mais elevados. São justamente informações essenciais ao redesenho e à retroalimentação de ações planejadas no IFCE Campus Caucaia. Tal afirmação encontra-se fundamentação ao exposto por Draibe (2001):

É comum e frequente que se queira saber, dos programas, se estes cumpriram seus objetivos. Na verdade, é mais do que isso: quer-se saber o quanto e com que qualidade seus objetivos foram cumpridos (DRAIBE, 2001, p. 19).

Para Rua (s/d, p. 1), “o monitoramento implica o controle da gestão do programa e a tomada de decisões sobre mudanças imediatas na sua execução, geralmente é realizado por pessoas envolvidas na sua implementação”. A autora ainda alerta que, antes mesmo do início da implementação, cada programa ou projeto deve estabelecer um sistema de monitoramento, e destaca alguns pontos como:

1- Informação a ser coletada: dados que informem sobre os indicadores de resultados e efeitos (finalidade do projeto), de outputs ou produtos iniciais, e intermediário, resultados esperados do plano de operações e outras informações importantes.

2- Quem coletará cada informação, como esta será disponibilizada à equipe do projeto, frequência e período de coleta dos dados e métodos a serem utilizados na coleta.

3-Quem será responsável por juntar dados dispersos, agregá-los. Com que frequência isso será feito e que métodos serão usados na análise dos dados.

4-Quem (pessoa ou colegiado) será encarregado de tomar as decisões sobre o projeto, qual a periodicidade e frequência dessas decisões.

5-Quem será responsável pela difusão das informações do monitoramento e decisões, frequência e métodos a serem utilizados para esse fim (RUA, s/d, p. 5-6).

Tal pressuposto fundamenta a proposta de investigação da pesquisa, que além de verificar como ocorreu a formulação e a formalização da pesquisa de acompanhamento de egressos do IFCE Campus Caucaia, buscou também verificar aspectos como: se a pesquisa de egressos tem sido de fato realizada, em qual periodicidade, por qual setor, quem analisa os dados coletados e quem os divulgará e irá debatê-los, de forma a obter uma boa utilização dessas informações.

Contudo, como vimos, anteriormente nesta seção, e reafirmado por Cunha (1995), as Instituições Públicas pouco têm se avaliado e se preocupado com ameaças e oportunidades por serem sustentadas pelo poder público, resultando no enfrentamento de dificuldades na definição de objetivos e na falta de habilidade gerencial para estabelecer mudanças. Com isso, percebe-se que a falta de pesquisa de avaliação de egressos em larga escala¹¹ e também pontuais, como alertado pelo relatório do TCU (2012), das Instituições de Ensino pertencentes à RFEPT tem como pano de fundo o próprio problema de gestão comuns às Instituições públicas.

Na próxima seção, em que será tratado do egresso e o plano de acompanhamento de egresso, mostrar-se-á o que se verificou ao final desta seção, que há carência de pesquisas e quando há, são iniciativas pontuais. Entretanto, esses trabalhos trazem importantes contribuições para reflexão sobre a importância desse monitoramento e que aspectos devem ser explorados para que essas informações colaborem com a melhoria da educação profissional.

2.3 Plano de acompanhamento de egressos

As rápidas mudanças que ocorrem no mundo globalizado, com oscilação da economia e os constantes avanços tecnológicos levam a novas exigências no

¹¹ Como já mostrado no trabalho, a última pesquisa nacional dos egressos de cursos técnicos da RFEPT foi realizada entre os anos de 2003 e 2007, com seus resultados divulgados em 2009. A atual pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo SETEC/IPEA foi iniciada em 2013, mas no Relatório de Gestão do ano de 2013, consta que a pesquisa abrangeria os anos de 2013 e 2014, mas não estipula um prazo para divulgação dos resultados.

mundo do mercado. As Instituições de Ensino, e em especial as que ofertam educação profissional, precisam estar atentas a esse contexto mutante e às futuras tendências. Os Institutos Federais, que possuem uma natureza ímpar quanto à diversidade de modalidades ofertadas, todas preparando para o mercado de trabalho, precisam ter uma visão multidisciplinar e técnica que ultrapasse a complexidade dos conhecimentos que são e serão requisitados. Nesse sentido, Mehedff (1999) discorre que:

Formar cidadãos aptos a exercerem atividades produtivas ainda é um desafio em muitos países como o Brasil. Mas é preciso mais que isso. É preciso formar cidadãos capazes para desempenhar atividades que sequer existem atualmente. Isso significa ensinar conteúdos e habilidades úteis no presente, mas também ensinar a aprender no futuro, fora da escola convencional (MEHEDFF, 1999, p. 5).

Nesse sentido, as atividades acadêmicas dos Institutos Federais (IFs) serão potencializadas se estas se atualizarem constantemente, pois cumprir o seu papel perante a sociedade significa ser consciente do que a sociedade requisita dela.

O acompanhamento do egresso é política necessária para avaliar a adequação da capacitação fornecida pelos IFs às demandas do setor produtivo, pois segundo Rocha et al.:

É fundamental para uma instituição de ensino avaliar a eficácia da sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino, de modo a atender às necessidades da sociedade. Em particular, temos a necessidade de estarmos bem preparados para formarmos bons profissionais e ao mesmo tempo sintonizar esta formação profissional com as necessidades do mundo do trabalho (ROCHA et al., 2005, p.4).

Neste sentido, os egressos das instituições de ensino são a articulação com a sociedade, são, ainda, importante fonte de informações e é através destes que as instituições enxergam que imagem elas estão construindo perante a sociedade.

Embora se tenha discorrido sobre a importância do acompanhamento de egressos para a melhoria contínua de uma instituição de ensino, há uma grande carência de estudos acerca do tema no Brasil (PENA, 2000).

Entretanto, algumas pesquisas pontuais de acompanhamento de egressos têm sido realizadas no país e merecem destaque pela qualidade, contribuindo para outras pesquisas que tratam desse tema. Podemos citar as dissertações de

Sampaio (2013) sobre a expansão do IFRN¹² e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho; a de Machado (2001) que trata do acompanhamento de egressos no CEFET-PR¹³ – Unidade de Curitiba e as pesquisas de Lousada e Martins (2005), que investigaram os egressos do curso de Ciências Contábeis e Michelin *et al.* (2009) em pesquisa sobre gestão de egressos em instituições de ensino superior. A seguir, será descrito brevemente as ideias dos autores relatados sobre o tema.

A dissertação de Sampaio (2013) se assemelha ao desenvolvido por esta pesquisa, mas se afasta dos pressupostos aqui defendidos em função do foco dado, pois enquanto a nossa pesquisa investiga as dificuldades encontradas pelo IFCE Campus Caucaia para efetivar sua política de acompanhamento de egresso, o estudo de Sampaio focou nos resultados gerados pela expansão e interiorização da RFEPT no Estado do Rio Grande do Norte. Com isso, Sampaio aplicou questionários destinados a dois diferentes públicos – o dos gestores e o de egressos - ou seja, a pesquisa apresentou resultados da aplicação desses questionários tanto ao gestor (Pesquisa de Avaliação da Expansão – PAEX) de natureza qualitativa, tanto aos ex-alunos formados (Pesquisa de Acompanhamento de Egressos – PAE) com tratamento quantitativo.

Assim, o estudo de Sampaio (2013) procurou analisar a importância da utilização de um Plano de Acompanhamento de Egressos para verificar os resultados e impactos gerados aos ex-alunos da instituição, sob o ponto de vista econômico.

A dissertação Machado (2001), intitulada *Acompanhamento de egressos: caso CEFET-PR – unidade de Curitiba*, defendida em 2001 na UFSC¹⁴ objetivou mostrar que as instituições de ensino devem se manter atualizadas frente às transformações vivenciadas pela sociedade na forma de viver, trabalhar, pensar e conviver, e que para isto precisam buscar interação Escola-Empresa, como forma de assegurar que o ensino ofertado por estas instituições correspondam à realidade do mercado, e para isso as escolas devem acompanhar os seus egressos.

Machado (2001) ressalta a importância do egresso como fonte de informação, traz uma variedade de autores que retratam o tema além de apresentar a

¹² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

¹³ Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

¹⁴ Universidade Federal de Santa Catarina.

experiência de muitas instituições – nacionais e internacionais – que já utilizam de pesquisas dessa natureza, importantes para o aperfeiçoamento de cursos e para se pensar em novos cursos a serem ofertados.

O artigo *Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis*, de Ana Cristina Zenha Lousada e Gilberto de Andrade Martins (2005), trouxe relevantes reflexões acerca da preocupação das Instituições de Ensino com o seu meio externo, procurando propor uma melhoria contínua do processo de ensino aprendizagem para servir e influenciar o meio externo. No caso das Instituições de Ensino Superior (IES), a preocupação é ainda maior com o ambiente externo, pois sua finalidade é formar bons profissionais para o exercício no mundo do trabalho. Esse texto alinha-se com o que vem sendo pesquisado no presente trabalho, pois embora a instituição investigada não seja uma IES, é uma unidade de IF.

O artigo *Gestão de egressos em instituições de ensino superior: possibilidades e potencialidades*, de Michelan *et al.* (2009) inicia tratando o acompanhamento do egresso pelo ponto de vista administrativo, por esta se tratar da função administrativa de controle, pois uma forma de controlar resultados em Instituições de Educação Superior (IES) é possibilitado pelas informações colhidas dos egressos.

Cabe destacar que os motivos que suscitaram os pesquisadores a produzirem este artigo são:

- a) obter uma nova face de avaliação da IES, sobre o enfoque de quem já se formou e está no mercado de trabalho;
- b) levantar o perfil social e a trajetória profissional dos egressos;
- c) elucidar fatores que facilitam e dificultam o ingresso no mercado de trabalho;
- d) identificar as competências exigidas pelo mercado de trabalho;
- e) adequar os currículos dos cursos e programas político-pedagógico da IES às necessidades e demandas dos alunos, do mercado de trabalho e da sociedade;
- f) reforçar o compromisso de excelências em uma formação de nível superior e de qualidade (MICHELAN *et al.*, 2009, p. 2).

Embora o foco do artigo seja as IES, ressalta-se que algumas referências de legislação também se aplicam aos IFs, como a Portaria MEC nº 646/97 (BRASIL, 1997a), que esclarece que a Rede Federal de Educação Tecnológica (um ano depois muitas das Instituições que se enquadravam nesta portaria se tornaram Institutos Federais) precisam identificar novos perfis de profissionais e adequar a

oferta de cursos às demandas dos setores produtivos. E isso só é possível ao criar sistemas de acompanhamento permanente de egressos e estudos de demanda profissional. Ainda são tratados a LDB e o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação do SINAES¹⁵ que traz critérios de análise e indicadores de desempenho da seguinte forma - Dimensão: Política de Atendimento aos Estudantes/Grupo pesquisado: Egressos/ Indicadores: Política de acompanhamento do egresso e Programas de educação continuada voltados para o egresso.

Os autores, citando Lousada e Martins (2005) ressaltam que, no momento em que as IES não obtêm *feedback* dos seus egressos, elas provavelmente não aplicarão as mudanças necessárias em seus currículos e processos de ensino-aprendizagem, mudanças estas que podem preencher as lacunas que existem entre a formação acadêmica do aluno e as reais necessidades de qualificação exigidas pelo mercado de trabalho.

Para um efetivo acompanhamento do egresso, é necessário traçar um perfil deste, inclusive traçar o que as empresas/mercado de trabalho esperam desse profissional. Os autores desenharam a gestão de egressos em quatro diferentes níveis de intensidade de interação da IES com o Egresso:

1. Registro e Acompanhamento do Perfil do Egresso;
2. Avaliação da IES e do Curso pelo Egresso;
3. Fatores de Dificuldade e Facilidade de Inserção do Egresso no Mercado e
4. Relacionamento com o Egresso (MICHELAN et al., 2009, p. 1).

Uma visão que se deve adotar com esse novo viés de atividades é a de Schwartzman e Castro (1991), pois os autores refletem que o estudo de egressos deve recuperar, de fato, várias questões do estudo de alunos, particularmente aquelas ligadas: à qualidade do ensino e a adequação dos currículos à situação profissional; à origem dos projetos profissionais e a sua consistência em relação à situação profissional de fato.

Antes da criação dos Institutos Federais, a importância de se acompanhar o egresso já vinha sendo debatida, como observado pelo Observatório Nacional do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional, pois se constatou a necessidade de coletar informações que refletissem de forma atualizada, permanente e contextualizada as várias dimensões do mundo do trabalho e de sua interação com

¹⁵ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

a EPT e a sociedade em geral (BRASIL, 2008a). Para coletar essas informações foram traçados um conjunto de objetivos diversos, com destaque para os que se aplicam a pesquisa envolvendo egressos como apresentado no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Apontamentos do Fórum Nacional da Educação Profissional (2003) que envolvem monitoramento de egressos

Objetivos	Estruturar um conjunto de informações do mundo do trabalho e das políticas e ações de desenvolvimento sustentável local, regional e nacional	Sistematizar e disponibilizar as informações de inserção dos discentes e egressos da EPT no mundo do trabalho	Sistematizar e disponibilizar as informações dos egressos e suas relações com o mundo do trabalho e a EPT
Aspectos a serem analisados.	<ul style="list-style-type: none"> • os desenhos curriculares dos cursos de EPT; • a definição dos cursos, pesquisas e serviços de EPT a serem ofertados 	<ul style="list-style-type: none"> • estágios; • empregos; empreendedorismo; • cooperativismo e associativismo; • concursos e seleções; • oferta de educação. 	<ul style="list-style-type: none"> • sua caracterização; • aperfeiçoamento das instituições educacionais; • aperfeiçoamento da EPT; • indicadores de desempenho profissional.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL 2008a, p. 102).

Com isso, vemos que formular uma pesquisa de acompanhamento de egressos tem um aspecto mais amplo que somente coletar informações sobre a empregabilidade desses ex-alunos, pois a exploração da interação que há entre instituição e mundo do trabalho, através dos egressos, perpassa a própria redefinição da formulação dos cursos técnicos profissionalizantes e do próprio planejamento institucional.

A partir dos levantamentos teóricos e documentais vistos até aqui, pode-se dar um importante passo nesta pesquisa, que é o de partir para a investigação dos atores envolvidos, para podermos entender como se desenvolve e quais os fatores que interferem na política de acompanhamento de egressos no IFCE Campus Caucaia.

2.4 Análise do acompanhamento do egresso na instituição investigada

Até agora este trabalho tentou traçar um panorama geral do enfoque dado a educação profissional de nível médio, com a expansão da RFEPT e da importância

da avaliação e monitoramento dessas Instituições de Ensino, possibilitada pela política de monitoramento de egressos. A partir dessa seção, o foco recairá sobre a análise a partir dos aspectos investigados junto aos atores investigados - gestores institucionais e egressos do *campus* Caucaia - afim de retratar a realidade da Instituição relacionadas com a política em questão.

Assim, o presente trabalho trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo. A pesquisa terá base bibliográfica e documental, e serão utilizados como instrumentos de coleta de dados entrevistas com roteiros semiestruturados e questionário semiaberto. A análise foi dividida em dois blocos: o primeiro direcionado aos atores institucionais e o segundo dedicado aos egressos.

O primeiro bloco objetivou ouvir os gestores institucionais, na busca de analisar como o IFCE – Campus Caucaia elaborou as atividades de monitoramento de egressos e como desenvolve estas atividades na unidade. Através das perguntas das entrevistas buscou-se: i) identificar as principais impressões destes atores sobre a colaboração do IFCE de Caucaia à sociedade; ii) as relações interativas entre a unidade escolar e as empresas/indústrias; iii) o alinhamento entre a oferta dos cursos e as demandas por profissionais na região; iv) a importância da política de acompanhamento de egresso e como se deu sua construção, seu desenvolvimento e quais seus principais entraves e v) percepção de como se poderia melhorar essa política. Essa investigação junto aos atores entrevistados contribui com o estudo das causas que geraram o problema de pesquisa. Os resultados dessa investigação são apresentados na subseção 2.4.1.

O segundo bloco tratou de consultar os egressos até 2015 sobre sua trajetória após sua formação no IFCE Campus Caucaia, bem como sua opinião sobre a formação recebida pela unidade e adequação à prática profissional. As conclusões sobre as respostas coletadas dos ex-alunos são apresentadas na subseção 2.4.2.

É necessário destacar que a pesquisadora também tinha como objetivo de pesquisa acompanhar o egresso sob uma ótica mais ampliada - diferente da visão institucional e dos ex-alunos - o das empresas empregadoras. Para isso, foi levantado no IFCE Campus Caucaia as empresas que mais contratam alunos ou egressos da Instituição, sendo relacionado principalmente quatro empresas, que são a Wobben (fabricante de aerogeradores), Aeris (fabricante de pás eólicas), Energia Pécem (usina termelétrica) e CSP (Companhia Siderúrgica do Pécem). Contudo, ao

entrar em contato com estas empresas solicitando autorização para pesquisá-las, elas não atenderam positivamente para participação na pesquisa, inviabilizando a análise das relações entre estes alunos ou ex-alunos e o mercado de trabalho.

No primeiro bloco, o instrumento utilizado foi a entrevista com roteiro semiestruturado, pois partindo de um campo de investigação exploratório, esta seria a técnica mais adequada para coletar informações. Segundo Triviños (1987):

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

O primeiro bloco contou com a aplicação de quatro roteiros diferenciados de entrevista com roteiro semiestruturado, direcionadas de acordo com a atuação dos gestores institucionais. Os roteiros das entrevistas foram elaborados com base em dois estudos. O estudo desenvolvido pelos professores Francisco Soares (GAME/UFMG) e Fernando Abrúcio (FGV/SP) para a Fundação Victor Civita, em 2009, objetivando desenvolver perguntas investigando a gestão escolar a partir dos atores institucionais¹⁶. Além deste estudo, baseou-se também no modelo de entrevista aberta elaborado por Sampaio (2013) para representantes institucionais do IFRN em sua pesquisa de mestrado, chamada Pesquisa de Avaliação da Expansão (PAEX), também com enfoque qualitativo e que visava conhecer aspectos da repercussão da atuação da Instituição no processo de desenvolvimento local a partir do monitoramento do egresso.

Nesse primeiro momento, ao todo, foram entrevistados oito atores, que são: o diretor geral, o diretor de ensino; a coordenadora técnico-pedagógica, os coordenadores dos cursos de Eletroeletrônica, Metalurgia e Petroquímica, o coordenador de controle acadêmico e o coordenador de pesquisa e extensão. Com as perguntas das entrevistas, buscou-se explorar, de acordo com as atividades de gestão desenvolvida destes atores e o envolvimento destes – direta ou

¹⁶ O estudo desenvolvido por Soares e Abrúcio, solicitado pela Fundação Victor Civita, traçou uma série de questionários estruturados a serem aplicados a diversos atores escolares, com perguntas voltadas a gestão escolar, a atuação desses atores, sua formação, visão e perspectivas. O objetivo era identificar características que propiciem melhores procedimentos de gestão.

indiretamente - nas atividades de acompanhamento de egressos, como estas ações foram delineadas, se elas vêm sendo aplicadas e de que forma estão sendo desenvolvidas, além de indagar sobre possíveis contribuições para melhoria da funcionalidade dessa política.

O primeiro roteiro de entrevista (Apêndice A) foi voltado diretamente ao diretor geral da Instituição. Este é o ator protagonista, responsável por dirigir o campus de forma global, inclusive mediando decisões, delegando atribuições e gerenciando o cumprimento destas. A este entrevistado foram direcionadas nove questões.

O segundo roteiro de entrevista (Apêndice B) foi voltado para os gestores vinculados ao departamento de ensino, mais ligados à parte do acompanhamento dos cursos. Enquadram-se nesse perfil o diretor de ensino, a coordenadora técnico-pedagógico e os coordenadores de curso, que na Instituição são três – Eletroeletrônica, Metalurgia e Petroquímica. A estes entrevistados foram direcionadas seis questões. De forma geral, as questões dos dois primeiros modelos de entrevista destinadas a esses públicos citados visou descrever a percepção dos atores investigados sobre a Instituição e sobre suas implicações no meio que está inserido, identificar como foi definido as ações de monitoramento de egressos e quais mecanismos estão sendo empregados para a realização da pesquisa e que propostas os entrevistados fariam para melhorar os mecanismos de monitoramento de egressos.

O terceiro roteiro (Apêndice C), composto de cinco questões, foi aplicado ao coordenador de controle acadêmico. As perguntas tiveram o propósito de identificar a situação acadêmica dos discentes, principalmente ao final do curso, de obter informações quanto à existência de ferramenta de gerenciamento de informações relativas a egressos e sobre a visão deste sobre a importância dessa política.

O quarto roteiro (Apêndice D) foi direcionado ao coordenador de pesquisa e extensão, contendo oito perguntas que procuravam obter esclarecimento quanto à relação entre os cursos e as demandas locais e sobre a articulação dos alunos concluintes com o mundo do trabalho.

Os roteiros das entrevistas foram construídos com o objetivo de obter informações sobre a realidade do IFCE Campus Caucaia para que as ações do Plano de Ação Educacional (PAE) sejam pensadas, de forma a efetivar a política de acompanhamento de egressos na Instituição.

Na presente pesquisa, as entrevistas relacionadas ao primeiro bloco foram registradas por meio de gravador digital de voz, com a permissão de todos os entrevistados, que assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (como exemplo no Anexo A). As gravações ocorreram entre os meses de março e abril de 2016, no próprio local de trabalho dos entrevistados.

No segundo bloco de pesquisados, temos os egressos do IFCE Campus Caucaia. A pesquisa com egressos teve como objetivo traçar um breve perfil desse público obtendo informações sobre empregabilidade, continuidade nos estudos, relação entre formação obtida e função desempenhada no trabalho, renda e como eles avaliam o curso, além de coletar destes atores, sugestões para melhorias do ensino ofertado na instituição. Para isso, foi aplicado um questionário (Apêndice F), por e-mail, aos egressos que se formaram no primeiro e segundo semestre letivo de 2014 e no primeiro semestre letivo de 2015. O questionário foi elaborado por meio eletrônico utilizando o *Google Docs* e foi baseado nas questões abordadas pela pesquisa de egressos realizada por Brasil (2009a), além de levar em consideração algumas sugestões feitas pelo relatório de gestão do TCU (2012). O questionário é constituído de 11 questões, com 10 questões objetivas e 1 questão subjetiva, que abordam aspectos como empregabilidade, continuidade nos estudos, correlação entre formação e atuação profissional, satisfação com o curso e com a profissão e renda. Objetivou-se aplicar o questionário a todos os egressos que se formaram na Instituição até o final de 2015, com o universo de 121 ex-alunos.

A cada ator institucional entrevistado foram direcionadas perguntas específicas, de acordo com a atuação destes atores, explorando aspectos como: percepção das contribuições do IFCE Campus Caucaia na região; os fatos acerca dos alunos quanto à sua formação e seu primeiro contato com o mundo do trabalho (com perguntas relativas a estágio); a consonância dos cursos ofertados com as demandas da região; as particularidades da construção do PDI da Instituição; como está acontecendo o acompanhamento de egresso da Instituição; as contribuições que podem ser geradas nas pesquisas com egressos e sugestões de programas/ações pelos entrevistados para uma maior inserção do egresso no mundo do trabalho. As entrevistas foram realizadas no período de 18 de março a 15 de abril de 2016, de acordo com a disponibilidade dos atores institucionais.

Quanto à análise, foi utilizada uma sistematização de dados coletados, já que uma abordagem qualitativa requer uma compreensão das informações adquiridas a partir das ferramentas utilizadas, finalizando com redação precisa, ancorada na literatura utilizada durante o desenvolvimento deste trabalho. Ainda relativo à análise, em relação às informações obtidas dos egressos, as estatísticas descritivas empregadas foram a percentagem, com os resultados apresentados em tabelas.

As duas subseções a seguir demonstram as conclusões obtidas a partir dos dados coletados pelos instrumentos de investigação, e são apresentados, respectivamente, pela análise junto aos atores institucionais e com os egressos.

2.4.1 Análise qualitativa do monitoramento de egressos junto aos atores do IFCE Campus Caucaia

A presente subseção se propôs a identificar, a partir das informações obtidas pelos atores institucionais investigados, como foi formulado e como vem se desenvolvendo a política de acompanhamento de egressos do IFCE Campus Caucaia, bem como obter outras informações que direta ou indiretamente demonstrem as nuances em torno dessa política (como estágio, eficácia da Instituição, entre outros). O estudo coloca em evidência os fatos apurados, propondo uma reflexão com os autores já citados, procurando identificar os obstáculos que impedem a efetivação dessa política.

Pela natureza das questões constantes nas entrevistas, a análise foi dividida em duas partes. A primeira, apresentada na seção de subseção 2.4.1.1. relativa a questões mais gerais sobre o próprio desempenho obtido pela unidade investigada, como a percepção dos atores às contribuições geradas pela instalação do campus, estágio, interação entre instituição e empresas/indústrias e adequação das ofertas dos cursos aos meios produtivos da região. A segunda, exposta na seção da subseção 2.4.1.2. apresenta os resultados das indagações sobre a formulação da política de acompanhamento de egressos no campus, como ela vem se desenvolvendo, os entraves que impossibilitam a aplicação desta e sugestões dos entrevistados para a efetivação desta política.

2.4.1.1 Avaliação do desempenho do IFCE Campus Caucaia pelos atores institucionais

A partir das entrevistas, ficou evidenciado que os atores investigados acreditam que a instalação da unidade na cidade de Caucaia propiciou desenvolvimento socioeconômico e/ou cultural na região. As justificativas se basearam na própria oferta dos cursos para a região, que propiciaram mais oportunidades aos alunos. Além disso, outros motivos relacionados foram o desenvolvimento de atividades diferentes das direcionadas à formação técnica, objetivando uma formação mais ampla. Essas atividades são esportivas, culturais e outras vinculadas a projetos de extensão.

Outro ponto destacado são as contribuições advindas da instalação dessa unidade em se tratando de infraestrutura no entorno do campus, já que a instalação da Instituição trouxe investimentos nas imediações, ocorrendo uma maior organização do espaço urbano, chamando a atenção do poder público para melhorias na infraestrutura e segurança da região.

Porém, não há dados concretos quanto às contribuições da instalação do IFCE na cidade de Caucaia. Não se pode afirmar os efeitos da instalação da Instituição na região, pois, nas palavras do coordenador de pesquisa e extensão, “desde o momento de sua fundação e o efetivo funcionamento do campus até hoje, é muito cedo para dizer quais foram esses benefícios” (COORDENADOR DE EXTENSÃO, em entrevista à pesquisadora). Adicionado a isso, está também o fato de que a Instituição não possui dados que comprovem que ela vem gerando contribuições à sociedade. De fato, Cohen e Franco (1993) já alertavam que não é possível determinar a eficiência e eficácia de uma política sem a avaliação dos resultados de sua aplicação.

Antes mesmo de tratar sobre os egressos, é importante investigar sobre os próprios alunos, sobretudo os alunos concluintes, que geralmente tem no estágio obrigatório seu primeiro contato com o mundo do trabalho atuando na área de sua formação técnica. Assim, foram direcionadas perguntas ao diretor de ensino, coordenadores de curso, coordenação técnico-pedagógica, coordenador de controle acadêmico e coordenador de pesquisa e extensão objetivando investigar sobre estágio e a relação da formação com o mundo do trabalho.

Com relação às ações previstas nas atividades acadêmicas que promovam a aproximação dos saberes ensinados com o mundo do trabalho, os entrevistados relataram que existem ações diretas e indiretas. O diretor de ensino afirmou que nos cursos técnicos constam em suas matrizes disciplinas de ética e responsabilidade social, normas e controle de qualidade, de forma a sempre estarem “trabalhando com algo específico do mercado de trabalho” (DIRETOR DE ENSINO, em entrevista à pesquisadora). O investigado ainda relatou que, nos casos dos cursos integrados, que surgiram na instituição após a criação dos cursos concomitantes, há ainda uma vantagem por ter disciplinas de introdução ao curso e orientação profissional, no qual, nesta última, o aluno é levado a conhecer o mercado de trabalho. Esse contato com o ambiente de trabalho é reforçado pelos programas de visitas técnicas existentes. Os outros entrevistados já não relataram ações de aproximação contundentes entre o ensino e a prática, mas fizeram sugestões de melhoria.

Contudo, nesse aspecto investigado, uma fala particularmente chamou a atenção, a do diretor de ensino que expôs que, em se tratando de ações que aproximem os conhecimentos teóricos às práticas profissionais, nem sempre os resultados almejados são alcançados, pois “sempre que projetamos algo, imaginamos que será bem maior do que pensamos, porém ainda temos algumas deficiências” (DIRETOR DE ENSINO, em entrevista à pesquisadora). Quando relatou isso, o coordenador demonstrou um pouco de frustração.

Um aspecto preocupante que foi observado na pesquisa foi a dificuldade no tocante ao acompanhamento do estágio e o próprio êxito do aluno em conseguir ingressar no estágio, pré-requisito obrigatório para concluir o curso técnico no IFCE Campus Caucaia. Vejamos, a seguir, o detalhamento destas constatações.

O coordenador do curso de metalurgia observou a necessidade de se implantar no campus um departamento de estágio. Tal necessidade também foi exposta pelo diretor de ensino ao afirmar que “o grande calo do instituto no que se refere ao mercado de trabalho é a falta de uma política clara de estágio” (DIRETOR DE ENSINO, em entrevista à pesquisadora). Ele ainda relatou que outras Instituições que ofertam ensino técnico no Estado - como exemplo as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EETPs), SENAI e SENAC –são vistas pelas empresas/indústrias empregadoras da mesma forma que o IFCE Campus Caucaia.

Na visão do coordenador do curso de metalurgia, as empresas/indústrias, quando abrem vagas para estagiários, não utilizam como critério de escolha a qualidade do ensino ofertado pela instituição na qual estuda o candidato à vaga, o que ele acredita ser justamente o diferencial que o campus tem diante das demais instituições de ensino técnico de nível médio, segundo ele:

Enquanto formamos alunos melhores que qualquer outro, devido à qualidade do ensino, mesmo formando bons alunos eles encontram essa dificuldade [conseguir estágio] porque a empresa olha número [custos para contratar e manter estagiários]. (COORDENADOR DO CURSO DE METALURGIA, em entrevista à pesquisadora).

Pela percepção do entrevistado, como as empresas terão que treinar os estagiários, não tratam diferencialmente estes pela instituição da qual são oriundos. A situação ainda é mais agravada pela política de incentivos do Estado que custeia o estagiário, ou seja, as empresas que empregam os alunos das EEPs não têm nenhum ônus, e muitas empresas optam por dar preferência nos estágios a esses alunos.

A dificuldade em conseguir estágio foi verificada em todos os cursos. O coordenador de pesquisa e extensão afirmou que a inserção dos alunos em estágio enquanto concluintes não vinha ocorrendo de forma fácil devido a várias conjunturas, como a falta de programas de estágio na Instituição, falta de consonância entre a proposta de formação do campus e o acolhimento dos estagiários pelas empresas. Segundo ele:

A inserção do estágio não é algo fácil por várias conjunturas, primeiro, para os alunos de Caucaia é a questão do próprio curso que ofertamos hoje na instituição, precisam não só da vaga de estágio, mas sim, de programas de estágio junto com as empresas porque estamos fazendo algo inédito na região e as empresas não têm a tradição de acolher estagiários dentro daquilo que a instituição propõe, que é fazer com que o aluno estagie na empresa e depois seja absorvido por ela (COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO, em entrevista à pesquisadora).

Tal fato foi mais notório no curso de Petroquímica. Como relatado no capítulo 1, os cursos no IFCE Campus Caucaia foram criados para atender à demanda por mão-de-obra qualificada do CIPP. Estava previsto que no CIPP seria instalado a refinaria Premium II, o que iria requerer um grande quantitativo de profissionais na área. Contudo, durante o andamento do curso, a Petrobrás cancelou a implantação

da refinaria no Ceará. Devido a esse fato, o curso técnico em Petroquímica está sendo transformado em técnico em Química. Tal mudança foi a alternativa mais viável de se adequar à realidade da inexistência da refinaria no CIPP, pois foi levantado que há na região empresas cujos ramos são a indústria de cimento, tintas, galvanoplastia, sabão e alimentícia. Estas necessitam de profissionais técnicos em Química, e tal alteração já aproveitaria os recursos humanos da Instituição. Com isso, o profissional técnico formado em Química possuiria uma maior amplitude em sua atuação, até mesmo podendo atuar na área de petroquímica. O coordenador do curso de Petroquímica relatou que tal alteração está prevista para acontecer em 6 meses, ou seja, já teria oferta de turma no curso técnico em Química em 2017.

Outra disfunção ligada ao estágio foi a falta de acompanhamento junto às instituições concedentes de estágio nas questões inerentes às práticas dos discentes estagiários, tarefa essa considerada desafiadora. Na realidade, não há um setor específico para estágio, sendo tal responsabilidade absorvida majoritariamente pelo coordenador de pesquisa e extensão (a quem foram destinadas as perguntas sobre estágios) e em menor grau aos coordenadores de curso e ao coordenador de controle acadêmico. Além disso, o setor com maior atribuição em relação a estágio – a coordenação de pesquisa e extensão – é relativamente novo na Instituição e limitado de recursos humanos (o setor é composto de apenas duas pessoas, em que uma delas chegou à Instituição apenas 1 semana antes da realização dessa entrevista). É visível a necessidade do campus Caucaia em ter um setor destinado exclusivamente a estágio, uma vez que as deficiências são muitas e a coordenação de pesquisa e extensão já têm suas próprias atribuições – que não são poucas – a serem desenvolvidas por apenas dois servidores, o que provavelmente acarretaria problemas na elaboração e execução das atividades destinadas a estágio, ou seja, estas atividades seriam delegadas em segundo plano e os problemas com o estágio persistiriam.

Como esse acompanhamento não ocorre, conseqüentemente o *feedback* fica comprometido. Percebe-se, assim, uma desorganização no acompanhamento do estágio, confirmada pela fala do coordenador de pesquisa e extensão:

Hoje temos um contato IFCE/Empresa, mas fica a cargo do orientador de estágio, como não tínhamos um setor essas informações passam a ficar perdidas, não temos documentação nenhuma e se não temos documentação e como se não tivéssemos realmente essas informações, a

nossa ideia é que o setor de estágio se aproprie dessas informações a partir de agora. (COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO, em entrevista à pesquisadora).

Dando continuidade à análise das entrevistas, abordou-se o tema referente ao índice de conclusão dos cursos no IFCE Campus Caucaia. Como visto no capítulo 1, o índice atual de conclusão na Instituição é de 23,5%. Esse indicador representa a eficácia da Instituição, cujo índice representa um valor resultante do quociente do número de vagas ofertadas e o número de concluintes (BRASIL, 2009b). O resultado obtido representa a taxa de sucesso do curso (e, conseqüentemente, o sucesso da instituição). Desse modo, quanto maior o percentual obtido, melhor o resultado da Instituição, cuja meta é alcançar taxa igual ou superior a 80% (BRASIL, 2009b). Para melhor compreender eficácia, faz-se necessário conceituá-la. Cunha (2006) entende eficácia como:

A relação entre alcance de metas e tempo ou, em outras palavras, é grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, em um determinado período de tempo, sem considerar os custos implicados (CUNHA, 2006, p. 8).

Assim, a aferição da eficácia visa à avaliação do processo de uma política ou programa público, ou seja, a verificação “se o programa está sendo (ou foi) implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas” (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986, p. 110-111). Sobre indicador de eficácia, os autores argumentam que este tem um objetivo avaliativo, ao “acompanhar e aferir se os propósitos, estratégias e execução do programa estão sendo realizados segundo as definições previamente estabelecidas” (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986, p. 112). A observação desse índice é uma das formas de se avaliar a Instituição e é essencial para sua atuação e busca de melhoramento. (ROCHA *et al.*, 2005)

Um índice de eficácia elevado indica que os investimentos realizados nos IFs estão “gerando produtos (alunos concluindo cursos) em número satisfatório” (TCU, 2012, p. 20). Contudo, percebe-se que a taxa apresentada pelo IFCE Campus Caucaia é um resultado distante daquele que se comprometeu alcançar, com resultados insatisfatórios e que refletem a necessidade de intervenção para se reverter este quadro.

Indagado sobre as possíveis causas para esse índice, o coordenador de controle acadêmico salientou que o principal motivo é a retenção, seja por não cumprimento do estágio obrigatório ou pelas reprovações. Foi levantado que do total de alunos que deveriam ter se formado (728 alunos)¹⁷, 47¹⁸ não se formaram por não terem finalizado o estágio. Como há uma dificuldade real, já relatada, para os alunos conseguirem estágio, uma grande parcela dos alunos finaliza as disciplinas, mas não obtêm seus diplomas por ficarem com pendência no estágio. Sobre tal problema, o coordenador de controle acadêmico afirma que:

Uma sugestão minha ainda recente, em uma reunião que tive com a Pró-Reitora de Ensino é tornar o estágio facultativo aos alunos da modalidade Técnico Concomitantes, já que este, já é facultativo aos alunos da modalidade Médio Integrado, não estou negando o direito do estudante se formar com o estágio, mais estou facultando a ele o direito de ter ou não o estágio no currículo. Esta carga horária de estágio iria contar no histórico para aqueles alunos que cursaram o estágio e para aqueles alunos que não cursaram esta carga horária deixaria de existir. Penso que esse seja um dos motivos que tem contribuído bastante para esse baixo percentual, quando falamos de êxito (COORDENADOR DE CONTROLE ACADÊMICO, em entrevista à pesquisadora).

Porém, quanto a sugestão do coordenador de controle acadêmico em tornar o estágio facultativo, vale destacar que a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 define estágio como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos” (BRASIL, 2008c, p. 1). De acordo com a mesma lei, as instituições de ensino podem optar se o estágio supervisionado será obrigatório ou não obrigatório, e isso é definido no projeto pedagógico do curso. No caso do IFCE *Campus Caucaia* tem-se o estágio obrigatório, o que significa que este foi definido no projeto pedagógico dos cursos. Este componente do curso é essencial para o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, em especial no caso da educação profissional, pois uma das expectativas quando a esses cursos é que seus formandos saiam aptos a desenvolver atividades profissionais em suas áreas de formação. Embora nessa lei não se estabeleça obrigatoriedade das Instituições de

¹⁷ Esse quantitativo se refere ao quantitativo total de alunos pertencentes as turmas que já finalizaram seu ciclo.

¹⁸ O número de alunos que tiveram sua formatura adiada devido ao não cumprimento do estágio obrigatório é bem maior. Contudo, uma vez cumprindo tal pendência, esse aluno deixa de constar nessa estatística. Então, quando se afirma que há 47 alunos nessa situação, significa 47 alunos no presente semestre.

Ensino em ajudar o aluno a conseguir estágio, o IFCE Campus Caucaia não deve simplesmente ignorar os problemas que os alunos enfrentam em conseguir estágio. Em 2014, foi aprovado o Projeto de Lei 5695/13, que visa a obrigar que as instituições de ensino consigam vagas de estágio para os seus alunos sempre que o currículo exigir estágio obrigatório.

Com relação a outra causa de retenção, dentre os alunos que já deveriam ter se formado, mais de 200 deles ainda estão na condição de matriculados cursando disciplinas nas quais ficaram reprovados. Também foi colocado o surgimento de outro problema com os alunos das turmas mais recentes – o da evasão. Sobre tal fenômeno, o coordenador de controle acadêmico afirma a necessidade de:

Um estudo mais aprofundado sobre as causas que levaram as turmas que ingressaram em seguida terem se evadido em maior número ou não ter obtido o mesmo percentual de êxito das turmas anteriores (COORDENADOR DE CONTROLE ACADÊMICO, em entrevista à pesquisadora).

Os índices de eficiência obtidos pela Instituição (23,5%) mostram um resultado preocupante já que mais da metade dos alunos que ingressam na Instituição não estão se formando no tempo previsto, o que representa um problema.

Em seguida, na sequência da análise das entrevistas, foi feita a verificação da consonância dos cursos ofertados pela Instituição às demandas da região por qualificação profissional. As opiniões dos entrevistados foram positivas, mas alguns dos respondentes, embora tenham afirmado essa adequação entre oferta e demanda, fizeram algumas ressalvas importantes, como podemos perceber na seguinte fala:

Se essa pergunta fosse feita há 2 anos atrás, eu não teria dúvida e a resposta seria sim. O mercado é muito dinâmico, tem uma reestruturação muito efetiva, tivemos problemas no Brasil tanto político como econômico que contribuíram para que hoje eu não consiga dar uma resposta mais correta (COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO, em entrevista à pesquisadora).

A maioria dos entrevistados (75%) afirmaram que os cursos são adequados à necessidade de qualificação profissional na região. De forma geral, estes justificaram que a escolha dos cursos foi resultado de um levantamento das potencialidades da região, como a proximidade com o Complexo Industrial Portuário

do Pecém, como já destacado como um dos fatores primordiais para a criação da Unidade em Caucaia. Além disso, foi realizada consulta pública junto a comunidade para validar a escolha dos cursos.

Também foi afirmado que os cursos existentes foram ofertados levando em consideração informações coletadas por pesquisas realizadas pelo Governo Estadual do Ceará e pela Prefeitura Municipal de Caucaia, além dos informes obtidos pela participação em comitês (como o Programa de Encaminhamento ao Trabalho – PET, o Programa de Desenvolvimento Regional – PDR e a FIEC), que confirmam a necessidade das empresas por estes profissionais. Entretanto, outra parcela dos entrevistados (25%) não respondeu sim convictamente devido ao curso de Petroquímica, que como já foi ressaltado anteriormente, será substituído por outro, visto que perdeu sua função a partir de novo cenário.

2.4.1.2 Atores institucionais e suas considerações sobre o plano de acompanhamento de egressos

O prosseguimento da análise focou no ponto fundamental da investigação, a de verificar como vem se desenvolvendo o plano de acompanhamento de egressos no IFCE Campus Caucaia. Ao averiguar junto aos atores investigados a relevância da pesquisa com egressos, todos afirmaram ser uma ação de grande importância por gerar informações essenciais ao sucesso institucional. As afirmações dos atores em relação à aplicação de pesquisa dessa natureza evidenciam que a avaliação institucional pode assegurar o fortalecimento da comunicação entre egresso e instituição e a análise do mercado.

Fazendo uma coletânea do relatado pelos entrevistados em relação à avaliação institucional, tem-se a afirmativa dos investigados de que as informações coletadas a partir da pesquisa com os egressos identificariam aspectos que precisam ser melhorados e/ou corrigidos. Essas informações permitem um melhor planejamento e realinhamento das atividades do campus, de forma a torná-las mais eficientes e mais úteis à sociedade. Todas essas readequações propiciariam melhoria dos cursos ofertados. Essa afirmação encontra embasamento em Both (2001), pois como já abordado na seção 2.2 deste trabalho, a pesquisa de

acompanhamento de egressos é um dos componentes qualitativos de uma avaliação institucional.

O fortalecimento da comunicação entre egresso e instituição permite o acompanhamento da trajetória do aluno (tanto profissional quanto acadêmica), além de manter uma aproximação entre egressos e Instituição. De acordo com grande parte dos entrevistados, seria possível verificar a qualidade dos profissionais que a Instituição está formando.

Outro fator relevante é que os egressos, já atuando como profissionais, poderiam informar de maneira mais adequada sobre as deficiências da Instituição no tocante à formação ofertada, se esta se encontra em consonância com as exigências da atuação profissional. Os investigados informaram que esse diagnóstico viabilizaria a tomada de decisão em relação à estratégia acadêmica utilizada pelo campus, como redefinição do currículo e até uma alteração na metodologia de ensino do campus, ou seja, a avaliação de uma instituição deve representar a dinamicidade desta (FRIZZO, 2003).

Em relação ao exposto acima, vejamos a seguinte fala do diretor geral:

Dentre os propósitos da instituição, além da educação e da formação do cidadão, a ideia é que possamos oferecer oportunidades para que os nossos alunos busquem uma oportunidade no mercado de trabalho, já que os cursos ofertados aqui são de nível técnico. Para que isso aconteça nós temos que formar o aluno com uma adequada capacidade profissional, isso não pode acontecer se ficarmos imersos dentro da academia, precisamos estreitar cada vez mais os laços entre a academia e as empresas para qual nós formamos os profissionais (DIRETOR GERAL, em entrevista à pesquisadora).

Vale lembrar que, como alertado por Vieira e Alves (1995) a educação profissional deve estar atenta às demandas do mercado de trabalho, mas não devem se restringir a isso. Esse entendimento é semelhante ao pensamento do coordenador de pesquisa e extensão ao fazer a colocação de que o “ensino não pode se submeter à ótica mercantilista” (COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO, em entrevista à pesquisadora). Outra importante reflexão feita pelo coordenador de pesquisa e extensão é de que “as empresas precisam entender que elas têm uma parcela de responsabilidade junto às instituições de ensino” (COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO, em entrevista à pesquisadora), ou seja, deve-se procurar uma parceria com as empresas/indústrias já tantas vezes

colocadas ao longo desta análise, mas como o próprio termo já indica, ambos devem possuir um interesse comum e contribuir para uma melhor qualificação desses alunos. As empresas/indústrias que recebem esses alunos deveriam ser parceiras de instituições de ensino técnico, pois é nelas que os conhecimentos adquiridos nos cursos são colocados em prática, por elas possuírem recursos (como laboratórios e equipamentos) não disponíveis nas instituições educacionais.

Continuando os desdobramentos relativos às contribuições que a pesquisa de egressos propicia à Instituição tem-se a análise do mercado. A pesquisa com egressos possibilita verificar a empregabilidade desses ex-alunos, não só em relação a se estes se inseririam no mercado de trabalho, mas se atuam na mesma área de formação. Outro aspecto observado seria examinar se ainda há amplo mercado aos profissionais que a Instituição está formando ou se este está saturado, possibilitado pela averiguação do grau de dificuldade¹⁹ enfrentado pelo egresso em se inserir ou se manter na atividade profissional. Alguns atores ainda afirmaram que nos casos identificados de cursos cuja área de atuação esteja saturada, se teria uma adequação da oferta dos cursos do IFCE Campus Caucaia ao mercado de trabalho. Esse ajustamento poderia ocorrer por meio de extinção do curso com criação de novos, correlatos ou não, dependendo do contexto mercadológico. Mostrou-se, nesta subseção, que tal ação já está sendo tomada no curso de Petroquímica.

Percebe-se que muitos aspectos que os atores afirmaram que devem ser contemplados numa política de monitoramento de egressos alinham-se com as visões do TCU (2012) e de Michelan *et al.* (2009) sobre o que deve ser investigado nessas pesquisas como relacionamento com egresso; localizadores regionais; empregabilidade, com elucidação de fatores que facilitem ou dificultem a entrada dos egressos no mercado de trabalho; correlação entre área de estudo e de trabalho; competências exigidas pelo mercado; implicações da formação na atuação profissional e adequação do currículo.

Contudo, um fator não indicado e que deve ser observado nos egressos é o perfil social (MICHELAN *et al.*, 2009), que abrange dados demográficos e socioeconômicos, como gênero, raça, renda per capita da família, entre outros (TCU, 2012). A proposta de se delinear dados demográficos e socioeconômicos dos

¹⁹ Vale ressaltar que o grau de dificuldades de um técnico se inserir no mercado de trabalho pode decorrer de vários fatores, como os fatores econômicos, como presenciado atualmente, que gera uma recessão do mercado.

ex-alunos baseia-se no fato de a coleta dessas informações contribuírem para identificar se a formação dos egressos gerou incremento na qualidade de vida deles.

Verificado o que os atores investigados pensam sobre a política de acompanhamento de egresso, a pesquisa passou para a verificação da formulação dessa política, buscando-se conhecer como as ações voltadas ao monitoramento de egressos, prevista no PDI foram delineadas.

Como o diretor geral foi o ator responsável por coordenar o processo de construção do PDI, por consequência, foi também ele quem gerenciou o delineamento das ações voltadas ao acompanhamento dos egressos. Ao ser questionado sobre esse processo de definição da política de acompanhamento de egressos, constatou-se que o diretor geral está ciente de que essas ações não estão voltadas para o público a que se destina, ao destacar que:

O nosso PDI até tem um item referente a acompanhamento de egresso, contudo, as ações que estão colocadas no PDI são voltadas para o aluno do IFCE e não para o egresso. Essas ações são tomadas para que o aluno, ao se tornar um egresso, possa buscar adequadamente a inserção no mercado de trabalho. Mas, hoje nosso PDI não tem ações voltadas ao monitoramento de egressos (DIRETOR GERAL, em entrevista à pesquisadora).

Isso demonstra que não houve uma ampla discussão sobre o tema com os demais atores envolvidos. Como o próprio diretor geral respondeu, as ações foram delineadas para o aluno, e não para o egresso. O entrevistado não relatou em nenhum momento iniciativa para reajustar essas ações destinadas ao acompanhamento de egressos no PDI.

Como isso, as afirmações feitas no capítulo 1 de que as ações constantes no PDI não condiziam com o público a que se destinavam, por trazer ações direcionadas ainda aos alunos em formação, foram confirmadas. Assim, o contexto da influência e o contexto da produção de texto do ciclo de políticas – conforme Ball e Bowe (1992) - não foram desenvolvidos de forma satisfatória na Instituição. O PDI é o resultado das opiniões e ideias dialogadas no contexto da influência, em que os discursos são construídos. Essa formalização – o documento em si - trata-se do contexto da produção de texto, ou seja, a representação textual da política, que deveria representar a consolidação do que foi deliberado nas discussões.

Em relação ao contexto de influência, este deveria ter envolvido os integrantes da Instituição, por meio de um amplo diálogo, reflexão e levantamento de

questões acerca do monitoramento de egressos, para ter em mente que informações seriam interessantes coletar e a definição de responsáveis pelo desenvolvimento das tarefas delineadas. Também não foi mencionado a utilização de outros documentos de referência ou pesquisas acerca tema em outras instituições de ensino ou da RFEPT, como a realizada por Brasil (2009a), que auxiliariam em um melhor desenho dessa política. Outro ponto falho foi não designar um setor para assumir a responsabilidade pelo acompanhamento de egressos. Nesse aspecto, o diretor geral afirmou que irá delegar tal atribuição ao setor de estágio, pertencente à coordenação de pesquisa e extensão. Contudo, o setor de estágio ainda não foi oficializado na Instituição.

A deficiência nessas duas fases do ciclo acabou por comprometer a política de acompanhamento de egressos da Instituição, assim também sua implementação, o que vem a ser comprovado ao longo da análise.

Ainda quanto à implementação, esta não vem ocorrendo, e todos os atores institucionais entrevistados afirmaram que atualmente não há qualquer iniciativa formal de acompanhamento de egressos, que ficou bastante marcado na fala do diretor geral ao frisar que “esse é um grande ponto de falha do campus” (DIRETOR geral em entrevista à pesquisadora). Todas as outras iniciativas de dados coletados desses ex-alunos têm cunho informal, obtidos através de visitas destes na Instituição ou por meio das redes sociais. A falta de uma pesquisa sistemática com os egressos é o problema gerador deste trabalho e que se confirmou durante a pesquisa. Vejamos o que outros entrevistados falam sobre o assunto, conforme falas apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 – Considerações dos entrevistados sobre o plano de acompanhamento de egressos do IFCE Campus Caucaia

Coordenador do curso de Metalurgia	Diretor de Ensino	Coordenador do curso de Petroquímica	Coordenador de controle acadêmico
Não existe nenhum acompanhamento até o momento.	O programa de egressos é outro "calo" do instituto, hoje no IFCE Campus Caucaia assim como em diversos outros Campus do IFCE não existe.	Até onde sei, não temos uma atividade de acompanhamento do aluno após a finalização do curso.	Eu desconheço que esteja sendo realizada qualquer atividade de acompanhamento dos alunos egressos.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas a atores institucionais.

Fazendo um apanhado geral, infere-se que há uma ampla falha de monitoramento no campus, em todas as questões ligadas direta ou indiretamente a pesquisa de egressos. Draibe (2001) alerta que o monitoramento permite saber o quanto e com que qualidade os objetivos institucionais foram cumpridos. Mas se não há nenhuma iniciativa de monitoramento no IFCE Campus Caucaia, como poderão intervir sobre algo que não se conhece? Realmente não há no campus uma cultura de monitoramento de suas ações, como alertados pelo TCU (2012) e Brasil (2011), cultura essa que precisa ser mudada.

Contudo, o coordenador do curso de Metalurgia afirma que, embora o acompanhamento de egressos não esteja sendo realizado, ações para corrigir essa deficiência na Instituição estão em curso:

Não existe nenhum acompanhamento no momento. Mas está sendo feito um trabalho para implantação da área do departamento de extensão que vai possibilitar todas essas informações do aluno que saiu da nossa instituição. Para saber se ele está ou não trabalhando, quais foram as dificuldades que ele encontrou, como também fazer uma integração deste aluno com a instituição e da instituição com o aluno, para que essas informações nos chegue e evidentemente que venhamos a traçar ações para melhorar esse processo (COORDENADOR DO CURSO DE METALURGIA, em entrevista à pesquisadora).

Prosseguindo com a pesquisa, questionou-se a seis dos oito atores institucionais investigados quais os principais entraves para a efetivação do plano de acompanhamento de egressos. Assim, foi verificado alguns empecilhos para a realização dessa pesquisa, apresentadas Quadro 5, a seguir, em que as fragilidades foram elencadas por ordem de recorrência nas falas dos entrevistados:

Quadro 5 – Considerações dos entrevistados sobre as dificuldades de se efetivar o plano de acompanhamento de egressos do IFCE Campus Caucaia

Fragilidade citada	Informações acerca da fragilidade na Instituição	Quantitativo de atores que a mencionaram
Desatualização dos dados dos alunos	Falta de cultura do aluno em atualizar os dados no sistema Q-Acadêmico. Este fato gera dificuldades em entrar em contato com os alunos, o que é potencializado no caso do egresso.	5
Falta de estrutura física e humana	O campus ainda está em estruturação. É uma Instituição consideravelmente nova e que tem, gradativamente, recebido mais servidores. Contudo, estrutura física depende de aumento de recurso orçamentário, destinação	4

	essa que ultrapassa decisões locais	
Inexistência de uma política de estágio	Por forma de parceria, convenio ou termo de cooperação) que objetive uma aproximação entre o IFCE Campus Caucaia e as empresas/indústrias empregadoras.	2
Indefinição quanto ao responsável pelas ações	Foi definido que o responsável pela política de acompanhamento de egressos será o setor de estágio, que ficará a cargo de um servidor recentemente chegado no campus. Contudo, tal atribuição não foi formalizada e ainda não divulgada para a comunidade.	2
Falta de banco de dados	Não procede pela existência do sistema Q-Acadêmico, que tem funcionalidades tanto para egressos quanto para empresas.	1
Fragilidade citada	Informações acerca da fragilidade na Instituição	Quantitativo de atores que a mencionaram
Mau delineamento das ações	Impossibilidade, na forma que está posto no PDI, de implementar a política de acompanhamento de egressos, uma vez que todas as ações não estão destinadas ao público-alvo.	1

Fonte: Elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas a atores institucionais.

O principal problema relacionado pelos atores entrevistados na pesquisa com egressos foi a falta de dados atualizados dos alunos, como número de telefone e e-mail, o que impossibilita um contato com os egressos. Embora o IFCE Campus Caucaia possua um sistema de banco de dados (Q-Acadêmico), não há uma cultura por parte dos alunos em atualizar esses dados. Tal constatação pode ser sintetizada na fala do coordenador do curso de Eletroeletrônica:

Quando o aluno sai do instituto ou até mesmo quando ainda está, os dados desse aluno colocados no sistema não são atualizados. Então, devido a essa mudança de número de celular que é muito recorrente com várias pessoas, endereço de e-mail que não temos acesso pois o aluno não se preocupa com essa questão de criar um endereço de e-mail e mantê-lo atualizado, e esses são os únicos contatos que nós servidores podemos ter com os nossos alunos e normalmente eles não atualizam nem na vida acadêmica, os alunos costumam atualizar somente um vez, que é quando entram no curso e depois não atualizam mais, então esse é o grande empecilho. Em muitos momentos precisamos nos submeter a um *facebook* ou a outra rede social na tentativa de encontrar esse aluno, e conseqüentemente, para aplicar uma pesquisa desse tipo fica muito mais difícil entrar em contato com ele. (COORDENADOR DO CURSO DE ELETROELETRÔNICA, em entrevista à pesquisadora).

A falta de recursos humanos e estruturais e a inexistência de uma política de estágio já tinham sido destacadas, anteriormente, nesta subseção, como problemas institucionais. A adequação de recursos humanos e estruturais às necessidades do campus ultrapassam as decisões locais, pois esse tipo de melhoria depende de um aumento no quadro de servidores e um maior orçamento de investimento, questões estas decididas a um nível hierárquico superior, como a Reitoria da Instituição ou até mesmo o Ministério da Educação.

Com relação à inexistência de uma política de estágio, a criação desta dependeria de uma melhor organização do campus, estudo e discussão sobre o tema, além de ampla participação da comunidade acadêmica no processo de formulação dessa política. Nessa construção, é essencial se pensar o que a Instituição objetiva com essa política, além de criar mecanismos de aproximação com empresas e indústrias em áreas afins aos cursos ofertados. A falta de uma reflexão sobre o tema recairia no delineamento inadequado da política aos seus objetivos, como o que ocorreu com o plano de acompanhamento de egressos.

Em relação à declaração quanto a falta de um banco de dados, há uma fala da coordenadora técnico-pedagógica que merece destaque:

O instituto participa de algumas reuniões com alguns empresários e ela acontece justamente em parceria com o 5S e com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Tem sido discutido muito sobre a funcionalidade e essa questão do egresso, tanto nos cursos técnicos federais como nos cursos das escolas profissionalizantes, e existe de certa forma uma lacuna entre a demanda e o atendimento ao mercado. Por isso, discutimos sobre o banco de dados nas reuniões em que estive presente, mas surgiu esse grande questionamento: quem irá alimentar esse banco de dados? Por que foi surgido como uma proposta, seria um banco de dados que ficaria disponível inclusive para todos os empresários e para quem tivesse a necessidade de buscar informações (COORDENADORA TÉCNICO-PEDAGÓGICA, em entrevista à pesquisadora).

Entretanto, há um desencontro dos dados coletados quanto à afirmação da carência de um banco de dados, já que o coordenador de controle acadêmico, em sua fala, deixa claro a existência deste. Segundo ele:

O sistema [Q-Acadêmico] disponibiliza para o egresso possibilidades de acesso. As possibilidades de navegação são menores, as informações disponíveis para os egressos correspondem ao número de menor de informações comparado a quando ele estava na condição de aluno (COORDENADOR DE CONTROLE ACADÊMICO, em entrevista à pesquisadora).

Dessas informações, pode-se concluir que há um sistema cujo leque de funcionalidades é desconhecido e, conseqüentemente, inexplorado pelos demais entrevistados. Com a chegada recente do servidor que ficará à frente do setor de estágio (setor criado com a chegada desse servidor - em março de 2016) que foi alocado na coordenação de pesquisa e extensão - cujo diretor geral direcionou a incumbência de realizar a política de acompanhamento de egresso no Campus Caucaia, será necessário que este seja capacitado para utilizar habilmente o sistema Q-acadêmico, tanto para ter acesso e acompanhamento dos dados cadastrais desses ex-alunos, quanto para aplicação de questionários e geração de relatórios. Caso contrário, o servidor não utilizará esse sistema, o que implicará o insucesso desse programa, já que “um banco de dados pode contribuir para o acompanhamento qualitativo dos egressos, melhorando a qualidade dos cursos ofertados e adequando-os para o mercado de trabalho” (SANTOS e SOUSA, 2015, p. 53).

Como sou conhecedora do sistema Q-Acadêmico, por ter trabalhado diretamente com essa ferramenta durante três anos, é possível verificar que nele não só há funcionalidades direcionadas a egressos, como também às empresas. Ou seja, há uma ferramenta que pode ser utilizada como banco de dados, e que deve ser mais explorada. O Q-Acadêmico ainda permite o cadastro de questionário, que podem ser aplicados aos egressos e também às empresas. Isso resolveria especificamente o problema da falta de banco de dados.

Para que o egresso ingresse no sistema, basta ter o número de matrícula da instituição e a senha que utilizava para o acesso ainda enquanto aluno. No caso das empresas, bastaria elas se cadastrarem na Instituição para ter acesso a informações. Mas, em ambos os casos, essa interação só será possível com ampla divulgação pelo Campus dos recursos disponíveis pelo sistema, de forma a chamar a atenção desses possíveis usuários.

Não podemos deixar de salientar o fator 5, falha presente ainda na formulação da política. Todos esses cinco entraves apontados resultam de uma falta de análise dos ciclos ou fases que constituem uma política. Não foram observados detalhes óbvios como qual o objetivo da pesquisa de acompanhamento de egresso, e que ações e recursos serão necessários para atingir esses objetivos, assim como delegar responsabilidades e monitorar esses processos.

Algo que não pude deixar de perceber e de me preocupar foi que, além do diretor geral, nenhum dos outros atores entrevistados citou o mau delineamento das ações voltadas para a pesquisa de egressos como entrave a realização desta. Isso demonstra que os atores institucionais precisam refletir sobre o tema.

Por fim, foi questionado a todos os entrevistados sobre quais programas/ações estes sugeririam para manter e ampliar a absorção de egressos qualificados pelo IFCE Caucaia no mercado de trabalho. O principal ponto relacionado foi o da criação de um programa ou parceria de interação entre instituição e empresa/indústria. Essa parceria/programa poderia resolver um problema institucional – a dificuldade dos alunos em ingressarem no estágio, pois um dos objetivos dessa cooperação seria justamente garantir estágio aos alunos do Campus. Muitos também citaram a criação de um programa de estágio.

Foi proposto também o fortalecimento das visitas técnicas, de forma a fazer com que os alunos se aproximem mais da realidade do mundo do trabalho, conhecendo antes mesmo do estágio particularidades quanto à sua futura atuação profissional. A última sugestão foi de investir no *marketing* da Instituição, fortalecendo sua imagem de Instituição de ensino profissional de qualidade perante a sociedade e o mercado produtivo.

2.4.2 Breve perfil dos egressos do IFCE Campus Caucaia

Esta subseção descreve os resultados do trabalho de campo obtidos a partir da aplicação de questionário eletrônico aos egressos do IFCE Campus Caucaia formados até 2015. Verificou-se junto à Coordenação de Controle Acadêmico que essa população é de 121 egressos. Foi solicitada a essa coordenação a relação dos egressos, juntamente com os telefones e e-mails de contatos, sendo este o banco de dados para esta parte da pesquisa. É importante destacar que 9 egressos da Instituição não possuíam endereço de e-mail registrado.

A coleta de dados compreendeu o período de 27 de abril a 20 de maio de 2016 e o questionário foi enviado duas vezes por e-mail ao público pesquisado. No primeiro envio, 10 e-mails retornaram por terem endereços inválidos, o que já indicou uma falta de atualização dos dados destes alunos.

Com um total de 19 egressos sem registro de e-mail, como informado, ou com e-mail inválido, a estratégia utilizada para conseguir essa informação foi a de

telefonar para eles, a partir dos contatos disponíveis no banco de dados da instituição. Contudo, mais uma vez foi verificado a falta de atualização das informações, uma vez que, das ligações efetuadas, a maioria dos números de telefone não pertencia aos referidos alunos ou não existiam mais. Foi então captado apenas mais 3 endereços de e-mails. Logo após essa ação, buscando um maior retorno, os e-mails solicitando participação da pesquisa foram novamente enviados para lembrar os egressos sobre a importância da pesquisa.

Em síntese, dos 121 egressos relacionados foram obtidos 105 contatos (86,78%) por via eletrônica. Desses, 23 (19%) responderam; 82 (67,8%) não responderam e 16 (13,2%) dos e-mails retornaram por serem inválidos ou não foram enviados. Cabrera *et al.* (2003) lembra que, dependendo da abordagem da pesquisa e do formato do questionário, na literatura, as taxas de retorno em pesquisas com egressos variam entre 25% e 60%. Tal resultado obtido no campus Caucaia indica que estratégias precisam ser pensadas para conseguir adesão dos egressos em responder a pesquisa, já que a taxa de respostas não chegou ao percentual mínimo de validação.

O questionário aplicado aos egressos foi composto de 11 questões, sendo 10 objetivas e 1 subjetiva. A primeira questão buscou identificar o curso de formação dos respondentes enquanto as outras 9 questões buscaram captar informações que podem ser divididas em 4 grupos, sendo estes: trabalho (4 questões), renda (1 questão), continuidade nos estudos (1 questão) e relação entre formação e desempenho profissional (3 questões).

A questão aberta procurou coletar críticas sobre os cursos realizados e sugestões de melhoria. O questionário, de forma geral, não buscou esgotar todas as formas de coletar informações importantes a Instituição a partir da opinião dos egressos, procurando focar a pesquisa em pontos centrais como os já citados e observar quais os principais desafios a serem dirimidos, de forma a elaborar propostas para que a Instituição não tenha esses problemas quando for efetuar a política de acompanhamento de egressos.

A questão aberta não foi definida como obrigatória no questionário eletrônico, porém a maioria dos respondentes (12 – 52,2%) fizeram suas observações quanto a elogios e aspectos que desejam que a Instituição reveja, objetivando melhorias. As

falas dos egressos serão identificadas por ordem de comentários, partindo de E1 para o primeiro respondente até E12 para o último respondente.

Iniciando a análise das respostas dos egressos, dos 23 respondentes, 5 (22%) se formaram no curso técnico em Eletroeletrônica, 11 (48%) no curso técnico em Metalurgia e 7 (30%) no curso técnico em Petroquímica.

Em relação às perguntas direcionadas a ocupação, constatou-se que, dos 23 egressos, 14 (60,9%) estavam inseridos em atividades laborais, em que 12 (52,2%) atuavam na mesma área de formação ou correlata e 2 (8,7%) trabalhavam em outras áreas, enquanto 9 (39,1%) encontravam-se desempregados, sendo este último representa uma taxa consideravelmente alta. Dois egressos fizeram relatos quanto ao desemprego:

E1: Vale destacar que grande parte dos egressos seguiram outros caminhos, visto que a maioria dos alunos que concluíam os cursos não conseguiam emprego na área, o que era desmotivador.

E4: Esperava uma oferta maior de emprego.

Esse alto índice de desemprego pode ser retratado nas respostas ao questionamento sobre a oferta de trabalho nas áreas que eles se formaram em Caucaia e adjacências. Nessa questão 18 (78,3%) afirmaram que as ofertas de emprego são escassas, 13 (56,5%) dos respondentes confirmaram que há poucas ofertas de emprego e trabalho e 5 (21,7%) relataram que praticamente não há ofertas de emprego. Apenas 4 (17,4%) dos egressos responderam que há oferta de trabalho e nenhum dos respondentes narrou que há muitas ofertas de emprego.

Dos 14 egressos que estavam trabalhando, 9 (64,3%) estavam empregados com carteira assinada, 3 (21,4%) eram funcionários públicos concursados, 1 (7,1%) possuía contrato temporário e 1 (7,1%) estava estagiando. A Tabela 2, a seguir, mostra a correlação entre curso, empregabilidade e vínculo empregatício:

Tabela 2 – Correlação entre curso, empregabilidade e vínculo empregatício dos egressos

	Empregado com carteira assinada	Funcionário público concursado	Em contrato temporário	Estagiário	TOTAL
Está trabalhando	8	2	1	1	12

na área de formação ou área correlata	57,1%	14,3%	7,1%	7,1%	85,7%
Está trabalhando em outra área	1	1	0	0	2
	7,1%	7,1%	0%	0%	14,3%
TOTAL	9	3	1	1	14
	64,3%	21,4%	7,1%	7,1%	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Sobre o local de inserção dos egressos que estão no mercado de trabalho, 3 (21,4%) estavam empregados em Caucaia, 4 (28,6%) estavam trabalhando nas outras cidades que compõem a região metropolitana de Fortaleza (lembrando que a cidade que sedia a instituição investigada – Caucaia – faz parte dessa macrorregião), 5 (35,7%) estavam trabalhando em outras cidades do Ceará e 2 (14,3%) encontravam-se empregados em outros estados.

Em relação ao salário dos egressos empregados, a maior recorrência na faixa salarial foi a de remuneração compreendida entre um e dois salários mínimos, com 7 (50%) dos respondentes, sendo seguido por 5 (35,7%) que tinham vencimentos entre dois e três salários mínimos, 1 (7,1%) recebia até um salário mínimo e 1 (7,1%) ganhava entre três e quatro salários mínimos. Se compararmos com os dados apresentados no capítulo 1, em que percebeu-se que a maioria dos alunos advém de famílias com baixa renda, pode-se atestar que a obtenção da formação técnica propiciou uma melhoria de renda para muitos destes egressos. A Tabela 3, a seguir, traz o comparativo entre as rendas familiar e do aluno:

Tabela 3 – Renda familiar bruta dos alunos e renda dos egressos com vínculo empregatício

	Até 1 Salário Mínimo (até R\$ 880,00)	Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.760,00)	Mais de 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 2.640,00)	Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 3.520,00)
Renda familiar bruta dos alunos	38,1%	38,1%	16,2%	7,6%
Renda dos egressos	7,1%	50%	35,7%	7,1%

Fonte: Sistema Q-Acadêmico e dados da pesquisa de campo.

A comparação efetuada entre a renda familiar bruta dos alunos e a renda salarial dos egressos nos permite perceber que enquanto na renda familiar os maiores índices incidem sobre as duas faixas mais baixas, na renda dos egressos

há uma concentração na segunda e terceira faixa de renda, o que indica uma melhoria de renda para expressiva parcela dos egressos entrevistados.

Contudo, se levarmos em consideração também os egressos desempregados, estes se concentrariam na primeira faixa de renda, mudando a disposição de renda do grupo investigado, como veremos na Tabela 4:

Tabela 4– Renda familiar bruta dos alunos e renda dos egressos

	Até 1 Salário Mínimo (até R\$ 880,00)	Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.760,00)	Mais de 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 2.640,00)	Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 3.520,00)
Renda familiar bruta dos alunos	38,1%	38,1%	16,2%	7,6%
Renda dos egressos	43,5%	30,4%	21,7%	4,4%

Fonte: Sistema Q-Acadêmico e dados da pesquisa de campo.

Na Tabela 4 não se observa uma grande diferença entre mudanças ocorridas para cada faixa salarial. Contudo, salienta-se que a renda familiar bruta condiz ao somatório das rendas dos membros de uma família, o que implica que a renda *percapita* seria menor, tendo diferenças bem mais acentuadas, o que levaria a mudança de índices, levando a um aumento destas para as faixas menores de renda. Pode-se inferir, levando-se em consideração essa ampliação de interpretação de renda, que houve uma modesta melhoria na renda dos egressos.

Quanto à relação entre a formação obtida e a função desempenhada no trabalho, dos 14 egressos empregados, 1 (7,1%) dos egressos respondeu que a formação obtida no curso técnico é superior aos conhecimentos utilizados no trabalho, 10 (71,4%) contestaram que a formação obtida no curso técnico é compatível aos conhecimentos utilizados no trabalho, enquanto 3 (21,4%) replicaram que a formação obtida no curso técnico é inferior aos conhecimentos utilizados no trabalho. Embora 78,5% dos egressos empregados tenham uma visão positiva quanto à formação que obtiveram para sua prática profissional, o que é primordial para um curso técnico, é preocupante o fato de um índice expressivo desses respondentes terem suas expectativas quanto à formação para atuação profissional não atendidas. Alguns pontos corroboram essa análise, como os seguintes comentários:

E 1: O profissional de nível técnico precisa de aulas práticas, o que pouco teve, desfavorecendo a formação acadêmica. [...] Aos poucos o sonho virou ilusão.

E 4: O que vemos no curso é inferior ao que se exige nas empresas.

E 9: Melhorar as grades de matérias vistas no curso, pois é muito fraca em relação ao mercado de trabalho.

Na análise das expectativas dos egressos quanto ao curso concluído na Instituição, 1 respondente (4,4%) relatou que o curso superou as expectativas, 13 (56,5%) contestaram que o curso atendeu as expectativas, 7 (30,4%) replicaram que o curso não atendeu as expectativas e 2 (8,7%) não souberam/não opinaram sobre a realização da expectativa que tinham pelo curso. Fazendo a correlação entre os dois últimos aspectos avaliados – formação obtida *versus* atuação no trabalho e expectativas quanto ao curso, temos os dados presentes na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5– Correlação formação obtida x atuação no trabalho e expectativas quanto ao curso

	O curso superou as expectativas	O curso atendeu as expectativas	O curso não atendeu as expectativas	Não souberam/não opinaram	TOTAL
A formação obtida no curso técnico é superior aos conhecimentos utilizados no trabalho	0	2	0	0	2
	0%	8,7%	0%	0%	8,7%
A formação obtida no curso técnico é compatível aos conhecimentos utilizados no trabalho	1	8	2	2	13
	4,4%	34,8%	8,7%	8,7%	56,5%
A formação obtida no curso técnico é inferior aos conhecimentos utilizados no trabalho	0	3	5	0	8
	0%	13%	21,7%	0%	34,8%
TOTAL	1	13	7	2	23
	4,4%	56,5%	30,4%	8,7%	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A Tabela 5 demonstrou que enquanto 11 (47,8%) dos egressos tiveram uma visão positiva sobre a formação recebida – com destaque para o índice de 34,8% destes que confirmaram que suas expectativas quanto ao curso foram atendidas, ao mesmo tempo em que a formação recebida pelo IFCE Campus Caucaia foi compatível com os conhecimentos utilizados no trabalho, 21,7% demonstraram uma visão negativa, entendendo que o curso foi inferior aos conhecimentos requeridos no trabalho bem como não atendeu às expectativas, índice este significativo e que indica que a unidade investigada deve tomar atitudes para mudar sua imagem de insucesso. Notou-se também certa incongruência na correlação, quando 3 (13%) dos egressos consideraram que a formação ofertada pela instituição foi inferior ao exigido na profissão, mas que o curso atendeu às suas expectativas.

A maioria dos egressos respondentes (69,6%) deram continuidade em níveis mais elevados de estudo, 8 (34,8%) procuraram elevar seus estudos na mesma área de formação técnica e 8 (34,8%) prosseguiram na educação superior em outras áreas. Contudo, uma grande parcela dos egressos entrevistados (30,4%) não deu continuidade em seus estudos, e quase metade destes (13%) também se encontravam desempregados, ou seja, não estavam desempenhando nenhuma atividade, fato este preocupante.

Para finalizar a análise das questões objetivas, tem-se a avaliação do IFCE Campus Caucaia por seus egressos. A maioria destes (65,5%) avaliou positivamente a formação que obtiveram, sendo que 3 (13%) a classificam como ótima e 12 (52,2%) como boa. Para 8 (34,8%) egressos a formação recebida na instituição foi regular. Destaca-se que nenhum dos respondentes identificou que o ensino recebido foi ruim ou péssimo, o que nos permite afirmar que a educação ofertada pelo IFCE Campus Caucaia é de qualidade. Alguns egressos se manifestaram sobre o assunto:

E5: O IFCE Campus Caucaia é excelente, ótimos profissionais.

E8: Parabenizo aos docentes, coordenadores e ao diretor do instituto por estarem desempenhando um ótimo trabalho visando sempre na qualidade do ensino fornecido aos alunos.

Essa qualidade identificada não isenta o fato constatado de que alguns ajustes devem ser feitos pela Instituição, visando a um processo de melhoria contínua. Alguns egressos que responderam à questão aberta fizeram sugestões

pertinentes, de âmbito mais geral, e outros voltados à melhoria dos cursos em que se formaram.

As críticas gerais feitas por alguns ex-alunos foram: i) pouca infraestrutura, laboratórios improvisados, precários e de poucos insumos; ii) insuficiência de contextualização entre conhecimento teórico e conhecimento prático e; iii) pouca carga horária de aulas práticas.

As sugestões gerais feitas por parte dos egressos respondentes foram: i) promover aproximação entre empresas/indústrias e Instituição, para possibilitar maior conhecimento nas áreas de atuação específica e correlata e a realização de parceria por parte do IFCE Campus Caucaia com empresas/indústrias para aumentar as oportunidades de estágio ou primeiro emprego para os jovens formandos ou recém-formados.

Especificamente para o curso técnico em Metalurgia, alguns egressos observaram a necessidade de que a matriz curricular seja mais ampla, incluindo matérias voltadas para a Siderurgia, tais como: Aciaria e seus processos; Metalurgia Siderúrgica; Corrosão; Aços e suas ligas; Matérias primas para a fabricação de aços e liga.

Em relação ao curso de Petroquímica, um egresso solicitou a mudança da modalidade do curso de Petroquímica para Química, para facilitar a entrada no mercado de trabalho.

Todas as observações gerais, e também as apontadas para o curso de Petroquímica feitas pelos egressos, já tinham sido relatadas pelos atores institucionais nas entrevistadas realizadas e analisadas nesse capítulo, na seção 2.4.1. Esses apontamentos demonstram que o IFCE Campus Caucaia precisa tomar medidas de gestão administrativas e de ensino para uma readequação do campus perante as fragilidades identificadas.

A pesquisa de acompanhamento de egressos confirmou sua importância, uma vez que, além de se poder traçar um perfil destes atores, propiciará que a instituição os conheça mais, esse instrumental propicia a coleta de informações importantes para que a unidade investigada identifique se seu plano de gestão precisa ser readaptado. Mesmo com um questionário relativamente curto e com um pequeno número de respondentes, o que tende a uma análise mais ilustrativa dos

aspectos investigados, as informações coletadas foram relevantes e devem ser conhecidas e refletidas pelo Campus.

2.4.3 Achados a partir da pesquisa com os grupos investigados

Nas duas últimas seções foram apresentadas informações importantes que permitiram investigar aspectos relacionados ao plano de acompanhamento de egressos existente no IFCE Campus Caucaia, sob a ótica de 8 atores institucionais: gestores ligados direta ou indiretamente à política de monitoramento de egressos e dos próprios egressos. Vale destacar que os achados da pesquisa não se restringem à pesquisa de campo e sim devem considerar toda pesquisa realizada, que envolve também a análise documental presente nas três primeiras seções deste capítulo.

A análise demonstrou aspectos positivos, além de apresentar também aspectos que, se não corrigidos, ameaçarão o alcance dos objetivos da Instituição. De forma geral, foi identificado na investigação com os atores institucionais que as ações delineadas para o plano de acompanhamento de egressos prevista no PDI da Instituição não condizem com o público a que se destina, além de sua implementação não ter sido efetuada. De forma geral, os atores institucionais reconheceram a importância da política de monitoramento de egressos, bem como apontaram a importância das informações coletadas a partir desta para avaliar a Instituição e identificar fragilidades a serem sanadas. Contudo, mesmo cientes de que o desenho da política deve ser modificado, nenhuma iniciativa nesse sentido foi tomada.

A pesquisa a partir dos egressos possibilitou traçar um breve perfil destes – observando dados sobre empregabilidade, renda e continuidade dos estudos. Além disso, foram coletadas informações dos ex-alunos avaliando positivamente a Instituição e ressaltando que o grupo de gestores e professores são dedicados e qualificados para o desempenho das suas funções, entretanto, manifestaram que o campus precisa de uma melhor estruturação, articulação com o mundo do trabalho e de ajustes no ensino.

Fazendo uma coletânea de todos os aspectos observados e que precisam de melhorias, tem-se:

- Infraestruturas físicas e recursos humanos insuficientes;

- Inexistência de uma política de estágio;
- Mau delineamento da política de acompanhamento de egresso;
- Falta de controle de processos, o que prejudica o alcance dos objetivos institucionais;
- Readequação da metodologia de ensino utilizada e reorganização das matrizes curriculares;
- Carência de aulas práticas;
- Ausência de mecanismos permanentes de acompanhamento de egressos;
- Desconhecimento sobre as ferramentas do sistema Q-Acadêmico;
- Necessidade de interação entre Instituição e empresas/indústrias.

Com relação à falta de interação entre Instituição de Ensino e Empresas/Indústrias, cabe destacar que o campus já vem desenvolvendo ações para sanar essa fragilidade. Nos meses de março e abril de 2016 ocorreram encontros entre representantes do IFCE Campus Caucaia e da Reitoria com empresários do CIPP e com representantes da Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AECIPP) para tratar de parcerias. No ensejo, os atores institucionais apresentaram a estrutura de suas unidades e os cursos que podem vir a ser ofertados nos *campi* de Caucaia e Pecém²⁰. A unidade investigada deve aproveitar o momento de proximidade para estreitar relações, celebrando um convênio objetivando o desenvolvimento de programas de estágio supervisionado, o que minimizaria os problemas dos alunos concluintes em ingressar no estágio.

Retornando aos outros aspectos que precisam de melhorias, todas essas colocações precisam da atenção da Instituição para reverter ou pelo menos minimizar os efeitos que essas fragilidades geram. Alguns destes fatores têm relação direta na geração de entraves à política de acompanhamento de egressos. Dessa forma, o Plano de Ação Educacional (PAE) a ser desenvolvido no próximo capítulo visou traçar estratégias que permitam um redesenho da política de monitoramento de egresso e sua aplicabilidade.

²⁰ Em novembro de 2015, o IFCE recebeu do Governo do Estado do Ceará a cessão do então Centro de Treinamento do Trabalhador do Ceará – CTTC. Esse espaço sedia atualmente o IFCE Campus Avançado do Pecém, e tem localização estratégica por ser próxima ao CIPP. Essa unidade é vinculada ao IFCE Campus Caucaia durante sua fase de implementação. O IFCE Campus do Pecém teve sua aula inaugural realizada dia 02 de maio de 2016 e os cursos ofertados inicialmente são Eletricista Industrial e Português Instrumental, ambos na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC).

Primeiramente, se faz necessário a reformulação do plano de acompanhamento de egressos presente no PDI, com participação atuante da comunidade acadêmica. Ainda, a partir dos achados dos atores institucionais e da pesquisa com egressos, percebeu-se que um grande problema para a efetivação da política será manter um relacionamento com os ex-alunos, assim é imprescindível a criação de mecanismos permanentes de acompanhamento de egressos. Vale ressaltar que todas essas iniciativas não surtirão efeito na implementação da política de acompanhamento de egressos se os diversos atores responsáveis por estas não souberem utilizar o sistema para realização das atividades, sendo essencial capacitar os colaboradores que utilizam o sistema Q-Acadêmico acerca de suas funções e ferramentas disponíveis, de modo a explorá-las. Por último, e não menos importante, tem-se o estabelecimento do monitoramento da política de acompanhamento de egressos, de forma a observar se as metas estipuladas para essa política estão sendo cumpridas.

3 REDESENHO E APLICAÇÃO DE UM PLANO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO A PARTIR DO CASO ANALISADO

Após a descrição do caso de gestão, presente no primeiro capítulo e a análise do caso e fundamentação teórica realizada no segundo capítulo, o presente capítulo tem como objetivo apresentar uma proposta de intervenção que forneça subsídios coerentes de acordo com a realidade do IFCE Campus Caucaia para que o plano de acompanhamento de egressos seja efetivado.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é propor um plano de ação educacional que permita um redesenho da política de monitoramento de egresso em tal instituição e sua implementação. Para isso, a próxima seção trará um conjunto de orientações e estratégias para que as ações delineadas sejam reformuladas, os atores conheçam suas responsabilidades sobre essa política e reflitam sobre que aspectos investigar na ferramenta de coleta de dados a ser elaborada. Essa readequação resultaria numa reversão do problema gerador dessa pesquisa, pois seriam dados passos importantes para a revisão e futura implementação da pesquisa de acompanhamento de egressos.

Tal proposta se justifica devido a não implementação do acompanhamento de egresso na Unidade como previsto no PDI. Para além disso, o estudo de caso mostrou a necessidade de se reconfigurar essas ações, pois, da forma como estão postas, não se destinam ao público para o qual deveriam ser pensadas. A proposta apresentada pretende sanar as fragilidades identificadas como causadoras de entraves ao acompanhamento de egressos. Embora seja uma proposta elaborada a partir de uma realidade específica, as ações apresentadas podem, de acordo com as devidas adequações, servir de um roteiro de políticas dessa natureza a outras instituições de ensino da RFEPT.

Destaca-se o fato da importância do gestor protagonista, no caso, o diretor geral do IFCE Campus Caucaia para coordenar e instruir a aplicação das ações apresentadas, de forma a envolver todos os participantes nesse processo, pois do contrário todo e qualquer esforço no sentido de fazer com que essa política gere informações que subsidiarão o planejamento e adoção de políticas institucionais visando a uma melhor qualidade no ensino e na gestão dessa Instituição poderão fracassar.

3.1 Reformulação e implementação do plano de acompanhamento de egressos

Para desenvolver um Plano de Ação Educacional utilizando os recursos disponíveis na Instituição e transformando a realidade dela, foram pensadas ações de enfrentamento aos problemas identificados na pesquisa que impedem a realização do acompanhamento de egressos no IFCE Campus Caucaia. De forma geral, essas ações visam corrigir as falhas verificadas em seu escopo, de forma a tornar a política de monitoramento de egressos mais direcionada aos objetivos a que se propõe, tornando-a aplicável.

Dessa forma, foram elaboradas as seguintes ações para o combate das deficiências identificadas na realização do acompanhamento dos egressos:

- Reformulação do plano de acompanhamento de egressos presente no PDI;
 - Palestra de sensibilização;
 - Reunião para delineamento das novas ações;
- Criação de mecanismos permanentes de acompanhamento de egressos;
 - Campanha de atualização dos dados cadastrais de alunos e egressos;
 - Encontro anual de egressos;
 - Elaboração e aplicação de instrumento de coleta de dados;
- Celebração de convênio com Empresas/Indústrias locais;
- Capacitação para o uso do sistema Q-acadêmico e
 - Módulos registro escolar (aluno/egresso) e CEE (empresa e aluno);
- Monitoramento da política de acompanhamento de egressos;
 - Estabelecimento de indicadores e metas.

O desenvolvimento de cada uma dessas estratégias envolve ações e responsabilidades que foram organizadas em um plano. Para tal, foi utilizada a ferramenta 5W2H, que consiste em uma instrumental que auxilia no planejamento das ações que se deseja desenvolver. Para Werkema (1995) a técnica utilizada permite visualizar a solução adequada de um problema a partir das respostas aos seguintes questionamentos: *Why* (Por que?), *What* (O que?), *Who* (Quem?), *When* (Quando?), *Where* (Onde?), *How* (Como?) e *How Much* (Quanto?) essas iniciais deram origem ao termo 5W2H.

As respostas a essas perguntas direcionadas a correção dos problemas identificados no trabalho que formataram o plano de ação educacional a ser apresentado nas seguintes subseções.

3.1.1 Reformulação do plano de acompanhamento de egressos presente no PDI do IFCE Campus Caucaia

A primeira providência a ser tomada para que seja possível a aplicabilidade do plano de acompanhamento de egressos é redefinir as ações que estão constantes no PDI do IFCE Campus Caucaia, processo que será coordenado pelo diretor geral.

Contudo, é necessário que, antes mesmo do momento do diretor geral se reunir com os demais atores para tratar do assunto, ocorra uma ampla divulgação e explicação do tema e que se realize a sensibilização e motivação da comunidade a debater sobre este, pois, do contrário, não haverá uma reconstrução coletiva da política, já que os demais atores desconheceriam os objetivos desta, não explorando o tema ou colaborando com sugestões, o que recairia no mesmo problema já identificado, o de mau delineamento das atividades da política de acompanhamento de egressos da Instituição investigada. Sampaio (2013), ao tratar sobre as dificuldades da formulação de políticas públicas, já traz a seguinte consideração:

É sabido que as comunidades, quando consultadas, muitas vezes, não estão realmente preparadas para discussões aprofundadas e o nível de participação obtido é baixo, restrito ao posicionamento de algumas lideranças locais, aos achismos e interesses públicos. Isto acarreta que os gestores públicos tendem a ir à comunidade mais com a intenção de legitimar as decisões já efetuadas nos bastidores, mesmo correndo-se o risco de incorrer em fragilidade na implantação da política educacional (SAMPAIO, 2013, p. 132).

Assim, para que a comunidade possa aprofundar o nível de conhecimento para discussão da reformulação da política de acompanhamento de egressos, é necessário a realização de uma palestra intitulada *As contribuições geradas pelo monitoramento de egressos em Instituições Federais de Educação Profissional*, cujo objetivo seria expor a importância do monitoramento de egressos, sob a ótica de que a Instituição deve ser conhecedora dos profissionais que está formando e deve utilizar as informações coletadas desses ex-alunos para contribuir com a melhoria

contínua da unidade. Nesse momento, também seria mostrado parte do que foi debatido no capítulo 2 desta dissertação, em relação às observações feitas por outros documentos oficiais que tratam do tema, como os elaborados pelo MEC, o exposto pelo TCU (2012) e o resultante do FORPROEXT (BRASIL, 2013). O objetivo é que todos tenham informações que permitam, num próximo momento, um posicionamento mais embasado para a definição de objetivos e ações.

Nesse momento de sensibilização, também seria mostrado o contraste das ações indicadas pelos órgãos supracitados para o plano de acompanhamento de egressos em Instituições de ensino e os previstos no PDI do IFCE Campus Caucaia, demonstrando que as ações previstas para essa política no campus estão inadequadas e que é necessária uma intervenção para a adequação delas ao público e ao objetivo a que essa política se destina.

O momento da palestra é de suma importância e deve ter ampla participação da comunidade acadêmica. Para que isso ocorra, é necessário maior apelo, com investimento no marketing do evento, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para a divulgação da palestra (e-mails, chamada no site, folders, entre outras mídias), inclusive com o diretor geral atuando em sua promoção, reforçando em outros momentos com a comunidade que a palestra é muito importante e um ponto chave para que se inicie uma discussão de formulação de uma política de monitoramento de egressos no campus.

O Quadro 6, a seguir, traz o detalhamento da palestra direcionada à comunidade acadêmica:

Quadro 6– Proposta de palestra direcionada a comunidade acadêmica

O quê?	Palestra "As contribuições geradas pelo monitoramento de egressos em Instituições Federais de Educação Profissional".
Por quê?	Sensibilização e esclarecimento à comunidade acadêmica quanto à relevância do plano de acompanhamento de egresso.
Quem?	Organização: Direção geral e setor de comunicação. Palestrante: Márcia Rejane Damasceno Dias.
Quando?	Sugestão: Agosto de 2016.
Onde?	Auditório do IFCE Campus Caucaia.
Como?	O diretor geral ressaltará a comunidade escolar sobre a necessidade de se discutir sobre o plano de acompanhamento de egressos, frisando a importância de se conhecer mais sobre a temática. O diretor geral mobilizará o setor de comunicação para organizar o espaço e efetuar os convites a comunidade escolar, ao mesmo tempo que convidará a palestrante.
Quanto?	Não há custos.

Fonte: Elaboração própria.

Para a realização da palestra são necessárias aparelhagem de som, computador, Datashow e a presença de um técnico audiovisual para manusear estes equipamentos. Todos esses recursos já estão disponíveis na unidade. A palestrante é própria pesquisadora do presente trabalho e seria voluntária, não representando ônus ao campus.

Logo após esse momento de sensibilização quanto a importância do monitoramento de egressos, seria iniciado de fato a reformulação da política de acompanhamento de egressos constante no PDI. Para tal, a estratégia a ser utilizada seria a realização de três reuniões, todas conduzidas pelo diretor geral, com grande participação da comunidade escolar.

Dentre as reuniões propostas, as duas primeiras tratariam, respectivamente, do delineamento de ações que substituam as previstas no PDI atualmente e do que se pretende obter da pesquisa de acompanhamento de egressos, enquanto a terceira reunião trataria da formalização das ações deliberadas nos encontros anteriores.

As reuniões teriam duração de uma hora, realizadas uma vez por semana, sequencialmente, ou seja, a reformulação da política teria a duração total de três semanas. Antes da realização das reuniões, faz-se necessário realizar um forte trabalho de divulgação, visando captar a participação ampla da comunidade. Essa comunicação se daria por meio de chamada em site oficial da Instituição, envio de correio eletrônico, avisos físicos a serem afixados em local de grande movimentação na unidade, entre outros artifícios. Essa responsabilidade ficaria a cargo do setor de comunicação do campus. Segue o Quadro 7 com propostas das reuniões:

Quadro 7 – Propostas de reuniões para tratar da reformulação do plano de acompanhamento de egressos

	Reunião 1	Reunião 2	Reunião 3
O quê?	Redefinição do plano de acompanhamento de egressos constante no PDI	Apontamentos sobre que tipo de informações se deseja obter dos egressos e definir um grupo de trabalho para elaborar o questionário que será aplicado a esses ex-alunos.	Formalização das ações de acompanhamento de egressos que irão substituir as atuais presentes no PDI.
Por quê?	Readequação das ações que constam no PDI para monitoramento de egressos, de forma a direcioná-las ao público alvo.	A comunidade deve refletir e direcionar ao diretor geral qual enfoque deve ser dado a investigação junto aos egressos, possibilitando a coleta de informações que dessem um retorno a	A construção de uma política institucional precisa ser referendada pela comunidade.

		instituição dos aspectos que precisam ser repensados e readequados.	
Quem?	Direção Geral	Direção Geral	Direção Geral
Quando?	Sugestão: 1ª Semana de setembro de 2016.	Sugestão: 2ª Semana de setembro de 2016.	Sugestão: 3ª Semana de setembro de 2016.
	Reunião 1	Reunião 2	Reunião 3
Onde?	Auditório do IFCE Campus Caucaia.	Auditório do IFCE Campus Caucaia.	Auditório do IFCE Campus Caucaia.
Como?	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das ações para o monitoramento de egressos presente no PDI para debate e correções. • Delineamento das ações voltadas ao plano de acompanhamento de egressos com a comunidade acadêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de aspectos a serem analisados na pesquisa de acompanhamento de egressos. • Definição de um grupo de trabalho (GT) para elaboração do questionário a ser aplicado aos egressos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização das ações apontadas nas reuniões anteriores que irão substituir as atuais presentes no PDI. • Apreciação e validação da proposta redefinida pela comunidade acadêmica.
Quanto?	Não há custos.	Não há custos.	Não há custos.

Fonte: Elaboração própria.

O diretor geral terá papel fundamental nesse processo, que, como vimos no primeiro contexto do ciclo de políticas, deve gerar um embate para a definição das linhas de ação. É importante nesse momento que os atores envolvidos com a formulação dessa política, coordenados pelo diretor geral, definam qual o objetivo da política de monitoramento de egressos e apontem a melhor forma de colocá-la em prática. O diretor geral ainda deve atribuir responsabilidades, como quem serão os responsáveis pelo desenvolvimento de cada atividade e pela divulgação dos resultados. Outros pontos a serem observados são a periodicidade e a definição temporal para aplicação do questionário.

A primeira reunião seria para que o diretor geral, juntamente com a comunidade, delineasse as atividades referentes ao acompanhamento de egressos. Seria mostrado a forma como a política está documentada no PDI com o intuito de mostrar que ela não condiz ao público que deseja monitorar. Com os participantes instruídos sobre o tema a ser discutido (por terem participado da palestra), ocorreriam reflexões e debates com definição de objetivos, em que novas ações seriam traçadas para a pesquisa de egressos. Após este momento de definição dessas ações, o gestor protagonista deve definir quais seriam os responsáveis por cada uma delas. A pesquisadora sugere que, entre outras ações, sejam utilizadas as apresentadas nos próximos tópicos.

A segunda reunião teria por objetivo instigar a comunidade a indicar quais aspectos relevantes seriam investigados a partir da percepção dos egressos. Após esses apontamentos, seria definido um grupo de trabalho, por intermédio do diretor geral, para desenvolver um questionário aplicado aos egressos que contemplasse todos os aspectos sugeridos. Recomenda-se que o grupo de trabalho (GT) seja composto de cinco membros, que são: o responsável pelo setor de estágio, o coordenador de pesquisa e extensão, um representante da coordenação técnico-pedagógica, um representante da coordenação de controle acadêmico e um representante das coordenações de curso. O resultado desse trabalho seria, posteriormente, apresentado ao diretor geral e o diretor de ensino para aprovação. A construção desse instrumento será tratada detalhadamente no próximo tópico.

A terceira reunião teria como pauta a formalização das decisões resultantes das reuniões anteriores, de forma a substituir as ações errôneas referentes à pesquisa com egressos constantes no PDI. O texto compilando essas deliberações seria produzido pela chefia de gabinete do campus. A minuta com as novas ações destinadas ao plano de acompanhamento de egressos será apresentada à comunidade acadêmica para apreciação e validação.

Cabe destacar que todas as ações presentes nesse tópico foram planejadas de forma a não apresentar custos adicionais à instituição, aproveitando recursos humanos e materiais já disponíveis no campus.

3.1.2 Criação de mecanismos permanentes de acompanhamento de egressos

O presente tópico teve por objetivo construir estratégias que auxiliem o IFCE Campus Caucaia a criar mecanismos permanentes de acompanhamento de egressos. Essa estratégia é desafiadora do ponto de vista que deve se envolver esforços permanentes para que possa ser gerado um estreitamento e articulação de relacionamentos com a comunidade de egressos.

Contudo, para que se possa manter uma rede de relacionamento entre Instituição e egressos, é preciso ter os dados cadastrais desse público atualizados, pois do contrário, fica impossibilitada a comunicação. Na prática, essa situação já ocorre no campus, atestado tanto pelos atores entrevistados quanto pela pesquisadora, como verificado na seção 2.4.

Ainda de acordo com os achados da análise, os alunos não têm o costume de atualizar seus dados, dessa forma, os que constam no sistema, geralmente, são aqueles fornecidos no ato da matrícula e cadastrados no sistema Q-Acadêmico. Dessa forma, foram pensadas ações e campanhas de atualização dos dados cadastrais dos alunos/egressos, apresentadas no Quadro 8, a seguir:

Quadro 8 – Sugestão de ação para atualização de dados cadastrais

O quê?	Atualização dos dados cadastrais dos alunos/egressos.
Por quê?	Não há como manter relacionamento com o egresso se não houver dados cadastrais atualizadas, permitindo assim que o campus se comunique com esse público.
Quem?	Coordenação de controle acadêmico e Setor de comunicação.
Quando?	Permanentemente, mas com forte ênfase de mobilização nos inícios de período letivo.
Onde?	Presencialmente e virtualmente (no site do IFCE e no sistema Q-Acadêmico).
Como?	<ul style="list-style-type: none"> • A cada início de semestre letivo, durante o primeiro mês de aula, a coordenação de controle acadêmico passará uma lista com relação de alunos, com campos para preencher endereço, telefone e e-mail, afim de atualizar esses dados no sistema Q-Acadêmico. Além disso, a qualquer momento o aluno pode atualizar seus dados no sistema. • Para os egressos, a mobilização para atualização de dados seria efetuada em chamadas no site do campus, com disponibilização de formulário eletrônico com campos para alimentação das informações desejadas ou solicitando que os mesmos entrem no sistema Q-Acadêmico (perfil egresso) e atualizem seus dados. O campus também poderia se utilizar do facebook para divulgar a campanha de atualização dos dados cadastrais. • Sugere-se também a criação de página no site do IFCE Campus Caucaia destinada especificamente aos egressos, com informações de interesse destes (como oportunidades de estágio/emprego, eventos institucionais os convidando a fazerem partícipes, explicação sobre a importância em avaliarem a Instituição e se fazerem presentes, além de indicar que os mesmos podem continuar acessando o Q-Acadêmico.
Quanto?	Não há custos

Fonte: Elaboração própria.

Tecendo algumas considerações sobre a ação apresentada, justifica-se a atualização cadastral dos alunos, mesmo não sendo o público alvo dessa ação, uma vez que, é muito importante que ele já tenha a prática de manter seus dados atualizados, o que fornece a instituição informações mais fidedignas, possibilitando o contato entre instituição e egresso, ou seja, quando esse aluno se formar, seus dados mais atuais estarão no sistema. Outras formas de mobilização com esse objetivo, como chamadas em página do IFCE Campus Caucaia específica para os egressos e mensagens no *facebook*, são ações fundamentais na promoção de um relacionamento entre Instituição e egressos.

Outra prática que traria muitos benefícios em aproximar os egressos da Instituição é a criação de uma agenda institucional de eventos que envolvam os ex-alunos. Como sugestão, tem-se a realização do I Encontro Anual de Egressos do IFCE Campus Caucaia, discutindo sobre a profissão técnica dos cursos ofertados pela unidade, com trocas de experiências e debates sobre a prática. A seguir, no Quadro 9, mostra-se as ações adotadas para a realização desse evento:

Quadro 9 – Encontro Anual de Egressos

O quê?	Realização do “I Encontro Anual de Egressos do IFCE Campus Caucaia”.
Por quê?	Faz-se necessário inserir na agenda institucional um momento formal de encontro com os egressos, visando estreitar relações entre a Instituição e esses ex-alunos. Nesse evento, seriam propiciados troca de experiências e debates sobre suas práticas profissionais, as possibilidades e desafios do mercado de trabalho e as inovações nas áreas dos cursos.
Quem?	Organização: Coordenação de pesquisa e extensão e setor de comunicação. Participação da direção geral, do diretor de ensino e dos coordenadores de curso, com convite estendido a toda comunidade acadêmica.
Quando?	Anualmente Sugestão: Outubro
Onde?	Auditório do IFCE Campus Caucaia
Como?	Em setembro, seria realizada a divulgação do Encontro tanto em site oficial da Instituição quanto no <i>facebook</i> , além de ser enviado um e-mail para todos os egressos convidando-os a participarem desse evento. Disponibilizar no site da instituição formulário de inscrição para o evento. O encontro teria a duração de 4 horas, com a seguinte programação: 08:00 h – Abertura (Diretor Geral / Coordenador de pesquisa e extensão) 08:30 h – Retrospectiva dos cursos de eletroeletrônica, metalurgia e petroquímica (Coordenador do curso de eletroeletrônica / Coordenador do curso de Metalurgia / Coordenador do curso de Petroquímica) 10:00 h – <i>Coffe break</i> 10:30 h – Espaço concedido aos egressos, para relatar sua trajetória e experiências acadêmicas e profissionais 11:30 h - Explanção sobre novos projetos do campus (Diretor de Ensino) 12:00 h – Fechamento (Coordenador de Pesquisa e Extensão)
Quanto?	Há custos – Evento para 100 pessoas: R\$ 2.620,00 <i>Coffe break</i> : R\$ 14,20 por pessoa Kit composto de bloco de anotação, crachá de identificação e caneta personalizada: R\$ 12,00 por pessoa. Observação: Caso o campus não disponha de orçamento para esta finalidade, esses itens podem ser suprimidos sem prejuízo a realização do evento.

Fonte: Elaboração própria.

O evento deveria ter grande publicidade, por meio de chamada no site institucional, *facebook*, chamadas no rádio, cartazes, folders e e-mail dos egressos, visando maior participação destes. No site do campus, também ficaria disponível na página dos egressos, formulário de inscrição, para ter uma previsão de quantos participantes teriam nesse momento (visando a confecção de material gráfico e providência de serviço de *coffe break* para atender ao público). Dependendo do

número de participantes previstos e da capacidade do auditório, seria interessante convidar os alunos a se fazerem partícipes do encontro, além da comunidade externa.

O diretor geral, juntamente com o coordenador de pesquisa e extensão, abriria o encontro ressaltando a importância da presença dos participantes. Em seguida, cada um dos coordenadores dos três cursos ofertados pela instituição fariam uma retrospectiva da trajetória de cada curso, o legado que eles vêm deixando e as mudanças pelas quais vêm passando, bem como apresentariam as inovações e as possibilidades das áreas. Após o intervalo, teria um momento dedicado exclusivamente aos egressos, que exporiam as expectativas quanto à carreira e de suas experiências acadêmicas e profissionais. Continuando com o evento, o diretor de ensino exporia sobre projetos em curso e vindouros na instituição, tendo a fala do coordenador de pesquisa e extensão finalizando o evento.

Para a realização do evento, serão utilizados aparelhagem de som, computador, Datashow e a presença de um técnico audiovisual para manusear esses equipamentos, já disponíveis na Instituição, o que não representaria custos. Também seria utilizado, caso haja disponibilidade orçamentária no campus para este fim, serviços gráficos, com a distribuição de canetas, blocos de anotação, pastas e adesivos de identificação para os participantes do encontro, a ser entregue aos participantes, bem como serviço de *coffee break*. Para a composição dos preços de referência apresentados no Quadro 9, foram observados a média de preços contratados por outros órgãos da administração pública.

Ressalta-se que, caso os serviços gráficos e de *coffee break* não venham a ser disponíveis no evento por falta de orçamento, esse fato não inviabilizará esse encontro. A criação de ações que possam ser realizadas mesmo com a exclusão de custos foi pensada diante do atual contexto de crise econômica, que ocasionou cortes ao orçamento destinado as organizações públicas.

Dependendo da disponibilidade e agenda do campus, a coordenação de pesquisa e extensão mesmo poderia analisar a viabilidade do encontro com egresso ter uma duração maior, diversificando as atividades, como por exemplo, incorporar componente social, com a ampliação do momento de compartilhamento de experiência (profissionais, pessoais e acadêmicos) dos egressos, trazendo os

relatos de que mudanças foram propiciadas com sua formação no IFCE *Campus Caucaia*, com foco nos depoimentos de egressos de sucesso - onde o próprio egresso pode se tornar um palestrante - além de idear e estimular a criação de uma rede de comunicação com esse público.

Por fim, destaca-se como estratégia mais central dentro das planejadas para criar mecanismos permanentes de acompanhamento de egressos a relacionada ao instrumento de coleta de dados a ser utilizado na pesquisa de acompanhamento de egressos na Instituição. Como as informações fornecidas pelos egressos podem embasar ações e decisões acadêmicas e estratégias, faz-se necessário obter informações que identifique pontos-chave, e a sugestão é que o instrumento usado na instituição seja um questionário.

Há três momentos fundamentais em se tratando dos instrumentos de investigação dos egressos. O primeiro, com a construção do questionário, em que o grupo de trabalho explorará na formulação desse instrumental os aspectos sugeridos pela comunidade na 2ª reunião de reformulação da política de acompanhamento de egressos. O segundo momento se trata da própria aplicação do questionário, utilizando o sistema Q-Acadêmico e por último, a análise das informações coletadas. Percebe-se que essa estratégia deve ser guiada pelas decisões tomadas durante o realinhamento da política constante no PDI, e cada momento, como veremos no Quadro 10, a seguir, dependerá da finalização de sua fase anterior para ser aplicada. Ressalta-se que o tempo destinado a cada um desses momentos (ou fases) deve ser rigorosamente cumprido.

Quadro 10 – Etapas envolvendo o instrumento de investigação dos egressos

O quê?	Construção do questionário a ser aplicado aos egressos.	Aplicação do questionário utilizando o sistema Q-Acadêmico.	Análise das informações coletadas.
Por quê?	Confeccionar um instrumento de coleta de dados visando explorar aspectos como empregabilidade, qualidade de vida, formação, continuidade nos estudos, entre outros que a comunidade escolar apontar.	Ferramenta mais adequada à efetivação da pesquisa.	Conhecer a opinião dos ex-alunos sobre os cursos técnico que estudaram bem como sua situação no mercado de trabalho, informações estas que avaliam a Instituição e fornecem subsídios para ações.
Quem?	Grupo de trabalho definido durante a 2ª reunião de redefinição da política de	Coordenação de controle acadêmico.	Grupo de trabalho.

	acompanhamento de egresso.		
Quando?	Outubro/2016.	Durante o 2º mês após o início do primeiro semestre do ano letivo.	Durante o 3º mês após o início do primeiro semestre do ano letivo.
Onde?	Sala do IFCE Campus Caucaia a ser definido.	Sistema Q-Acadêmico.	Sala do IFCE Campus Caucaia a ser definida.
Como?	O grupo de trabalho desenvolverá questionário a partir dos aspectos apontados pela comunidade na 2ª reunião de redefinição da política de acompanhamento de egressos. A sugestão é de que sejam observados outros formulários de acompanhamento de egressos para embasar a ferramenta em construção.	Com o questionário físico de acompanhamento de egressos, a coordenação de controle acadêmico procederá com o cadastramento desse formulário no sistema Q-Acadêmico, direcionando ao egresso. O questionário ficará disponível durante 1 mês, e ao final será gerado relatório que será encaminhado ao Grupo de trabalho. Telefonar para os egressos explicitando o quanto a pesquisa junto a eles é relevante para avaliar a Instituição objetivando melhorá-la, e de como eles podem colaborar com esse processo respondendo o questionário.	Ao fim do período de aplicação do questionário, será gerado um relatório com os dados coletados pelos respondentes. De posse dessas informações, o grupo de trabalho prosseguirá com a análise e, posteriormente, divulgará os resultados encontrados a comunidade escolar.
Quanto?	Não há custos		

Fonte: Elaboração própria.

Não se pode deixar de destacar a importância de se desenvolver um questionário coletando informações que permitam uma reflexão na gestão da Instituição, bem como esta conhecer seu egresso e a imagem que este possui do IFCE Campus Caucaia. Embasado em autores e documentos, verificou-se, na presente pesquisa, que um instrumento de coleta de dados de uma pesquisa de monitoramento de egressos deve compreender os seguintes aspectos: registro e acompanhamento do perfil do egresso (dados demográficos e socioeconômicos), avaliação da Instituição de Ensino e do curso pelo egresso, correlação entre formação obtida e função desempenhada no trabalho, empregabilidade, fatores de dificuldade e facilidade de inserção do egresso no mercado e verticalização dos estudos (na área e em outras áreas de formação). (MICHELAN *et al.*, 2009; TCU, 2012; BRASIL, 2013).

Dessa forma, no Apêndice F é apresentado um modelo de questionário, que pode servir de suporte para a elaboração do instrumento de coleta de dados pelo

grupo de trabalho. Esse modelo foi desenvolvido utilizando como base o questionário aplicado aos egressos do IFCE Campus Caucaia no presente trabalho. Contudo, foi observado que outros aspectos enriqueceriam as informações coletadas desse público, e a sugestão de instrumento de coleta de dados aqui apresentada está mais incrementada, principalmente em relação a dados socioeconômicos, de empregabilidade e de avaliação da instituição, permitindo uma análise mais ampla e diversificada. Para esse acréscimo, foram observadas as questões da pesquisa nacional de egressos realizada por Brasil (2009a), o modelo de questionário utilizado por Sampaio (2013) e da pesquisa de Monte, Bergamim e Almeida (2012).

Contudo, foi tomado o cuidado em não desenvolver um questionário com excessivo número de questões, pois a pesquisadora percebeu, durante sua experiência enquanto servidora lotada na coordenação de controle acadêmico, que formulários longos apresentam um menor número de respondentes do que os obtidos em formulários aparentemente curtos, ou os respondentes se desconcentram e se desinteressam durante o preenchimento, implicando um efeito dissuasor sobre os inquiridos, o que compromete a fidedignidade das informações coletadas.

Quanto à aplicação do questionário, uma medida que poderia ser adotada para ter uma maior taxa de resposta seria aproveitar o evento com egressos para divulgar a pesquisa, além de utilizar de um momento no evento para aplicar os questionários.

Aproveitando o ensejo, sugere-se levantar uma enquete perguntando a esse público que aspectos acreditariam ser importantes a serem investigados em uma pesquisa de acompanhamento de egressos, como forma de enriquecer a qualidade e a objetividade dos futuros questionários a serem aplicados aos egressos.

Não se pode deixar de ressaltar também a importância da divulgação dos resultados da pesquisa de acompanhamento de egressos. A unidade investigada deve usar de todos os seus recursos midiáticos disponíveis para apresentar os dados obtidos na pesquisa, já que a comunidade acadêmica e o grupo de egressos provavelmente se interessam em conhecer a realidade de seus colegas de instituição (e do próprio sucesso do campus, uma vez que quanto melhor sucedido for esse egresso, mais reconhecimento terá o campus).

Todas essas estratégias visariam à reaproximação dos egressos a Instituição, uma vez que eles devem ser partícipes da Instituição. O IFCE *Campus Caucaia* deve propor outros momentos de integração com o egresso, estabelecendo rede de relações, de forma que ele também venha a participar de projetos, grupos de trabalho e decisões acadêmicas e estratégicas. O campus deve trabalhar arduamente para criar em seus egressos o sentimento de pertencimento, pois do contrário, surgirá nesses indivíduos uma atitude de afastamento, o que resultaria em fracasso quanto a qualquer iniciativa de monitoramento.

3.1.3 Celebração de convênio de estágio do IFCE Campus Caucaia com Empresas/Indústrias locais

Aproveitando o momento propício de aproximação entre o IFCE Campus Caucaia e as Empresas/Indústrias do CIPP, como mostrado no final do capítulo 2, seria oportuno estabelecer uma parceria, como a celebração de um convênio de estágio entre as partes para que as empresas se tornem concedentes de estágio aos alunos concluintes dos cursos técnicos do campus (minimizando o problema da retenção dos alunos pelo não cumprimento do estágio obrigatório). Outro benefício gerado seria o favorecimento na integração entre os conhecimentos teóricos e a prática no ensino, o que resultaria numa maior preparação dos alunos em suas futuras atividades profissionais.

Com o intuito de celebrar esse convênio, seria realizada uma reunião organizada pelo diretor geral, diretor de ensino e coordenador de pesquisa e extensão do campus Caucaia e pelo diretor geral do campus avançado do Pécem, no auditório da unidade do Pécem (geograficamente mais próxima ao CIPP). O diretor geral do campus Caucaia convidaria todos os dirigentes ou representantes de empresas ou indústrias dos setores afins aos cursos da Instituição para participarem, e a reunião seria pautada em 3 assuntos. O primeiro destes seria explanar sobre a importância de se estabelecer um convênio que possibilite benefício nas duas partes, pois de um lado o campus Caucaia viabilizaria o estágio dos seus alunos, aumentando a fluidez no cumprimento deste pré-requisito para que estes se formem, e do outro as empresas, que ao colaborarem com a formação

destes alunos estagiários, obterão futuros colaboradores mais capacitados e qualificados.

O segundo momento seria destinado a inscrever as empresas/indústrias que teriam interesse em celebrar o convênio com o IFCE Campus Caucaia. Seria, então, passado um formulário para inscrição, a ser entregue posteriormente no campus. Junto ao formulário deverão constar a cópia autenticada do contrato social ou estatuto da Empresa/Indústria concedente, juntamente com a sua última alteração e comprovante de inscrição e de situação cadastral no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ). As informações presentes na ficha de inscrição e nos documentos anexados seriam posteriormente cadastradas no sistema Q-Acadêmico.

O terceiro ponto da reunião seria a elaboração de uma minuta de termo de convênio, em cumprimento da legislação vigente, ou seja o Decreto 87.497, de 18 de agosto de 1982 (BRASIL, 1982) e Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977), pois para a caracterização do estágio faz-se necessária, entre a Instituição de Ensino e as Empresas/Indústrias concedentes, a existência de instrumento jurídico (convênio), reexaminado periodicamente, estabelecendo todas as condições de realização daquele estágio. Para auxiliar na elaboração desse documento, sugere-se utilizar como exemplo a minuta de termo convênio de estágio presente no Manual de Procedimentos de Convênios²¹ (2006) do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET/GO), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). A referida minuta encontra-se no anexo V (folhas 18 a 20) do referido documento e apresenta de forma resumida as cláusulas e condições que devem constar nesse tipo de termo.

O Quadro 11, a seguir, sintetiza a ação relativa à celebração de convênio de estágio entre o IFCE Campus Caucaia e as Empresas/Indústrias da região.

Quadro 11 – Proposta de celebração de convênio de estágio entre o IFCE Campus Caucaia e Empresas/Indústrias da região

O quê?	Celebração de convênio do IFCE Campus Caucaia com Empresas/Indústrias locais.
Por quê?	Viabilizar estágio ou dos alunos recém-formados a postos de emprego a partir de vagas provenientes das empresas/indústrias parceiras, bem como propiciar uma aproximação dos conteúdos teóricos com a prática

²¹ O Manual de Procedimentos de Convênios do antigo CEFET Goiás encontra-se disponível no endereço eletrônico http://terra.cefetgo.br/direc/download/estagiocurricular/manual_procedimentos_convênio.pdf.

Quem?	Diretor geral do campus Caucaia, Diretor Geral do campus avançado do Pécem, Diretor de Ensino e Coordenador de Pesquisa e Extensão do campus Caucaia.
Quando?	Novembro/2016 (3ª semana).
Onde?	Auditório do Campus Avançado do Pécem.
Como?	A reunião a ser conduzida pelo diretor geral do campus Caucaia seria dividida em 3 momentos: 1. Explicação das vantagens da celebração do convênio entre as partes; 2. Manifestação de interesse e entrega da ficha de inscrição e 3. Elaboração da minuta do Termo de Convênio pelas partes interessadas.
Quanto?	Não há custos.

Fonte: Elaboração própria.

3.1.4 Capacitação do sistema Q-acadêmico

Para implementação da política de acompanhamento de egressos no IFCE Campus Caucaia, é essencial que os atores institucionais que terão atividades relacionadas a essa política saibam utilizar o sistema Q-Acadêmico. Foi percebido ao longo da análise que há, por uma parte de usuários (servidores e alunos), um desuso e desconhecimento sobre as ferramentas disponíveis pelo sistema. Dessa forma, a estratégia traçada para superar essa fragilidade foi a de propor um treinamento no sistema Q-Acadêmico em dois módulos no *desktop*: módulo registro escolar (atentando-se a mostrar que muitas das funcionalidades aplicadas aos alunos também podem ser aplicadas aos egressos da Instituição) e módulo Convênio Empresa Estágio (CEE).

Para isso, o sistema a ser utilizado será o Q-Acadêmico, na plataforma destinada a treinamento. A capacitação seria dividida em duas partes, cada uma delas utilizando tanto o sistema via *desktop* quanto *web*. A primeira objetivaria habilitar os coordenadores de curso, servidores da coordenação técnico-pedagógica e servidores da coordenação de pesquisa e extensão para a utilização de ferramentas do sistema destinada aos egressos, bem como mostrar quais os recursos de acesso a esses ex-alunos no módulo *web*. A segunda parte visaria capacitar os coordenadores de curso, os servidores da coordenação de controle acadêmico e servidores da coordenação de pesquisa e extensão (principalmente esses últimos) sobre o cadastro de empresas no sistema, bem como eventos, oportunidades de estágio e emprego, além de instruir os representantes dessas empresas sobre a utilização do sistema. O treinamento também teria o propósito de que essas funcionalidades sejam utilizadas, já que o módulo CEE não está sendo

explorado na unidade investigada. O Quadro 12, a seguir, traz mais detalhes desse treinamento.

Quadro 12 – Proposta de treinamento do sistema Q-Acadêmico módulos registro escolar (aluno/egresso) e CEE (empresa e aluno)

O quê?	Treinamento Q-Acadêmico módulo Desktop registro escolar e módulo Web Egresso.	Treinamento Q-Acadêmico módulo Desktop CEE e módulo Web Empresa.
Por quê?	Instruir os colaboradores sobre as ferramentas que podem ser aplicadas aos egressos de forma a viabilizar um sistema de troca de informações entre Instituição de Ensino e seus ex-alunos.	Viabilizar maior interação das empresas com o IFCE Campus Caucaia, bem como um maior controle dos estágios realizados pelos alunos. Capacitar os colaboradores a realizar cadastramento das empresas e divulgar os recursos disponíveis sobre o módulo estágio tanto as empresas quanto aos alunos.
Quem?	Organizador: Diretor de Ensino Instrutor: servidores da Coordenação de Controle Acadêmico do campus Caucaia.	Organizador: Diretor de Ensino Instrutor: servidor da PROEN com expertise no módulo Estágio.
Quando ?	Dias 08 de novembro de 2016 Horário: Manhã 08:00 as 11:30 Tarde: 13:30 as 17:00	Dias 09 e 10 de novembro de 2016 Horário: Manhã 08:00as 11:30 Tarde: 13:30 as 17:00
Onde?	Laboratório de informática do campus Caucaia.	Laboratório de informática do campus Caucaia.
Como?	O treinamento abordará os seguintes tópicos: Módulo Desktop: registro escolar – com foco nos egressos - Cadastro de mensagens - Configuração de Questionários - Emissão de relatórios - Atualização de dados cadastrais - Utilização de filtros para extração dados específicos Módulo Web: Egresso - Funcionalidades que esse módulo disponibiliza aos egressos, como - Visualização de oferta de empregos e eventos - Questionários - Impressão de documentos - Cadastro de currículo pessoal	O treinamento abordará os seguintes tópicos: 1º Dia Módulo Desktop: CEE - Cadastro de oferta de emprego - Cadastro de eventos - Cadastro de instituições - Cadastro de curriculum - Configuração de Questionários - Emissão de relatórios 2º Dia Módulo Web: Empresa - Habilitação para empresa usar os recursos do sistema - Oferta de estágios - Oferta de empregos Módulo Web: Aluno - Cadastro de currículo pessoal - Visualização de ofertas de empregos e eventos
Quanto?	Não há custos.	Não há custos.

Fonte: Elaboração própria e adaptação dos manuais de Treinamento Q-Acadêmico da Qualidata soluções em Informática, empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema.

O treinamento seria organizado pelo diretor de ensino da instituição. Para sistematizar a realização da capacitação, este deve convidar o coordenador de controle acadêmico para ensinar a primeira parte do treinamento e solicitar junto a

Pró-reitoria de Ensino²² (PROEN) um servidor que tenha domínio no módulo CEE para ministrar a segunda parte. As aulas seriam realizadas no laboratório de informática do campus Caucaia e não resultaria em custos.

3.1.5 Monitoramento da política de acompanhamento de egressos

Como ressaltado durante o desenvolvimento desta pesquisa, os programas e ações públicas devem ser monitoradas. Seguindo essa lógica, o plano de acompanhamento de egressos do IFCE Campus Caucaia precisa ter suas ações supervisionadas, de forma a verificar se as atividades estão sendo de fato realizadas.

De forma geral, o monitoramento das ações planejadas para a efetivação do plano de acompanhamento de egressos deverá ser gerenciado pelo diretor geral do campus. Com isso, ao final do período estipulado para cada atividade, o diretor geral deverá verificar se estas foram realizadas e, caso não tenham sido cumpridas, indagar junto aos responsáveis por elas sobre quais os motivos que impossibilitaram a realização das ações.

Para cumprir as ações delineadas para a política de monitoramento de egressos, é necessário que os atores assumam um compromisso com esse programa, representado pelo estabelecimento de metas a serem alcançadas, interpretadas por meio de indicadores de desempenho. Pode-se sugerir como indicadores primários²³ de controle dessa política, conforme apresentado no Quadro 13:

Quadro 13 – Indicadores primários do monitoramento das ações direcionadas aos egressos

Indicador	Meta
Número de eventos direcionados aos egressos	1 evento/ano
Aplicação dos questionários aos egressos	1 aplicação/ano
Número de convênio com empresas/indústrias da região	2016: 3 novos convênios firmados 2017: 3 novos convênios firmados
Publicitação dos resultados obtidos a partir da pesquisa	1 publicitação/ano

²² Geralmente as capacitações sobre o sistema Q-Acadêmico são organizadas pela Pró-reitoria de Ensino, e geralmente são direcionadas aos servidores lotados na Coordenação de Controle Acadêmico. Assim, estes já possuem servidores capacitados a ministrarem treinamento sobre o sistema.

²³ Os indicadores primários representam valores absolutos, obtidos diretamente por meio de observações simples, de caráter quantitativo (ARELLANO *et al.*, 2002) e que sozinhos representam uma informação.

com egressos	
Prestação de contas das ações do plano de acompanhamento de egressos	1 prestação/ano

Fonte: Elaboração própria.

Para outras ações faz-se necessário utilizar indicadores mais elaborados, pois para que estas tenham expressividade, não basta somente que aconteçam, mas que sejam validadas por um significativo número de participantes. Podemos relacionar, nesse sentido, duas ações que assim se caracterizam: a campanha de atualização de dados cadastrais – dos alunos e dos egressos - e a aplicação de questionário aos ex-alunos. Para elas, foram desenvolvidos indicadores secundários, que representam o entrelaçamento entre indicadores primários (por meio de um quociente), numa relação comparativa que permite uma observação do avanço com relação às metas colocadas pela política (ARELLANO et al., 2002), apresentadas no Quadro 14:

Quadro 14 - Indicadores secundários de desempenho da Política de Acompanhamento de Egressos

Indicador	Descrição	Diagrama	Explicação	Meta
Índice de atualização de dados cadastrais dos alunos	Relação entre o número de alunos que efetuaram atualização cadastral e o número total de alunos regularmente matriculado	$\left(\frac{\text{Alunos que efetuaram atualização cadastral}}{\text{Total de alunos matriculados}} \right) \times 100\%$	Relacionado à representação numérica dos esforços da Instituição de ensino na campanha de mobilização para atualização dos dados cadastrais dos alunos, medido a cada semestre.	80% por campanha
Índice de atualização de dados cadastrais dos egressos	Relação entre o número de egressos que efetuaram atualização cadastral e o número total de egressos	$\left(\frac{\text{Egressos que efetuaram atualização cadastral}}{\text{Total de egressos}} \right) \times 100\%$	Relacionado à representação numérica dos esforços da Instituição de ensino na campanha de mobilização para atualização dos dados cadastrais dos egressos, medido a cada ano.	2016: 30%
Índice de respondentes ao questionário de monitoramento de egressos	Razão entre o quantitativo de egressos respondentes do questionário e o número total de egressos	$\left(\frac{\text{Egressos respondentes}}{\text{Total de egressos}} \right) \times 100\%$	Verifica o retorno da pesquisa de acompanhamento de egressos	2016: 25% 2017: 35%

Fonte: Elaboração própria.

O aferimento das metas baseou-se na realidade do campus, observado durante a análise, representando um desafio viável de ser alcançada. Especificamente para os índices referentes à atualização de dados cadastrais, esses números propõem incitar a instituição quanto à necessidade de ter dados atualizados de alunos e ex-alunos para diversas ações, como a aplicação de questionários, mas que não se distanciem da capacidade real dela em alcançar essas metas. Assim, o indicador dessa estratégia é mais expressivo para alunos regularmente matriculados (80%) uma vez que estes fazem parte do dia-a-dia do campus, onde a campanha surtiria mais efeito. Para os egressos, inicialmente o indicador a ser obtido é modesto (30%), uma vez que, como se observou nessa pesquisa, conseguir contato com os egressos mostrou-se uma tarefa difícil.

Para o índice de respondentes ao questionário de monitoramento de egressos, a meta para 2016 seria alcançar 25% de respondentes, aumentando a meta em 10% para 2017. Esses números foram baseados na taxa de retorno de pesquisa de egressos, que como vimos na seção 2.4.2., variam entre 25% e 60% (CABRERA *et al.*, 2003). Para esses resultados, o estudo é validado. Dessa forma, para 2016, foi traçada a menor margem que viabiliza os resultados obtidos na pesquisa (25%), sendo que este esforço deve ser contínuo, de forma a alcançar um percentual de 35% de retorno em 2017.

3.2 Considerações gerais sobre a proposta apresentada

A última seção deste terceiro capítulo procura apresentar algumas considerações gerais sobre o plano de ação educacional proposto, como forma de propiciar a aplicabilidade do plano de acompanhamento de egressos no IFCE Campus Caucaia. Para que as estratégias desenvolvidas ao longo deste capítulo venham a gerar seus efeitos, é preciso que todos os atores responsáveis por elas se responsabilizem na efetuação dessas tarefas, com destaque para o diretor geral que assume importante função por verificar a realização dessas ações, bem como avaliar se elas estão gerando os resultados esperados ou se estão produzindo efeitos contrários do esperado, que precisam ser contornados. É possível pressentir alguns desafios durante a jornada de reformular e implementar a política de acompanhamento de egressos na Instituição, principalmente com a notável

escassez de recursos humanos, estruturais e financeiros, mas que com esforços dos atores institucionais poderão ser superados.

Destaca-se como aspecto positivo que todas as ações previstas foram pensadas levando em consideração a realidade do campus, cujo plano pode ser executado com os recursos já disponíveis na Instituição. Algumas ações preveem custos, principalmente os relacionados a serviços gráficos e de *coffe break*, contudo elas foram pensadas para não impossibilitar a realização das atividades caso o campus não possua orçamento disponível. De forma geral, as estratégias sugeridas objetivaram sanar ou minimizar os problemas que afetam direta ou indiretamente a aplicação de um plano de acompanhamento de egresso na Instituição, lembrando que nenhuma dessas ações são imutáveis, ou seja, o campus tem autonomia de alterar a forma ou as metas delineadas, se for mais adequado.

Além do exposto, há um considerável quantitativo de entraves, dessa forma, as estratégias utilizadas no capítulo 3 procuraram agir sobre as mais diretamente relacionadas à aplicação da pesquisa com egressos. Assim, a unidade investigada tem a liberdade de pensar em outras ações para combater as demais fragilidades expostas na análise ou outras que venha a identificar.

Vale ressaltar que as atividades propostas neste capítulo têm diferentes finalidades, mas se correlacionam. Vejamos, a primeira estratégia a ser tomada é a redefinição da política de acompanhamento de egresso. Será nesse momento que decisões essenciais, aspectos que deverão ser explorados na pesquisa com egressos, definição e divisão de tarefas, bem como a escolha do grupo de trabalho para elaborar o questionário serão tomadas. Assim, essa ação irá direcionar praticamente todas as outras e as deficiências nesta etapa reproduzirão dificuldades nas outras fases da política.

Outro ponto que cabe destacar é de que pouco adiantará os esforços do grupo de trabalho em elaborar um instrumento de coleta de dados que possibilite extrair informações relevantes se a participação por parte dos egressos for mínima. Portanto, deve haver todo um esforço para que a atualização dos dados cadastrais seja expressiva e de que a campanha de divulgação da aplicação do questionário tenha visibilidade para atrair uma participação significativa, validando assim os dados coletados.

Mais um exemplo nesse sentido é a formalização de convênio do campus com empresas/indústrias da região. Além dos esforços em ter uma interação com esse grupo e conquistar a adesão destes a essa proposta formal de relacionamento, os atores institucionais devem possuir habilidade em manusear o sistema que vai propiciar essa troca de informações (Q-Acadêmico), além de repassar conhecimentos sobre as funcionalidades que os representantes das empresas/indústrias terão ao utilizarem o sistema via *web*, permitindo maior mobilidade e flexibilidade na comunicação entre as partes.

Cabe destacar que uma das ações programadas foi justamente a de monitorar todas essas atividades, primeiro pelo estabelecimento de prazos para cada ação e, segundo, pelo estabelecimento de indicadores e metas a serem alcançadas, permitindo um maior controle da política e identificando quando será necessária uma intervenção.

Com relação aos desafios das ações, possivelmente uma dificuldade a ser enfrentada pela unidade esteja relacionada à motivação dos atores em realizar suas atribuições com o programa no prazo estipulado. Isso porque há desproporcionalidade de atribuições frente ao quantitativo de servidores, ou seja, pelo número modesto de servidores, estes acabam acumulando muitas atividades, o que pode gerar prioridade de algumas tarefas em detrimento de outras. Se não for dada a devida importância à pesquisa com egressos, o problema diagnosticado no presente trabalho corre o risco de permanecer.

Observa-se que a unidade investigada tem muito potencial em reverter as deficiências identificadas ao longo da análise, bem como lograr êxito nas ações a serem realizadas, por possuir em seu quadro de colaboradores, gestores dedicados e comprometidos com o desenvolvimento do campus, além de servidores qualificados e empenhados na melhoria contínua da Instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar as dificuldades encontradas pelo IFCE Campus Caucaia para efetivar a sua política de acompanhamento de egresso, elemento este essencial para uma Instituição de Ensino avaliar sua gestão e seu ensino. A análise foi focada em dois grupos – o de gestores institucionais (diretor geral, gestores ligados ao departamento de ensino e coordenador de pesquisa e extensão) e os egressos. A pesquisa com os gestores objetivou compreender como ocorreu a formulação da política de acompanhamento de egresso presente no PDI e identificar quais os entraves que impedem o funcionamento desta política, e, ainda visou enquanto que com os traçar um breve perfil dos egressos, sob os aspectos de empregabilidade, verticalização nos estudos, adequação entre formação e atividades laborais e avaliação da instituição, além de levantar as críticas e sugestões sobre o curso em que se formaram.

Percebeu-se na unidade investigada que muitos dos atores entrevistados tinham consciência que a política de acompanhamento de egressos previsto no PDI era falho e precisava ser refeita, mas não foi tomada nenhuma atitude nesse sentido. Provavelmente devido às atribuições corriqueiras do dia a dia institucional, a resolução desse problema foi protelado.

Em suma, os principais motivos pelos quais não é realizado o plano de acompanhamento de egressos na unidade investigada é: i) mau delineamento da política de acompanhamento de egresso; ii) falta de controle de processos, o que prejudica o alcance dos objetivos institucionais; iii) indefinição quanto a responsabilidade a ser desempenhada pelos atores; e, iv) desconhecimento sobre as ferramentas do sistema Q-Acadêmico.

Com relação aos ex-alunos, o campus tinha, até final de 2015, um total de 121 egressos em seus três cursos. Foi aplicado um questionário que obteve 23 respondentes. A maior parte dos egressos (60,9%) estão empregados, com metade destes trabalhando na região metropolitana de Fortaleza. Entretanto, há um significativo número deles que não desempenham atividade profissional no momento (39,1%). Em termos de verticalização nos estudos observou-se que 34,8% deram continuidade na mesma área de formação ou correlata e que 34,8% prosseguiram seus estudos em outras áreas. De forma geral, 65,5% destes ex-alunos avaliam

positivamente a formação recebida pela instituição. Além do perfil traçado, a questão aberta levantou informações que demonstraram que o campus possui fraquezas que precisam ser analisadas para realizar melhorias.

Constatou-se, ao longo deste trabalho, que observar a trajetória dos egressos serve como fonte de informações gerenciais, que fundamentam a tomada de decisões e o planejamento institucional, principalmente relativas a abordagem didático-pedagógica e a relação da formação ofertada com a função desempenhada no trabalho.

Frente a isso, as propostas de intervenção apresentadas procuraram focalizar na redefinição da política de acompanhamento de egressos e das estratégias utilizadas para que ela fosse implementada, além de propor ferramentas para um monitoramento dessas atividades.

Observa-se que durante a realização da pesquisa, que deve ser contínua, outras questões surgirão e deverão ser tratadas. Vejamos o seguinte exemplo: como o campus é relativamente novo e o número de egressos ainda é pequeno, todas as ações voltadas diretamente aos egressos foram traçadas para abranger a totalidade desses. Contudo, com o passar dos anos, o número de egressos aumentará, e a Instituição terá que estudar se poderá aplicar o questionário bem como efetuar a análise desses resultados para todo o universo de formados, ou se terá que delimitar o público alvo, uma vez que o número de recursos humanos para o desempenho dessas atividades não acompanhará o quantitativo de egressos na Instituição.

Durante a pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades. Primeiramente, está o fato de a pesquisadora não ser mais servidora da Instituição investigada, potencializando as dificuldades em entrevistar os atores institucionais e o curto tempo disponível para o desenvolvimento do trabalho. Sem dúvidas, o maior desafio ficou por conta da investigação junto aos egressos. Do total de questionários aplicados a esse público, obteve-se uma taxa de retorno de apenas 19%. Ao longo do período de aplicação do formulário, estratégias para se obter um maior quantitativo de respondentes foram adotadas, como reenvio de questionários e realização de telefonemas, contudo não se obteve os efeitos esperados. Além disso, foi percebido que os dados dos ex-alunos se encontram desatualizados. Outra dificuldade observada foi a de se explorar a visão das empresas sobre os egressos e a instituição de ensino investigada. Inicialmente, essa pesquisa tinha como

objetivo, além de coletar informações dos atores institucionais e dos egressos, obter dados também das empresas/indústrias locais. Para isso, foi levantado um quantitativo de quatro empresas do CIPP que mais eram concedentes de estágios. Contudo, ao entrar em contato com as mesmas, nenhuma se disponibilizou a colaborar com essa pesquisa.

Como sugestão para outros trabalhos vinculados a esta temática, ressalta-se que seria rico uma pesquisa que analisasse, além dos atores institucionais e dos egressos, os dados coletados de empresas/indústrias da região e da sociedade. No primeiro caso, seria explorado qual a demanda de profissionais e que perfil de profissionais o setor produtivo busca. No segundo caso, seria uma resposta em relação à responsabilidade social da Instituição, possibilitando verificar o grau de inserção do campus na sociedade. Outra sugestão para trabalhos futuros seria ampliar o universo dessa pesquisa, para um entendimento mais abrangente dos egressos, como estender uma pesquisa dessa natureza para todos os campi do IFCE, por exemplo.

Vale destacar as contribuições deste estudo para a atuação profissional da pesquisadora. Embora durante a realização deste trabalho a investigante tenha passado a trabalhar em outra Instituição Federal de Ensino, em setor que não se relaciona diretamente ao ensino, com público de atendimento diferente de alunos e ex-alunos, a pesquisa ampliou sua reflexão e percepção sobre a importância de conhecer os usuários de um serviço (que no caso da pesquisa eram os egressos sobre a instituição onde se formaram). Esse tipo de pesquisa possibilita conhecer a qualidade dos serviços prestados e de que forma estes influenciam a vida de seus clientes, auxiliando a Instituição no cumprimento de sua responsabilidade com a sociedade e em sua melhoria contínua. Como servidora pública, devo estar atenta a essas questões e ser um agente ativo para que os serviços públicos gerem de fato os resultados a que se propôs.

Por fim, a partir da experiência adquirida neste estudo foi identificado que há como sistematizar uma política de acompanhamento de egressos no âmbito do IFCE Campus Caucaia, e que pode ser estendida a outros *campi* do IFCE. É preciso que a pesquisa com egressos seja realizada anualmente, objetivando acompanhar a trajetória desses ex-alunos, obtendo análises mais consistentes ao longo do tempo, subsidiando inclusive a avaliação institucional. Salienta-se que a política de

monitoramento de egressos não é imutável e precisa ser continuamente revista de forma a ser aperfeiçoada.

REFERÊNCIAS

ARELLANO, D. G.; LEPOR, W.; ZAMUDIO, L; BLANCO, F. **Reflexão estratégica segundo o marco teórico dos Sistemas de Avaliação de Desempenho – SADs**. 2002. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. (material didático).

BALL, S.J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BELLONI, I. A função social da Avaliação Institucional. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. **Universidade Desconstruída**. Florianópolis: Insular, 2000, p.38-65.

BELUZZO, L. G. M.. *Jornal Valor*, 1o Caderno, 16/18 de fevereiro de 2001, A. 13.

BOTH, I. J. Planejar e fazer educação: sua excelência via projeto de ensino. **Ciências Humanas e Educação**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 9-31, jun. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Educação. O PDI como ferramenta de gestão: orientações para elaboração. **Resultado das Reflexões do Fórum de Pró-reitores de Desenvolvimento Institucional da RFEPT**. Grupo temático 01, julho 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. Brasília, DF, 2012a.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, DF, 2012b.

_____. Ministério da Educação. **Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico**. Brasília: Inep, 2012c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conferência Nacional da Educação – CONAE. Anais da Conferência Nacional de Educação: **CONAE 2010: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação**. – Volume I. Brasília: MEC, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Tecnológica em debate**. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Publicações – SETEC . **Histórico da Educação Profissional**. 2010. [online]. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília, DF, 2009a.

_____. Ministério da Educação. Termo de acordo de metas e compromissos Ministério da Educação/Institutos Federais. **Estabelece o acordo de metas e compromissos que entre si celebram a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília, DF, março de 2009b. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/prodin/images/banners/termo_de_acordo_de_metas.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF, v. 1, n. 1, jun. 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008b. Seção 1, p. 1. (2008b)

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008c. Seção 1, p. 3. (2008a)

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Brasília, DF, 2007a.

_____. Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 5. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, DF, 2004a.

_____. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Seção 1, p. 18. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997. **Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº. 9.394/96 e no Decreto Federal nº. 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica).** Brasília, DF, 1997a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf> Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o segundo parágrafo do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1997b.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Desenvolvimento Profissional. **Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado.** Brasília, DF, 1995.

_____. Lei nº. 8.711, de 28 de setembro de 1993. **Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 out. 1993. Seção 1, p. 14692. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8711.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Decreto nº. 87.497, de 18 de agosto de 1982. **Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de**

estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 1982. Seção 1, p. 15412. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978. **Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 jul. 1978. Seção 1, p. 10233. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Lei nº. 6.494, de 07 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 dez. 1977. Seção 1, p. 16.870. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6494.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Lei nº. 378, de 25 de fevereiro de 1942. **Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 27 fev. 1942 Seção 1, p. 1210. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei nº. 4.127, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 15 jan. 1937. Seção 1, p. 2.957. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito.** Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1909. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 5695/2013. **Acrescenta inciso ao art. 7º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio dos estudantes, para determinar que as instituições de ensino assegurem a existência de vagas, nas partes concedentes, para o cumprimento da exigência do estágio curricular obrigatório por todos os estudantes a ela sujeitos.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=579187>>. Acesso em: 17 out. 2016.

CABRERA, A. F. WEERTS, D. J. ZULICK, B. J. **Alumni Survey: Three conceptualizations to alumni research.** Métodos de Análisis de la inserción laboral de los universitarios. *Universidad de León, España 9-11 de Junio del 2003.* Disponível em: <<http://www.soemadison.wisc.edu/elpa/people/faculty/cabrera/Three%20conceptualizations%20to%20alumni%20survey-v2.pdf>>. Acesso em: 21 de maio 2016.

CARNOY, M. **Razões para investir em educação básica.** Brasília: UNICEF/MEC, 1992.

CEARÁ. **Anuário do Ceará 2013-2014.** Fortaleza, CE, 2014.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 1993.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Confederação Nacional da Indústria, Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil: sumário executivo.** Brasília, DF, 2007.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil.** Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

_____. **Planejamento Estratégico em Universidades.** Florianópolis: NEST, 1995.

DELUIZ, N.; GONZALES, W.; PINHEIRO, B. Ongs e políticas públicas de educação profissional: proposta para a educação dos trabalhadores. **Boletim técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.29-42, maio/ago. 2003.

DEMO, P. Educação profissional. **Desafio da competência humana para trabalhar.** 1998. Disponível em: <http://www.projeto.org.br/tv/prog02/html/ar_0002_0001.html> Acesso em: 13 set. 2015.

DICSIN. **Dicionário de sinônimos: termo egresso.** 2009. [online]. Disponível em: <http://www.dicsin.com.br/content/dicsin_lista.php>. Acesso em: 16 set. 2015.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M.C.R.N; CARVALHO, M. C.B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, IEE/PUC, 2001, p. 14-42.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A.M.C. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v.1 , n.3, p.101-127, set./dez. 1986. Disponível em: <<http://www.josenorberto.com.br/AC-2007-38.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2016.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.A.A.; SILVA, T.T. da. (Orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, p. 31-95, 1995.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, p. 57-81, 2005.

FRIZZO, M. A importância da avaliação institucional para a melhoria da qualidade de ensino - a experiência de uma instituição de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXIII, Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003.

GARCIA, S. R.de O. Ensino Médio e Educação Profissional: breve histórico a partir da LDBEN nº 9394/96. In: AZEVEDO, J. C. de; REIS, J. T. (Orgs.). **O Ensino Médio e os desafios da experiência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana: Moderna, 2014, p. 45 - 60. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A83465CC9A101465E3F850A3D8D>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

GRZYBOWSKI, C. Esboço de uma alternativa para pensar em educação no meio rural. **Revista Contexto & Educação**. Unijuí, ano I, n.4, p. 47-59, out./dez. 1986.

GROSSMAN, M. Education and nonmarket outcomes? In **Hanushek, E. A. & Welch, F., editors**, Handbook of the Economics of Education, p. 577–633. North-Holland, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Censo Demográfico de 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. **Cidades@. Ceará – Caucaia**. 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/233MF>>. Acesso em: 13 set. 2015.

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Dados [online]. Caucaia, CE, 2016. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/aceso-rapido/campi/campi>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Regulamento da Organização Didática – ROD**. Fortaleza, CE, 2015a. 63p.

_____. Sistema Q-Acadêmico. Dados – 2015[online]. Campus Caucaia. Caucaia, CE, 2015b.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)** – Campus Caucaia. Caucaia, CE, 2014. 59p.

_____. **Regulamento Geral**. Fortaleza, CE, 2010. 56p.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Brasília: INEP, 1991-2012.

JESUS, Roseli Batista de. Políticas públicas e o ciclo de políticas públicas: uma análise da política de Mato Grosso. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, Garça. SP, Ano XII, n. 24, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/uAn890zrR7yA164_2014-11-7-18-43-38.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LOUSADA, A. C. L.; MARTIS, G. A. **Egressos como fonte de educação a gestão dos cursos de Ciências Contábeis**. Revista de Contabilidade e Finanças da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 37, p. 73 – 84, jan./abr. 2005

MACHADO, A. de S. **Acompanhamento de egressos: caso CEFET-PR – unidade de Curitiba**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MACHADO, R.T.M. **Estratégia e competitividade em organizações agroindustriais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2005.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MARINI, T. A avaliação institucional da UNESP: um processo de construção coletiva. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v.79, n.193, p.17-34, set./dez. 1998.

MARTINS, G.A. **As atividades de marketing nas instituições de ensino superior**. 1986. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

MEHEDFF, N. G. **A avaliação da educação e a inserção dos egressos do ensino médio no mercado de trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

MICHELAN, L. S.; HARGER, C. A.; EHRHARDT, G.; MORÉ, R. P. O. **Gestão de egressos em instituições de ensino superior: possibilidades e potencialidades**. In:

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, IX. Florianópolis, 2009.

MONTE, Í. J. A.; BERGAMIM, E.; ALMEIDA, F. M. M.. O perfil profissional e socioeconômico dos egressos do curso de Administração: um estudo realizado nas Faculdades Unificadas Doctum de Iúna-ES. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, IX, 2012 [online]. Anais... 2012 - Ensino e Pesquisa em Administração, 2012. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2012/31/2012_31_5285.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2016.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional: dualidade histórica e perspectivas de integração. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 1ª, 2007.

OLIVEIRA, R. **A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira**. 2001. [online]. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/271/boltec271c.htm>>. Acesso em: 25 out. 2015.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

PENA, M.D.C. Acompanhamento de egressos: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. **Educação & Tecnologia**. Belo Horizonte, v. 5, n.2, p.25 - 30, jan./jun. 2000.

RUS PEREZ, J. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out./dez. 2010.

PETEROSSO, H. G. **Formação do Professor para o Ensino Técnico**. São Paulo: Loyola. 1994.

ROCHA, B.O.; FILGUEIRA, J.M.; COSTA, L.F.; GALVÃO, L.; VIANA, R. Egressos do CEFET/RN: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação. **Revista Holos**, Natal, RN, v. 3, p.47-56, dez. 2005.

ROMERO, C. C. O Futuro da Sociedade do Trabalho e Propostas para a Educação. **Boletim Técnico do SENAC**, Viçosa, MG, n.20, set./dez. 1994.

RUA, M.G. **A estrutura metodológica do monitoramento e da avaliação**. [online]. Brasília, DF, p.01-09, s/d. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fEstrutura_metodologica_monitoramento_avaliacao.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.

SAMPAIO, M.V.D. **Educação Profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho**. Rio Grande do Norte. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SAMPAIO, R. L **Ensino técnico e inserção profissional: a visão dos egressos do CEFET- BA e de seus empregadores**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTOS, J.A. dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M.T.; FARIA FILHO, L.M. de; VEIGA, C.G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 205-224.

SANTOS, V. G.dos; CARVALHO, V. G. de. **Panorama do trabalho formal do RN na década de 90**. Natal/RN: IFRN, 2011.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SEVERNINI, E.; ORELLANO, V. O efeito do ensino profissionalizante sobre a probabilidade de inserção no mercado de trabalho e sobre a renda no período pré-Planfor. **Revista Economia**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 155-174, 2010.

SILVEIRA, Z. S. **Concepção de educação tecnológica: das escolas técnicas industriais aos Cefets**. In: FÓRUM DE PROJECTOS INVESTIGAR E INTERVIR EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, I, Brasília, 2005.

SILVEIRA, F.F. O mercado está uma fera: o desenvolvimento moral na educação profissional e as mudanças no mundo do trabalho. **Educação profissional: ciência e tecnologia**. Brasília, DF, v.1, n.1, p.77-88, jul./dez. 2006Jul-dez 2006.

SOARES, F.; ABRÚCIO, F. **Estudo: perfil dos diretores escolares brasileiros e práticas comuns a diretores eficazes**. Roteiro de entrevista. Fundação Victor Civita: Estudos e Pesquisas, 2009.

SOUZA, L. G. Avaliação de políticas Educacionais: contexto e conceitos na busca da avaliação pública. In: LORDELO, J. A.; DAZZANI, M.V. (Orgs.). **Avaliação Educacional**: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 17-29.

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL, IX, 2012, Caxias do Sul-RS. Anais do IX ANPED SUL, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. **Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: TCU, 2012. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20de%20Auditoria%20-%20Educacao%20Profissional.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (Orgs.) **O Banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996, p.125-193.

TREVISAN, A.P., BELLEN, H.M.V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n.3, p.529-50, maio/jun. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais** – a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VIAMONTE, P. F. V. S. Ensino Profissionalizante e Ensino Médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 2, n. 1, p. 28-57, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/File/67/47>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

VIEIRA, C. A.S.; ALVES, E.L.G. **Qualificação Profissional: uma proposta de política pública. Planejamento e Políticas Públicas**, Texto para Discussão nº 376, jun./dez. 1995. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.

WERKEMA, M.C.C. **As ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; Fundação Christiano Ottoni, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA A SER APLICADA AO DIRETOR DO CAMPUS

- 1) A partir da inserção do IFCE em Caucaia, foi percebido contribuições no desenvolvimento socioeconômico e/ou cultural na região? Exemplifique. (Verificar se possui alguns dados em relação aos resultados que a Instituição vem gerando a sociedade).
- 2) Em sua opinião, os cursos ofertados no campus são condizentes com a demanda local por qualificação profissional? Possui algum levantamento de informações nesse sentido?
- 3) O atual PDI traz ações voltadas a monitoramento de egressos. Como se deu o delineamento dessas ações? Foram observados como referência outros documentos ou pesquisas de mesma finalidade?
- 4) Ainda sobre o PDI, no tratante a monitoramento de egressos, foi designado algum setor ou servidor responsável pela execução dessas atividades? (Se não tiver setor/servidor designado a essa tarefa, questionar qual a opinião deste sobre a quem deveria ser atribuída tal responsabilidade).
- 5) Sobre os egressos da instituição, que tipo de acompanhamento tem sido realizado para coletar informações sobre sua trajetória após a finalização do curso? (Explorar como vem se desenvolvendo essa pesquisa e que resultados relevantes ela vem apresentando. Se não vem sendo aplicada, perguntar na opinião dele que fatores dificultam que tal pesquisa seja realizada).
- 6) Em sua opinião, quais são os principais empecilhos que causam dificuldades a aplicação da pesquisa de acompanhamento de egressos?
- 7) A instituição possui dados em relação a empregabilidade dos egressos?
- 8) Em sua opinião, que contribuições poderiam ser geradas a Instituição com a aplicação de pesquisa de acompanhamento de egressos?
- 9) Que programas/ações o(a) senhor(a) sugere para manter e ampliar a absorção de egressos qualificados pelo IFCE Caucaia no mercado de trabalho? Justifique sua resposta.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA A SER APLICADA AO DIRETOR DE ENSINO, COORDENADORA TÉCNICO PEDAGÓGICA E COORDENADORES DOS CURSOS DE PETROQUÍMICA, ELETROELETRONICA E METALURGIA

- 1) Em sua opinião, os cursos ofertados no campus são condizentes com a demanda local por qualificação profissional? Possui algum levantamento de informações nesse sentido?
- 2) Há ações previstas nas atividades acadêmicas que promovam aproximação dos saberes ensinados com o mundo do trabalho? (Se sim, investigar como estas vem sendo desenvolvidas e solicitar exemplos. Se não, perguntar quais fatores dificultam a realização de ações dessa natureza).
- 3) Sobre os egressos da instituição, que tipo de acompanhamento tem sido realizado para coletar informações sobre sua trajetória após a finalização do curso? (Explorar como vem se desenvolvendo essa pesquisa e que resultados relevantes ela vem apresentando. Se não vem sendo aplicada, perguntar na opinião dele que fatores dificultam que tal pesquisa seja realizada).
- 4) Em sua opinião, quais são os principais empecilhos que causam dificuldades a aplicação da pesquisa de acompanhamento de egressos?
- 5) Em sua opinião, que contribuições poderiam ser geradas a Instituição com a aplicação de pesquisa dessa natureza?
- 6) Que programas/ações o(a) senhor(a) sugere para manter e ampliar a absorção de egressos qualificados pelo IFCE Caucaia no mercado de trabalho? Justifique sua resposta.

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA A SER APLICADA AO COORDENADOR DE CONTROLE ACADÊMICO

- 1) Qual o percentual de conclusão dos cursos no IFCE Campus Caucaia? (Se o índice for baixo, questionar sobre os motivos que ocasionam estes números).
- 2) Sobre os egressos da instituição, que tipo de acompanhamento tem sido realizado para coletar informações sobre sua trajetória após a finalização dos estudos? (Explorar como vem se desenvolvendo essa pesquisa e que resultados relevantes ela vem apresentando. Se não vem sendo aplicada, perguntar na opinião dele que fatores dificultam que tal pesquisa seja realizada).
- 3) Quanto ao sistema Q-Acadêmico, há algum módulo ou funcionalidade de egressos? (Se sim, explorar que informações seriam disponíveis nesse módulo. Caso não haja, perguntar se na visão do coordenador, seria possível acrescentar esse módulo no sistema e que benefícios tal fato geraria ou se indicaria outros meios de gerenciar essas informações).
- 4) Em sua opinião, que contribuições poderiam ser geradas à Instituição com a aplicação de pesquisa de acompanhamento de egresso?
- 5) Que programas/ações o(a) senhor(a) sugere para manter e ampliar a absorção de egressos qualificados pelo IFCE Caucaia no mercado de trabalho? Justifique sua resposta.

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA A SER APLICADA AO COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO

- 1) A partir da inserção do IFCE em Caucaia, foi percebido contribuições no desenvolvimento socioeconômico e/ou cultural na região? Cite alguns exemplos.
- 2) Em sua opinião, os cursos ofertados no campus são condizentes com a demanda local por qualificação profissional?
- 3) Com relação aos alunos concluintes, estes estão conseguindo se inserir em estágio com facilidade? Justifique.
- 4) Como se dá o acompanhamento da coordenação de pesquisa e extensão junto as instituições concedentes de estágio nas questões inerentes às práticas dos discentes estagiários?
- 5) Há *feedback* das empresas parceiras em relação ao desempenho dos alunos que lá estagiam? (Explorar se há algum tipo de parceria entre Empresa/IFCE ou algum tipo de comunicação regular entre eles).
- 6) Em relação aos egressos e o mundo do trabalho, existe atualmente promoção de ações/programas de extensão nesse sentido? Quais? (Em caso de resposta negativa, perguntar quais ações/programas o(a) coordenador(a) gostaria de implementar).
- 7) Em sua opinião, que contribuições seriam geradas a Instituição com a aplicação de pesquisa de acompanhamento de egressos?
- 8) Que programas/ações o(a) senhor(a) sugere para manter e ampliar a absorção de egressos qualificados pelo IFCE Caucaia no mercado de trabalho? Justifique sua resposta.

APÊNDICE E: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DO IFCE CAMPUS CAUCAIA

<p>Curso técnico de formação</p> <p><input type="checkbox"/> Eletroeletrônica</p> <p><input type="checkbox"/> Metalurgia</p> <p><input type="checkbox"/> Petroquímica</p>
<p>Empregabilidade:</p> <p><input type="checkbox"/> Está trabalhando na área de formação ou área correlata</p> <p><input type="checkbox"/> Está trabalhando em outras áreas</p> <p><input type="checkbox"/> Não está trabalhando</p>
<p>Continuidade nos estudos:</p> <p><input type="checkbox"/> Continuidade em nível mais elevado de estudo na mesma área de formação técnica</p> <p><input type="checkbox"/> Continuidade em nível mais elevado de estudo em outras áreas de formação</p> <p><input type="checkbox"/> Não deu continuidade nos estudos</p>
<p>Vínculo Empregatício:</p> <p><input type="checkbox"/> Empregado com carteira assinada</p> <p><input type="checkbox"/> Empregado sem carteira assinada</p> <p><input type="checkbox"/> Funcionário público concursado</p> <p><input type="checkbox"/> Autônomo/Prestador de serviços</p> <p><input type="checkbox"/> Em contrato temporário</p> <p><input type="checkbox"/> Estagiário</p> <p><input type="checkbox"/> Proprietário de empresa /negócio</p> <p><input type="checkbox"/> Outros</p>
<p>Relação entre formação obtida e função desempenhada no trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> A formação obtida no curso técnico é superior aos conhecimentos utilizados no trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> A formação obtida no curso técnico é compatível aos conhecimentos utilizados no trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> A formação obtida no curso técnico é inferior aos conhecimentos utilizados no trabalho</p>
<p>Localização do seu trabalho atualmente</p> <p><input type="checkbox"/> Em Caucaia</p> <p><input type="checkbox"/> Região metropolitana de Fortaleza</p> <p><input type="checkbox"/> Outras cidades do Estado</p> <p><input type="checkbox"/> Em outro Estado</p>
<p>Ofertas de trabalho na sua área de formação em Caucaia e adjacências:</p> <p><input type="checkbox"/> Há muitas ofertas de emprego ou trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Há ofertas de emprego ou trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Há poucas ofertas de emprego ou trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Praticamente não há ofertas de emprego</p>
<p>Renda:</p> <p><input type="checkbox"/> Até 1 Salário Mínimo (até R\$ 880,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.760,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 2.640,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 3.520,00)</p>

<p><input type="checkbox"/> Mais de 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 4.400,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 4.400,01)</p> <p><input type="checkbox"/> Sem rendimento</p> <p><input type="checkbox"/> Não Opinou</p>
<p>Como avalia a formação ofertada pelo IFCE Campus Caucaia:</p> <p><input type="checkbox"/> Ótima</p> <p><input type="checkbox"/> Boa</p> <p><input type="checkbox"/> Regular</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim</p> <p><input type="checkbox"/> Péssima</p> <p><input type="checkbox"/> Não opinou</p>
<p>Com relação a suas expectativas quanto ao curso concluído no IFCE Campus Caucaia:</p> <p><input type="checkbox"/> O curso superou as expectativas</p> <p><input type="checkbox"/> O curso atendeu as expectativas</p> <p><input type="checkbox"/> O curso não atendeu as expectativas</p> <p><input type="checkbox"/> Não sabe/ Não opinou</p>
<p>Críticas sobre o curso / Sugestões para melhoria</p>

APÊNDICE F: SUGESTÃO DE QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AO EGRESSO

<p>Registro e acompanhamento do perfil do egresso</p> <p>1. Curso Técnico em que se formou:</p> <p>() Eletroeletrônica () Metalurgia () Petroquímica</p> <p>2. Idade quando da conclusão do curso:</p> <p>() até 18 anos () de 18 - 20 anos () de 21 - 25 anos () de 25 - 30 anos () mais de 30 anos</p> <p>3. O seu aprendizado durante o curso foi:</p> <p>() Muito alto () Alto () Médio () Baixo () Muito baixo</p> <p>4. Em quanto tempo você concluiu seu curso:</p> <p>() 2 a 3 anos () de 3 a 4 anos () de 4 até 5 anos () mais de 5 anos</p> <p>5. Em relação a sua qualidade de vida, a formação no IFCE:</p> <p>() Propiciou expressivamente melhoria em sua qualidade de vida () Propiciou melhoria em sua qualidade de vida () Não alterou a qualidade de vida que já possuía () Piorou sua qualidade de vida</p> <p>6. Suas expectativas com relação à qualidade de vida e carreira profissional ao iniciarem o curso técnico no IFCE Campus Caucaia era:</p> <p>() Oportunidades profissionais () Melhoria da condição financeira () Melhoria da qualidade de vida () Melhor posicionamento no mercado de trabalho () Maior estabilidade profissional</p>	<p>() possuir uma formação técnica</p> <p>7. Em relação a sua participação na vida econômica da família:</p> <p>() é responsável pelo próprio sustento e contribui fortemente para o sustento da família () é responsável pelo próprio sustento e contribui parcialmente para o sustento da família () é responsável pelo próprio sustento e não contribui para o sustento da família () não é responsável pelo próprio sustento</p> <p>Verticalização dos estudos</p> <p>8. Em relação a verticalização nos estudos, o (a) senhor (a):</p> <p>() Deu continuidade em nível mais elevado de estudo na mesma área de formação técnica () Deu continuidade em nível mais elevado de estudo em outras áreas de formação () Ingressou em outro curso técnico () Não deu continuidade nos estudos</p> <p>Fatores de dificuldade e facilidade de inserção do egresso no mercado</p> <p>9. Ofertas de trabalho na sua área de formação em Caucaia e adjacências:</p> <p>() Há muitas ofertas de emprego ou trabalho () Há ofertas de emprego ou trabalho () Há poucas ofertas de emprego ou trabalho () Praticamente não há ofertas de emprego</p> <p>10. Quais dificuldades foram encontradas para entrar no mercado de trabalho na área de formação ou para aplicar seus conhecimentos no trabalho atual?</p> <p>() A formação recebida não atendeu ao mercado () Faltou experiência profissional () Não se identificou com a área do curso () O que aprendeu não se aplica</p>
---	---

	() Ainda não trabalho
<p>Empregabilidade</p> <p>11. Atualmente o (a) senhor (a) está:</p> <p>() Trabalhando () Trabalhando e estudando () Apenas estudando () Não está trabalhando e nem estudando</p> <p>12. Na sua opinião, como está a sua remuneração em relação à média do mercado?</p> <p>() acima da média do mercado () Na média do mercado () Abaixo da média do mercado () não sabe/não opinou</p> <p>13. Qual é a sua CARGA HORÁRIA semanal de trabalho?</p> <p>() Até 20 h () de 20 a 30 h () de 30 a 39 h () de 40 a 44 h () Acima de 44 h</p> <p>14. Localização do seu trabalho atualmente</p> <p>() Em Caucaia () Região metropolitana de Fortaleza () Outras cidades do Estado () Em outro Estado</p> <p>15. Vínculo Empregatício:</p> <p>() Empregado com carteira assinada () Empregado sem carteira assinada () Funcionário público concursado () Autônomo/Prestador de serviços () Em contrato temporário () Estagiário () Proprietário de empresa /negócio () Outros</p> <p>16. Como o curso contribuiu na sua vida profissional?</p> <p>() Aprimorou seus conhecimentos () Melhorou sua situação pessoal () Melhorou seu desempenho profissional () Aumentou a sua renda () Mudou para um emprego melhor () Atualizou-se profissionalmente () Foi promovido no trabalho () Procurou outras áreas () Manteve a situação anterior</p>	<p>() Mais de 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 4.400,00) () Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 4.400,01) () Sem rendimento () Não Opinou</p> <p>18. Correlação entre formação obtida e função desempenhada no trabalho</p> <p>() A formação obtida no curso técnico é superior aos conhecimentos utilizados no trabalho () A formação obtida no curso técnico é compatível aos conhecimentos utilizados no trabalho () A formação obtida no curso técnico é inferior aos conhecimentos utilizados no trabalho</p> <p>Avaliação da Instituição de Ensino e do curso</p> <p>19. Com relação a suas expectativas quanto ao curso concluído no IFCE Campus Caucaia:</p> <p>() O curso superou as expectativas () O curso atendeu as expectativas () O curso não atendeu as expectativas () Não sabe/ Não opinou</p> <p>20. Na sua opinião, como o (a) senhor (a) avalia a Instituição de modo geral?</p> <p>() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () não Opinou</p> <p>21. Como o (a) senhor (a) avalia a infraestrutura geral da instituição?</p> <p>() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () não Opinou.</p> <p>22. Como o (a) senhor (a) avalia o curso técnico que concluiu?</p> <p>() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo () não opinou</p> <p>23. Como o (a) senhor (a) avalia os conhecimentos teóricos da sua área de formação técnica?</p> <p>() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo () não Opinou</p>

<p>17. Renda:</p> <p><input type="checkbox"/> Até 1 Salário Mínimo (até R\$ 880,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.760,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 2.640,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 3.520,00)</p>	<p>24. Como o (a) senhor (a) avalia os conhecimentos práticos da sua área de formação técnica?</p> <p><input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo <input type="checkbox"/> não opinou.</p> <p>25. Como o (a) senhor (a) avalia a qualificação dos seus professores?</p> <p><input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo <input type="checkbox"/> não Opinou.</p> <p>26. Elogios / Críticas / Sugestões para o curso</p>
---	---

ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Márcia Rejane Damasceno Dias

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa com o título provisório “A importância da política institucional de avaliação de egressos para investigação e melhoria do processo de ensino-aprendizagem no IFCE campus Caucaia”. Neste estudo pretende-se investigar quais as dificuldades encontradas pela Instituição para efetivar sua política de acompanhamento de egresso.

A metodologia consiste numa entrevista com questões semiestruturadas, que se autorizado, será gravada e transcrita posteriormente. Os sujeitos da pesquisa serão o diretor geral e os gestores ligados ao ensino na Instituição (diretor de ensino, coordenadora técnico pedagógica, coordenador de controle acadêmico, coordenador de pesquisa e extensão e coordenadores de curso).

Para participar você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora.

Eu,

_____,
ocupante da função de _____ fui informado (a) dos objetivos da referida pesquisa. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Desta forma, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as dúvidas.

Caucaia, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do participante
pesquisadora

Assinatura da